

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem
Departamento de Lingüística Aplicada

**NOS ENTRE-LUGARES DO SUJEITO E DO DISCURSO JORNALÍSTICO:
questões de poder e de subjetividade**

Tese de Doutorado

Lúcia Maria Marques Gama Lacaz

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini

CAMPINAS
2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem
Departamento de Lingüística Aplicada

**NOS ENTRE-LUGARES DO SUJEITO E DO DISCURSO JORNALÍSTICO:
questões de poder e de subjetividade**

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutor em Lingüística Aplicada.

Orientadora:
Profa. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini

CAMPINAS
2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

| | |
|-------|---|
| L116n | <p>Lacaz, Lúcia Maria Marques Gama. Nos entre-lugares do sujeito e do discurso jornalístico : questões de poder e de subjetividade / Lúcia Maria Marques Gama Lacaz. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.</p> <p>Orientador : Maria José Rodrigues Faria Coracini. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Análise do discurso. 2. Discurso jornalístico. 3. Leitura. 4. Poder. 5. Subjetividade. I. Coracini, Maria José. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p> <p>oe/iel</p> |
|-------|---|

Título em inglês: In-between places of the subject and of the journalistic discourse: questions about power and subjectivity.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Discourse analysis; Journalistic Discourse, Reading; Power; Subjectivity.

Área de concentração: Língua Materna.

Titulação: Doutor em Linguística Aplicada.

Banca examinadora: Profa. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini (orientadora), Profa. Dra. Beatriz Maria Eckert-Hoff, Profa. Dra. Elzira Yoko Uyeno, Prof. Dr. Roberto Baronas e Profa. Dra. Juliana Santana Cavallari. Suplentes: Profa. Dra. Marisa Grigoletto, Profa. Dra. Deusa Maria de Souza Pinheiro Passos e Prof. Dr. Ernesto Sérgio Bertoldo..

Data da defesa: 26/02/2009.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada.

BANCA EXAMINADORA:

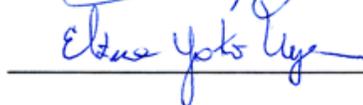
Maria José Rodrigues Faria Coracini



Beatriz Maria Eckert-Hoff



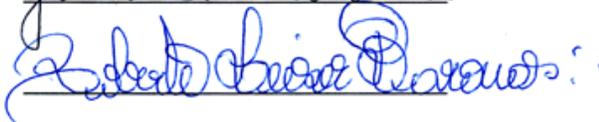
Elzira Yoko Uyeno



Juliana Santana Cavallari



Roberto Leiser Baronas



Marisa Grigoletto

Deusa Maria de Souza Pinheiro Passos

Ernesto Sérgio Bertoldo

IEL/UNICAMP

2009

À minha Família

*Ao meu marido Wilson, companheiro
de todas as horas, de toda uma vida.*

*Aos meus filhos Ricardo, Luciana,
Eduardo e Ana Luiza.*

*À minha nora Daniela e aos meus
genros Anderson e Darcílio.*

*Aos meus netos João, Raquel e
Lydia, cujas vidas começam a
tecer-se na grande trama da
existência.*

*Minha vida, nossas vidas
Formam um só diamante.*

Carlos Drummond de Andrade

À Profa. Maria José Coracini, pelo espírito instigador, sempre nos conduzindo a outros lugares do pensamento.

Ao nosso grupo de pesquisa, aos que partem e aos que chegam, principalmente aos mais antigos – Ângela, Carla, Conrado, Eliane, Fernanda –, pelo apoio e amizade: conheci-os e amei-os.

À Profa. Anna Maria Grammatico Carmagnani e à Profa. Beatriz Maria Eckert-Hoff, pela leitura cuidadosa e preciosa, pela generosidade e disponibilidade durante a qualificação de tese.

Aos funcionários da UNICAMP, presenças fundamentais em nossa vida acadêmica.

À Zélia e Geraldo Pedran, pela disponibilidade, amizade e suporte técnico nos trabalhos de digitação da tese.

Aos amigos que me acompanha(ra)m em todos os momentos.

*[...] as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.*

Carlos Drummond de Andrade

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?

Michel Foucault
"O uso dos prazeres"

RESUMO

Esta pesquisa sustenta-se, teoricamente, na perspectiva da Análise do Discurso – principalmente no pensamento de Michel Foucault –, e em discursos que atravessam a pós-modernidade. Defende a hipótese de que o jornal impresso encontra-se, hoje, no entre-lugar da in(e)stabilidade. Discute não apenas o lugar que o jornal impresso vem ocupando em relação às novas tecnologias de comunicação e informação, como também o próprio discurso jornalístico, assumido numa perspectiva ampla e diversificada – o discurso jornalístico diversificado – como um dispositivo de poder que busca regular e moldar o sujeito contemporâneo. O *corpus* deste estudo constitui-se de respostas escritas de professores-alunos de um curso de Pedagogia, a respeito de leitura de jornal, através das quais são analisadas as imagens por eles produzidas sobre o jornal impresso e outras tecnologias de comunicação e informação. Os resultados da análise evidenciam o entre-lugar do jornal, o grande poder da informação na atualidade – como mercadoria e como espetáculo – e apontam para deslocamentos na subjetividade, marcada por uma complexa teia de discursos e por relações de poder-saber. Os resultados revelam, também, mudanças nas práticas de leitura de jornal dentro e fora da escola. Por fim, a pesquisa traz algumas reflexões sobre a formação do professor-leitor dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Discurso Jornalístico, Leitura, Poder, Subjetividade.

ABSTRACT

Theoretically, the present research rests on the perspective of the Discourse Analysis – mainly on Michel Foucault's thought –, and on discourses which are present in post modernity. It supports the hypothesis that, currently, the newspaper lies on the in-between place of (in)stability. It discusses not only the place the newspaper has occupied regarding new communication and information technologies, but also the journalistic discourse itself, assumed at a comprehensive and diversified perspective – the diversified journalistic discourse – as mechanism of power which seeks to regulate and mold the contemporary subject. The corpus of this study consists of written answers supplied by teachers-students of a Pedagogy course, concerning newspaper reading, through which the images produced by them about the newspaper and other communication and information technologies are analyzed. The analysis results reveal the newspaper in-between place, the great power information holds nowadays – as merchandise and spectacle – and they point towards dislocations in a subjectivity marked by a complex web of discourses and by power-knowledge relations. The results also reveal changes in newspaper reading practices inside and outside schools. Finally, the research brings some considerations on the formation of reader-teachers of the first grades of "Ensino Fundamental" (Elementary School).

Key words: Discourse Analysis, Journalistic Discourse, Reading, Power, Subjectivity.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 19 |
| CAPÍTULO 1 | |
| PROBLEMATIZANDO O SUJEITO CONTEMPORÂNEO | 25 |
| 1.1 Sujeito e contemporaneidade | 27 |
| 1.2 Foucault e o sujeito do discurso: o poder e o saber | 28 |
| 1.3 Desconstruindo o sujeito logocêntrico | 37 |
| 1.4 Cenário contemporâneo: sujeito e outras discursividades | 39 |
| CAPÍTULO 2 | |
| DISCURSO JORNALÍSTICO DIVERSIFICADO, SUJEITO E INFORMAÇÃO | 49 |
| 2.1 O discurso jornalístico diversificado e o jornal impresso na contemporaneidade | 51 |
| 2.2 O olhar sedutor do poder: as relações entre sujeito e informação | 62 |
| 2.2.1 Em nome do consumo: o fetiche da informação | 63 |
| 2.2.2 O olhar do poder | 67 |
| 2.2.3 E o espetáculo continua | 72 |
| 2.2.4 O olhar do poder e as peças publicitárias sobre o jornal: o visível e o enunciável | 78 |
| CAPÍTULO 3 | |
| OS ENTRE-LUGARES DA IN(E)STABILIDADE DO SUJEITO E DO JORNAL IMPRESSO | 95 |
| 3.1 Condições de produção da prática de leitura de jornal na escola: ontem e hoje .. | 97 |
| 3.1.1 Discurso jornalístico diversificado e seu papel na escola hoje | 102 |
| 3.2 O que dizem os professores-alunos sobre leitura de jornal | 110 |
| 3.2.1 Entre a repetição e a diferença | 112 |
| 3.2.2 Entre a falta e o excesso | 134 |
| 3.2.3 Entre o “velho” e o “novo” | 147 |
| 3.2.4 (Entre)tecendo os dizeres | 161 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 167 |
| REFERÊNCIAS | 179 |
| ANEXOS | 187 |

INTRODUÇÃO

*O tempo é minha matéria
o tempo presente, os homens
presentes
a vida presente.*

Carlos Drummond de Andrade

Os meios de comunicação e informação, nas sociedades contemporâneas, têm provocado uma série de mudanças na constituição do sujeito, a partir das formas como este se relaciona com o contexto em que vive. Novas formas de ver, sentir e ser decorrem das mudanças na relação dos indivíduos com o conhecimento e com a informação, com as novas relações tempo/espaço, com a presença marcante da imagem no mundo atual. Vivemos numa realidade fluida, fragmentada – a “instantaneidade do tempo” (BAUMAN, 2001, p.147) –, vivência que, nos dias atuais, nos conduz a um “território não-mapeado e inexplorado, onde a maioria dos hábitos

aprendidos para lidar com os afazeres da vida perdeu sua utilidade e sentido” (*id.*, *ibid.*, p.149).

Nesse contexto da chamada pós-modernidade¹, clivada por discursos vários, nossa pesquisa pretende discutir e problematizar o discurso jornalístico, sobretudo o jornal impresso, com enfoque em questões de subjetividade. Hoje, o jornal impresso já não constitui a única maneira de colocar em funcionamento o discurso jornalístico, dividindo espaços com outros meios como a TV e a internet, que, como não poderia deixar de ser, também farão parte de nossa pesquisa. Problematiza-se, com muita frequência, o lugar do jornal impresso entre os outros meios de informação e, ao mesmo tempo, (re)colocam-se propostas pedagógicas a respeito da leitura/uso do jornal impresso e das novas tecnologias de comunicação e informação na escola.

Vale lembrar, nesta pesquisa, que a escola constitui-se em uma instituição, dentre outras, que através de sua história tem vivenciado efeitos de relações de poder-saber, fabricando, por meio de dispositivos, “indivíduos úteis e dóceis” para a sociedade (FOUCAULT [1975] 1987, p.174)². Papel semelhante Foucault (*ibid.*, p.178-179) atribui aos meios de comunicação:

[...] sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado segundo uma tática das forças e dos corpos (...) na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens.

¹ Assumimos o termo pós-modernidade, neste estudo, não como um *ethos*, um período (PETERS, 2000) que sucede a modernidade, mas como um período complexo em que se misturam discursos da modernidade e outros discursos mais recentes, relacionados ao capitalismo, ao consumo, à velocidade, ao individualismo, dentre outros.

² A data entre colchetes refere-se sempre à edição original da obra; a seguinte remete à edição utilizada neste estudo.

Assim, o sujeito encontra-se enredado em infinitesimais relações de poder que compreendem todo “um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos” (*id.*, *ibid.*, p.177). Tais relações ocorrem tão sutilmente que sequer são percebidas pelo sujeito, que, por sua vez, contribui para acentuá-las e reproduzi-las, através de discursos.

Partimos, pois, do pressuposto de que somos constituídos por discursos ao mesmo tempo em que produzimos discursos, que transformam a nós mesmos e o mundo em que vivemos. “Produzimos a sociedade que nos produz”, lembra-nos Morin (2003, p.17). Não somos apenas uma parte do todo social; esse todo, essa exterioridade, nos constitui, ou seja, regras, normas, cultura, linguagem, enfim, constituem-nos em sujeitos-no-mundo, num movimento contínuo.

Consideramos, então, a hipótese de que o jornal impresso encontra-se, hoje, no entre-lugar da in(e)stabilidade. Os dizeres que se constroem e circulam pelo/sobre o discurso jornalístico, ao mesmo tempo em que sustentam e legitimam, pela repetição, o lugar do jornal impresso, problematizam o próprio discurso jornalístico na atualidade e apontam para deslocamentos na subjetividade. Discutimos, portanto, não apenas o lugar que o jornal impresso vem ocupando dentre as tecnologias de comunicação e informação, como também o próprio discurso jornalístico, assumido num sentido mais amplo e diversificado, como um dispositivo que (con)forma e agencia o sujeito contemporâneo.

São indagações deste estudo: que imagens sobre o discurso jornalístico e, especialmente, sobre o jornal impresso atravessam os dizeres dos professores-alunos? Como essas imagens incidem nos modos de subjetivação desses professores-alunos, atravessados continuamente por relações de poder-saber? Na contemporaneidade e, principalmente, na escola, que lugar ocupa o jornal impresso em relação às novas tecnologias de comunicação e informação?

Como objetivos gerais, pretendemos: i) contribuir, de alguma forma, para os estudos da linguagem e sua manifestação em contextos institucionalizados; ii) contribuir para a formação de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, principalmente quanto às práticas de leitura.

Os objetivos específicos da pesquisa são: i) analisar as imagens que os professores-alunos constroem sobre leitura de jornal e sobre o próprio jornal impresso; ii) discutir e problematizar as relações de poder-saber que afetam a subjetividade desses professores-alunos em formação; iii) discutir e problematizar o papel do discurso jornalístico e, em especial, do jornal impresso, na contemporaneidade, principalmente na escola e na formação do professor-leitor.

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, torna-se necessário esclarecer alguns aspectos que reconfiguram o enfoque da pesquisa. O *corpus* selecionado constitui-se de respostas escritas (dizeres) de professores-alunos³ de um curso de Pedagogia de uma instituição particular de Ensino Superior, produzidos a partir da seguinte solicitação: “Fale o que quiser sobre leitura de jornal”. Realizamos um projeto-piloto com as respostas, por meio do qual pretendíamos analisar as imagens sobre o jornal impresso que emergiam no fio discursivo e que permitiriam, através de vestígios na materialidade lingüística, perceber deslocamentos na subjetividade dos enunciadores, afetados pelo jornal. Entretanto, o resultado das primeiras análises trouxe à mostra dizeres que remetiam a outras tecnologias de comunicação e informação, como a TV e a internet, por vezes até deixando de lado a questão da leitura do jornal impresso.

A partir de tal constatação, reorientamos a pesquisa, adotando um campo mais amplo em relação ao discurso jornalístico e à sua abrangência discursiva. Nossos objetivos se alargaram no sentido de tomar o discurso jornalístico numa forma ampliada, imbricada e diversificada. Assim, o que

³ Daqui por diante, utilizamos o termo professor-aluno para nos referir aos participantes da pesquisa. O termo remete à sua dupla função: de professor, atuando em turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, e, ao mesmo tempo, de aluno do curso de Pedagogia.

estamos propondo para esta investigação é a noção de discurso jornalístico diversificado. Essa noção, por nós defendida, torna-se fundamental para compreender o funcionamento e as práticas do jornalismo na contemporaneidade. Consideramos que o discurso jornalístico diversificado constitui-se num dispositivo de poder que tem se mostrado cada vez mais atuante e atual na vida dos indivíduos, compreendendo o jornal impresso, a TV e a internet. Essa configuração envolve uma complexa rede de poderes e saberes, que busca controlar, (con)formar e, simultaneamente, seduzir os indivíduos mediante estratégias discursivas que se reatualizam continuamente. Portanto, o que está em jogo é o poder da informação, os meios pelos quais ela é distribuída, o seu funcionamento, enfim.

Em seguida, elegemos, além dos dizeres dos professores-alunos, um *corpus* complementar, constituído por peças publicitárias sobre o jornal impresso, com o propósito de analisar e problematizar as imagens que esse meio constrói e algumas das estratégias que utiliza para capturar o olhar de seu público e mantê-lo, nos tempos difíceis em que se encontra, marcado pelo embate de forças com outras tecnologias.

Trazemos, ainda, à discussão documentos curriculares que marcam o discurso pedagógico atual, bem como outros menos recentes, mas que perduram, pela repetição, no imaginário e produzem efeitos na subjetividade dos professores-alunos. São documentos curriculares de âmbito nacional e também referentes ao Estado de São Paulo, direcionados à prática e ao ensino de língua portuguesa e à formação de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Consideramos que esses documentos constituem-se em dispositivos de poder-saber que incidem na constituição da subjetividade dos professores-alunos. Partimos, também, do pressuposto de que há sempre uma atualização das formas de poder, através das quais os indivíduos podem ser agenciados e (con)formados continuamente, porém, não sem resistência.

Feitas essas considerações, destacamos que a pesquisa se desenvolve em três grandes linhas: i) descrição e discussão do discurso jornalístico em sua forma diversificada, problematizando o jornal impresso, as novas tecnologias e seus efeitos também no campo pedagógico; ii) discussão, análise e problematização dos efeitos do discurso jornalístico na subjetividade dos professores-alunos; iii) discussão e problematização da leitura de jornal, dentro e fora da escola, e da formação do professor-leitor.

Assumimos uma perspectiva discursiva de análise, fundada sobretudo no pensamento de Michel Foucault. Vale ressaltar que, embora Foucault não tenha tratado, especificamente, do discurso jornalístico, as análises e estudos que empreendeu, no decorrer de sua vida, sobre o discurso e o sujeito, sobre as relações de poder-saber, seus dispositivos, estratégias e jogos de verdade, dentre outros, podem ser utilizados de forma produtiva nesta pesquisa. Também trabalhamos com outras discursividades contemporâneas, provenientes das ciências humanas, que trazem contribuições importantes para compreender a subjetividade e o discurso jornalístico contemporâneos.

A estrutura da tese constitui-se de três capítulos. No primeiro, discutimos e problematizamos a subjetividade, em sua relação com o discurso, o inconsciente e as discursividades contemporâneas. O segundo capítulo problematiza o jornal impresso na atualidade, abordando o discurso jornalístico diversificado, bem como as relações de poder-saber que se estabelecem entre sujeito e informação. Apresentamos, no terceiro capítulo, as condições de produção da prática de leitura de jornal no contexto escolar e os resultados das análises dos dizeres dos professores-alunos e suas decorrências para a subjetividade, para o jornalismo e para a formação do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nas considerações finais, trazemos algumas reflexões sobre a formação do professor-leitor e a prática de leitura na escola.

CAPÍTULO 1

PROBLEMATIZANDO O SUJEITO CONTEMPORÂNEO

*Hoje sou costurado, sou tecido,
sou gravado de forma universal,
saio da estamperia, não de casa,
da vitrina me tiram, recolocam,
objeto pulsante mas objeto
que se oferece como signo de outros
objetos estáticos, tarifados.
Por me ostentar assim, tão orgulhoso
de ser não eu, mas artigo industrial,
peço que meu nome retifiquem.
Já não me convém o título de homem.
Meu nome novo é coisa,
Eu sou a coisa, coisamente.*

Carlos Drummond de Andrade

1.1 Sujeito e contemporaneidade

*O problema não é inventar
É ser inventado hora após hora
e nunca ficar pronta
nossa edição convincente.*

Carlos Drummond de Andrade

A noção de sujeito com a qual trabalhamos sustenta-se no pós-estruturalismo francês, que questionou a tendência totalizante e científica do estruturalismo, dando “uma ênfase na pluralidade da interpretação por meio dos conceitos de jogo, indeterminação e *différance*” (PETERS, 2000, p.46). O pós-estruturalismo trabalha com um sujeito descentrado, construído discursivamente, afetado pelo inconsciente e por práticas sócio-culturais. Esse movimento faz a crítica do sujeito racional, logocêntrico, coerente, estável, capaz de desenvolver um conhecimento sobre si próprio e sobre o mundo, através da razão. Há uma ênfase na linguagem – a chamada “virada lingüística”, que desloca o sujeito do centro de interpretação, sem, entretanto, renunciar à idéia de um mundo socialmente construído. A linguagem assume um papel mais complexo e significativo na construção do sujeito e do mundo, não se referindo

[...] apenas a palavras e afirmações. As regras e padrões pelos quais a fala é construída são produzidos em instituições sociais enquanto as práticas sociais moldam e modelam aquilo que é considerado verdadeiro e falso. Nos sistemas de linguagem estão embutidos valores, prioridades e disposições que são elementos ativos na construção do mundo (POPKEWITZ, 1994, p.195).

Como se deduz das palavras de Popkewitz, seguidor de Foucault, desloca-se a atenção para padrões de pensamento considerados como

práticas sociais que constroem os objetos do mundo e não simplesmente representam esses objetos. Trata-se de uma nova maneira de pensar o mundo e o sujeito a partir da linguagem. Coloca-se em pauta uma visão de mundo e de sujeito que não se situa mais junto à Antigüidade Clássica, às verdades universais e estabelecidas, mas que se põe a perguntar “o que é a atualidade em que vivemos?” Uma perspectiva que problematiza o sujeito, a realidade, a linguagem, o discurso.

Smart (*apud* TURNER, 1996, p.408) acentua que:

A atribuição corrente de uma orientação “pós-estruturalista” a Barthes, Derrida, Foucault e Lyotard, entre outros, pretende chamar a atenção para a presença, nos respectivos trabalhos, de uma preocupação global e crítica comum no que concerne a um elenco de assuntos, nomeadamente: 1) a crise de representação e instabilidade de sentido dela decorrente; 2) a ausência de fundações seguras para o conhecimento; 3) a importância das linguagens, discursos e textos; 4) a desadequação iluminista de um sujeito racional e autônomo substituída pela percepção dos modos pelos quais os indivíduos são constituídos como sujeitos.

Nessa perspectiva, o sujeito contemporâneo constitui-se através de práticas sociais mediadas pela linguagem. Para essa discussão, trazemos o pensamento de Foucault sobre o sujeito e o discurso.

1.2 Foucault e o sujeito do discurso: o poder e o saber

*É preciso se livrar do sujeito
constituente, livrar-se do próprio
sujeito, isto é, chegar a uma
análise que possa dar conta da
constituição do sujeito na trama
histórica.*

Michel Foucault
“A arqueologia do saber”

Foucault é considerado como um filósofo que trouxe grandes contribuições para desestabilizar e problematizar o edifício iluminista das Ciências Sociais, da Filosofia e da Educação. *A arqueologia do saber* ([1969] 2004), embora não trate especificamente de uma teoria do sujeito, permite afirmar que o sujeito do enunciado ou do discurso que emerge de suas discussões é tão descontínuo quanto o enunciado que profere. É resultado de um jogo complexo de relações, de enunciados; tem uma função determinada conforme o lugar institucional de onde fala. Em outras palavras, o sujeito do enunciado é uma função vazia, que pode ser ocupada por indivíduos diferentes. Por sua vez, o sujeito é também passível de ocupar diferentes posições no discurso. Na análise proposta por Foucault, as diferentes modalidades de enunciação não remetem a *um* sujeito mas, sim, à sua dispersão “nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala” (FOUCAULT [1969] 2004, p.61). Dessa forma, no discurso, na esteira de Foucault,

[...] buscaremos antes um campo de regularidades para diversas posições e subjetividades. O discurso assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo (*id., ibid., p.61*).

Para construir sua teoria do discurso, Foucault afasta-se de noções da História tradicional (continuidade, linearidade, causalidade, soberania do sujeito) e afirma conceitos aos quais chamaria de “nova História”, assumindo as noções de descontinuidade e ruptura, entre outras. Propõe a problematização dos conjuntos que a História oferece, indicando um outro tipo de análise de campo discursivo. Como ele próprio afirma,

Não se busca, sob o que está “manifesto”, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionando a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar (*id., ibid.*, p.31).

Foucault dá ao enunciado a singularidade de acontecimento e mostra que a descontinuidade está presente nele, pois “um enunciado é um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar completamente (*id., ibid.*, p.31). Esse enunciado está ligado à língua e também ao campo da memória; embora seja único, abre-se à repetição, à transformação e à reativação. Dessa forma, Foucault destaca os “jogos de relações” que estão presentes nos enunciados e que precisam ser analisados. Propõe uma análise que descreveria sistemas de dispersão na qual o objeto do discurso “existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações (*id., ibid.*, p.50). A partir dessas colocações, define formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT [1969] 2004, p.43).

O filósofo problematiza os enunciados e sua análise, destaca as noções de descontinuidade, dispersão e complexidade que os caracterizam e que devem ser consideradas sob o que denomina de “feixe complexo de relações”, que funciona como uma regra, que determina o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que empregue essa ou aquela enunciação, para que utilize esse ou aquele conceito, para que organize essa ou aquela estratégia. Assim, uma formação discursiva não se

trata “de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais” (*id.*, *ibid.*; p.83).

Sustentado nessas noções, o sujeito foucaultiano é produto de discursos e também produtor de discursos, atravessados pelo já-dito; ele é ordenado e regulado por uma rede complexa de formações discursivas, sempre em movimento, em formação. Nada tem início no sujeito, marcado constitutiva e continuamente por relações múltiplas e heterogêneas. O sujeito é sempre uma construção histórica e culturalmente contingente.

Foucault (*ibid.*, p.138-139), ao falar em sujeito do discurso ou do enunciado não toma como referência um sujeito individual. Propõe que o domínio enunciativo “seja descrito como um campo anônimo cuja configuração defina o lugar possível dos sujeitos falantes”. Afirma, ainda, que a análise dos enunciados realiza-se sem referir-se a um *cogito*, situando-se, no nível do “diz-se”, ou seja, “como o conjunto das coisas ditas, as relações, as regularidades e as transformações que podem aí ser observadas”. Tendo em vista os modos como se constrói o sujeito, em Foucault, pode-se afirmar que a subjetividade se constitui segundo as condições sócio-históricas existentes, regulada por relações de poder-saber. Na análise dos dizeres dos professores-alunos de nossa pesquisa, essas noções foucaultianas tornam-se fundamentais para discutir o sujeito e suas práticas discursivas, bem como o jornal impresso e suas relações com as tecnologias de comunicação e informação contemporâneas.

Foucault, em *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1979), coloca o exame e a confissão como as principais tecnologias para a construção do eu; considera que existe uma espécie de crença na sociedade, quase um lugar comum, quando se fala a profissionais (à semelhança da confissão cristã) a respeito do corpo e seus desejos pode-se revelar as verdades mais profundas do eu. Ao dizer sua verdade sobre a sexualidade, o indivíduo conhecerá a si próprio e também se tornaria conhecido para o(s) outros(s), num processo terapêutico, porém controlador,

gerador de poder e saberes. Afirma, ainda, que existem outras áreas nas quais acreditamos dizer a verdade: são as Ciências Humanas, que, a partir do século XVIII, marcam e informam as profissões e as instituições que a elas se referem, tais como a Medicina, a Psiquiatria, a Psicologia, o Direito, a Educação, chamadas por Rose (2001, p.190) de disciplinas ou ciências “psi”⁴, que têm exercido um papel regulador e controlador na constituição do sujeito contemporâneo.

O que Foucault coloca em jogo é uma “analítica” do poder, que não toma mais o Direito como modelo e código; não se trata de uma representação jurídico-discursiva do poder. São novos mecanismos de poder que, pouco a pouco, a partir do século XVIII, tomaram em mãos a vida do homem, na qualidade de corpo vivo, para controlá-lo.

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através das lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1979, p.88-89).

Assim, o poder não é uma instituição nem uma estrutura: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada e que constrói as subjetividades. Algumas proposições decorrem dessa

⁴ Segundo Rose (2001, p. 147), sustentado no pensamento foucaultiano, “os saberes e as autoridades psi têm gerado técnicas para moldar e reformar os eus, as quais têm sido reunidas em um agenciamento (...). As disciplinas psi estabeleceram uma variedade de ‘racionalidades práticas’, envolvendo-se na multiplicação de novas tecnologias e em sua proliferação ao longo de toda a textura da vida cotidiana: normas e dispositivos de acordo com os quais as capacidades e a conduta dos humanos têm se tornado inteligíveis e julgáveis”. Entretanto, Rose (*ibid.*, p.199) destaca: “A tecnologia não esmaga a subjetividade – ela produz a possibilidade de que os humanos se relacionem consigo mesmos como sujeitos de certo tipo, bem como as possibilidades de que eles resistam ou recusem certos regimes de subjetivação”.

concepção de poder, defendida por Foucault (*id., ibid.*, p.89-91): 1) o poder não é algo que se adquira ou compartilhe; ele se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis; 2) as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade em relação a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais, mas lhe são imanentes; têm um papel produtor; 3) o poder vem de baixo, isto é, deve-se supor que as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção (nas famílias, nos grupos, nas instituições) servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social; 4) as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas; isso não quer dizer que resultem da escolha ou da decisão de um sujeito, individualmente; 5) onde há poder há resistência; esta, no entanto, nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder; as correlações de poder só podem existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio. Os pontos de resistência estão presentes em toda rede de poder. Assim como a rede de relações de poder forma um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem localização exatamente neles, também os pontos de resistência estão pulverizados nas estratificações sociais e nas unidades individuais.

Outra questão fundamental que emerge na obra *História da Sexualidade I* é o poder sobre a vida, que fundamenta o sujeito contemporâneo e suas relações com o corpo e as tecnologias para moldá-lo. De acordo com Foucault (*id., ibid.*, p.128-132), a partir da época clássica, o Ocidente sofreu mudanças nos mecanismos de poder. O direito de morte, atribuído ao soberano, desloca-se, aparecendo o direito do corpo social garantir sua própria vida, mantê-la e desenvolvê-la. O poder sobre a vida surgiu, a partir do século XVII, sob duas formas interligadas: 1) o corpo como máquina: no seu adestramento, na sua integração em sistemas de

controle eficazes e econômicos, por meio de procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas (ou seja, uma anátomo-política do corpo humano); 2) o corpo-espécie: o corpo considerado como suporte dos processos biológicos, passando por uma série de intervenções e controles reguladores (uma bio-política da população).

Constituído pelas disciplinas do corpo e pelas regulações da população, o poder sobre a vida representa uma eficiente e poderosa tecnologia, objetivando a sujeição dos corpos e o controle das populações. Trata-se do biopoder, que coordena essas duas técnicas na forma de agenciamentos concretos. Esses agenciamentos⁵ constituíram a grande tecnologia do poder do século XIX e, para Rose (2001), continuam cada vez mais intensificados, pela/na linguagem, constituindo a subjetividade contemporânea.

Para Foucault (1979, p.133), o biopoder foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, sustentado à custa da inserção controlada dos corpos nos aparelhos de produção e também através dos ajustamentos dos fenômenos da população aos processos econômicos. Com o capitalismo, criaram-se dispositivos de poder – e o discurso jornalístico é um deles – capazes de ampliar e regular as forças, as aptidões, a vida, sem torná-las, no entanto, mais difíceis de sujeitar, garantindo, cada vez mais, relações de dominação e efeitos de hegemonia sobre o sujeito⁶.

⁵ Segundo Rose (2001, p.143), é nos “agenciamentos que são produzidos os efeitos de sujeito, efeitos do fato de sermos-reunidos-em-um-agenciamento. A subjetivação é, assim, o nome que se pode dar aos efeitos da composição e da recomposição de forças, práticas e relações que tentam transformar – ou operam para transformar – o ser humano em variadas formas de sujeito, em seres capazes de tomar a si próprios como os sujeitos de suas próprias práticas e das práticas de outros sobre eles”.

⁶ Coracini (2007, p. 17) destaca que “é interessante lembrar que, se o sujeito é um lugar no discurso, heterogêneo na sua própria constituição e, por isso mesmo, fragmentado, cindido, o indivíduo (indiviso, uno) é um produto do exercício de poder disciplinar, daquilo que Foucault (1975) denomina tecnologias de controle, totalidade ilusória que constitui o imaginário e, como tal, a identidade do sujeito: ilusão de inteireza, de totalidade, de coerência, de homogeneidade, que torna cada um e todos socialmente governáveis e, portanto, idealmente sob o controle daquele(s) que ocupa(m) o lugar de autoridade legitimada”.

Partindo de seu estudo do governo de uns sobre os outros, Foucault, bem mais tarde, direcionou sua atenção para o governo de si, discutido nas obras *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*. Segundo ele, as técnicas de si permitem aos indivíduos efetuar operações sobre seus corpos, suas almas, seus pensamentos e suas condutas, a fim de produzir em si mesmos uma modificação e uma perfeição. As reflexões de Foucault conduziram-no à hermenêutica das técnicas de si na prática pagã, depois, à prática cristã dos primeiros tempos, levando-o a afirmar que

[...] tem ocorrido uma inversão na hierarquia dos dois princípios da Antigüidade, 'cuida de ti mesmo' e 'conhece-te a ti mesmo'. Na cultura greco-romana, o conhecimento de si aparece como consequência do cuidado de si. No mundo moderno, o conhecimento de si constitui o princípio fundamental (FOUCAULT [1982] 1988).

Em *O uso dos prazeres*, Foucault ([1984] 2007, p.74) lembra que “a liberdade que convém instaurar e preservar é evidentemente aquela dos cidadãos no seu conjunto, mas é também, para cada um, uma certa forma de relação do indivíduo para consigo”. Nesse aspecto, a liberdade é entendida como o domínio que os cidadãos conseguem exercer sobre si mesmos, no sentido de que ser livre em relação aos prazeres é não ser escravo deles; trata-se de uma forma de poder que se exerce sobre si mesmo, no poder que se exerce sobre os outros.

Nessa obra, o filósofo define as “artes da existência” como práticas voluntárias pelas quais os homens não só estabelecem para si regras de conduta como também procuram transformar-se e estabelecer alguns critérios para sua vida.

Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo (FOUCAULT [1984] 2007, p.15).

Foucault, em seus últimos estudos, desloca, portanto, as análises do poder disciplinar para os modos de subjetivação⁷, através das práticas de si, dos modos de relação consigo, produzindo uma genealogia da ética ocidental que leva em conta o poder sobre si mesmo e sobre os outros. É interessante destacar que uma preocupação toma forma em Foucault a respeito do humanismo contemporâneo:

O que me assusta no humanismo é que ele apresenta certa forma de nossa ética como modelo universal não importando qual modelo de liberdade. Penso que nosso futuro comporta mais segredos, mais liberdades possíveis e mais invenções do que nos deixa imaginar o humanismo, na representação dogmática que se tem dado aos diferentes componentes do espectro político; a esquerda, o centro e a direita (FOUCAULT [1982] 1994, p.783).

Essas palavras revelam que Foucault, no percurso de seu pensamento, nunca se cansou de buscar caminhos diferentes e indagações novas, sem nunca achar que o caminho é único, alertando para outras liberdades, outros modos de subjetivação possíveis.

Em nosso estudo, discutimos e problematizamos, na análise do *corpus*, as práticas, as instituições, os regimes de enunciação que, através de relações de poder-saber, constroem verdades, legitimadas socialmente, sobre o sujeito, o jornal impresso e o discurso jornalístico diversificado, ainda que sempre existam possibilidades de resistência.

Se o sujeito é construído discursivamente, por sua vez, também é atravessado pelo inconsciente que, por vezes, emerge na/pela linguagem, conforme defende, como vimos, o pós-estruturalismo francês, que faz a crítica do sujeito logocêntrico, racional.

⁷ Birman (2000, p.81), com base nas idéias de Foucault, considera que se deve “insistir na dimensão de produção do sujeito, que não mais seria origem e invariante, mas destino e produção, destino resultante de um longo e tortuoso processo de modelagem e de remodelagem, historicamente regulado. Segundo Foucault, não existiria o sujeito, mas apenas formas de subjetivação”.

1.3 Desconstruindo o sujeito logocêntrico

*A descoberta do inconsciente tem íntima relação com o descentramento do sujeito, que é a sua condição de possibilidade, o seu **a priori** concreto.*

Joel Birman
“Arquivos do mal-estar e da resistência”

Na tradição clássica ocidental, o sujeito é pensado como idêntico a si mesmo, pré-existente, fruto da tradição cartesiana e do pensamento iluminista. Descartes (1596 - 1650) inaugura o sujeito racional, pela proposição “Penso, logo existo”. Entretanto foi com Freud e sua hipótese do inconsciente que se começou a problematizar a divisão e o descentramento do sujeito logocêntrico. Como nos lembra Foucault (1997, p.17), repetindo as palavras de Freud, ocorreram três grandes feridas narcísicas na cultura ocidental: a ferida produzida por Copérnico, ao desconstruir a idéia de que a Terra era o centro do universo; a realizada por Darwin, no que diz respeito à origem humana; e a ferida causada pelo próprio Freud, com sua hipótese do inconsciente, que desconstruiu a noção de sujeito logocêntrico, racional, sabedor de si. Kehl (2002, p.85) explicita essa divisão do sujeito ao dizer que ele é “dividido pelo desconhecimento de uma dimensão de si mesmo, da qual ele só pode se apropriar pelo acesso à palavra”. Desse modo, é pela/na linguagem que o sujeito do inconsciente emerge.

Por sua vez, Authier-Revuz (1982; 1998), propõe, em seus estudos, a heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso, apoiando-se, de um lado, nos trabalhos que tomam o discurso como produto de interdiscursos – o dialogismo bakhtiniano – e, de outro, na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem, trazida por Freud e sua releitura por Lacan. A autora (1982) indica algumas formas marcadas de

heterogeneidade, as quais evidenciam a presença do *outro* na linguagem. A partir das marcas explícitas de heterogeneidade mostrada, articulada com a heterogeneidade constitutiva da linguagem, apoiada nas colocações de Bakhtin, para o discurso, e da psicanálise, para o sujeito, ela considera que há uma *negociação* entre as duas formas de heterogeneidade. Impossibilitado de fugir da heterogeneidade constitutiva de todo discurso, o enunciador, ao explicitar a presença do *outro*, através das marcas da heterogeneidade mostrada, expressa, no fundo, seu desejo de dominância, de completude. Movido pela ilusão do centro, por um processo de denegação em que cita o *outro* e delimita seu lugar, o enunciador pontua seu discurso, numa tentativa de “circunscrever e afirmar o um”, para que o discurso possa ser mantido. Authier-Revuz (1998, p. 26), lembra-nos, ainda:

Esse espaço de não-coincidências onde se faz o sentido, nutrido dessas heterogeneidades que o distinguem da fixidez una do signo, é também, indissociavelmente, aquele onde ele poderia desfazer-se, se não o protegesse, opondo-se à sua dispersão, uma força de ligação, de coesão, de UM que faz “obter” uma fala, que faz com que obter uma fala seja, entre outros, fazer “ter junto” o que não faz outro sentido senão o de não ser um.

Para Authier-Revuz (1982, p.28), “sempre sob as palavras ‘outras palavras’ são ditas”, ou seja, é na materialidade lingüística que emergem vozes através das quais a análise pode tentar recuperar vestígios do inconsciente. Nessa perspectiva, o discurso, atravessado pelo inconsciente, articula-se à concepção de sujeito como efeito da linguagem: sujeito descentrado, dividido, clivado, barrado. A heterogeneidade constitutiva do discurso é produzida pela própria dispersão do sujeito, o qual busca, imaginariamente, apagar, suturar essa dispersão, anular (ilusoriamente) o descentramento.

Entendemos que os professores-alunos, em seus dizeres (*corpus*), buscam palavras – “palavras que faltam, faltam para dizer” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.26) – para construir sentidos, no espaço heterogêneo da

linguagem, entre o histórico-social e o lingüístico. É nesse tecido aparentemente suturado que buscamos e analisamos marcas, vestígios da heterogeneidade que emerge através de vozes diferenciadas, do(s) outro(s), das contradições que se imbricam no tecido discursivo.

1.4 Cenário contemporâneo: sujeito e outras discursividades

*Não chame de filho
este ser tão diverso
que pisa o ladrilho
de outro universo.
Sua independência
é total: sem marca
de família, vence
a lei do patriarca
Liberto da herança
de sangue ou de afeto,
desconhece a aliança
de avô com seu neto.*

Carlos Drummond de Andrade

O sujeito, em sua complexidade, encontra-se atravessado por uma teia de discursividades que também o constituem. Trazemos, a seguir, autores das Ciências Humanas, que discutem a subjetividade e o cenário contemporâneos, cujas formulações teóricas contribuem para nossas análises e discussões sobre o sujeito e o discurso jornalístico.

Lipovetsky ([1993] 2005), na parte introdutória de sua obra *A era do vazio*, ao observar a sociedade atual e seus paradoxos, fala-nos de um processo de personalização que, de certa maneira, quebra o aspecto disciplinar da sociedade; “positivamente, ele corresponde ao agenciamento de uma sociedade flexível baseada na informação e no estímulo das necessidades”. Ainda na introdução, esse autor afirma que é próprio do

processo subjetivo “o máximo possível de escolhas privadas, com o mínimo de austeridade e o máximo possível de desejo, com um mínimo de coerção e o máximo possível de compreensão”.

Entretanto, tal processo de personalização hedonista produz o vazio, justamente pelo excesso de opções e modelos, fruto da sociedade do consumo. A subjetividade, para esse autor, enfrenta paradoxos com os quais tem que conviver. Se, por um lado, parece haver uma liberdade maior para o indivíduo se realizar, por outro lado, as técnicas de controle social intensificam os dispositivos mais sofisticados para agenciar o sujeito. Se a modernidade sustentou-se na produção e na revolução política, a pós-modernidade vê-se obcecada pela busca de informação e pela expressão subjetiva, nem que seja para se dizer quase nada; o importante é estar junto aos que compartilham preocupações imediatas semelhantes. Trata-se de um sentimento de pertença superficial, de aparência.

Lipovetsky (2007, p.30) afirma que estamos numa sociedade que, inicialmente, ele chamou de pós-moderna, mas que, posteriormente, considerou como hipermoderna, justamente pelo excesso a que estão submetidos o sujeito e a sociedade em geral. O hiperconsumismo desenvolve-se como um substituto da vida que almejamos, funcionando como um paliativo para os desejos não realizados de cada pessoa. Também, ao discutir as mudanças da cultura liberal, esse autor aborda a mídia num duplo e simultâneo processo: de massificação e de individualização dos modos de vida, dos gostos e dos comportamentos contemporâneos. Se, por um lado, “o poder da mídia coincide com uma capacidade de imposições de modelos que, por não serem obrigatórios, não deixam de ter menos eficácia”, por outro, a mídia também “é uma das forças subentendidas na formidável dinâmica de individualização dos modos de vida e dos comportamentos da nossa época” (LIPOVETSKY, 2004, p.69-70). Esse autor, em sua análise dos aspectos da mídia que considera favoráveis e desfavoráveis aos modos de ser da atualidade, acentua, no entanto, que ela

“não consegue controlar e fabricar, peça por peça, os gostos e as reações do público. Estimula-se, mas não os comanda” (*id.*, *ibid.*, p.81). Abre, portanto, possibilidades de resistência a esse processo de massificação e controle.

Entendemos que Lipovetsky não demoniza a mídia nem a celebra, apenas constata e descreve os processos que percebe na sociedade. Em sua obra *A sociedade da decepção* (2007), ele reconsidera alguns aspectos de livros anteriores, embora se mostre ainda otimista em relação à humanidade. Comenta a chamada “morte da cultura” ou “derrota do pensamento” e traz à discussão questões sobre internet e televisão. Afirma que as práticas midiáticas dos consumidores como, por exemplo, as horas passadas diante da TV, os blogs, os fóruns de discussão na internet, “manifestam uma espécie de desejo de ser menos passivo, um certo interesse em assimilar novos conhecimentos com uma pitada de curiosidade” (LIPOVETSKY, *ibid.*, p.59).

O autor também acredita na sede de entender, de aprender e de refletir do sujeito. Toma por base o poder da internet, como forma de alargar horizontes, bem como o poder das ciências, como campo de trabalho para o espírito e como forma de questionamento. Concordamos com Lipovetsky e seu modo de olhar os fatos, sem estabelecer dicotomias, pois ele trabalha com uma espécie de arte da contradição, no sentido de apresentar a convivência e a (con) fusão de contrários. Para ele, por exemplo, o medo do vazio é que, muitas vezes, leva o indivíduo à busca do excesso. Excesso de consumo, de presença, de visibilidade, de individualismo, entre outros. Entretanto, o excesso é como se fosse a única forma de existir na hipermodernidade

Para enfrentar as contrariedades da vida, as sociedades de matiz tradicional tinham à sua disposição instrumentos diversos de consolação religiosa; já as sociedades hipermodernas, numa espécie de contrafluxo, valorizam o incitamento contínuo ao consumo, à fruição, à mudança.

Desse modo, as “técnicas” reguladas de forma comunitária pelo mundo da religião deram lugar a “fórmulas paliativas”, diversificadas e desreguladas, do universo individualista da livre-opção (LIPOVETSKY, *ibid.*, p.7)

Pensamos, com Lipovetsky, que a hipervalorização do individualismo é que leva o sujeito à busca do excesso como forma de uma (impossível) completude, já que fundada somente no imaginário.

Melman (2003, p.94), por sua vez, destaca que a subjetividade contemporânea não encontra mais um lugar (de sujeito) em que possa se sustentar. É uma “subjetividade móvel”, vivendo vidas múltiplas, na busca de gozo “a qualquer preço”. Parece (ainda) ansiar por um lugar, mas, ao mesmo tempo, busca satisfações passageiras, provisórias: “Hoje em dia, só há gozo desse objeto ‘construído’ através dos objetos parciais, esse objeto que Lacan nomeou objeto pequeno a” (*ib.*, *ibid.*, p.118). O sujeito freudiano da falta, castrado, abre espaço para um outro modo de subjetivação, decorrente, entre outras condições, principalmente do processo econômico acelerado, que tem necessidade, para se sustentar, de ver romperem-se os interditos e barreiras, a fim de criar “populações de consumidores, ávidos de gozo perfeito” (*id.*, *ibid.*, p.56).

Embora Melman destaque o consumismo e o individualismo na constituição da subjetividade, assim como o faz Lipovetsky, aquele se mostra mais pessimista do que este. Melman (*ibid.*, p.38) alerta para o perigo de um “fascismo voluntário”, quer dizer, supõe que o excesso em que a subjetividade contemporânea está mergulhada poderá fazer emergir uma “aspiração coletiva ao estabelecimento de uma autoridade que aliviaria da angústia, que viria enfim dizer novamente o que se deve e o que não se deve fazer”, de certa forma liberando da angústia decorrente da perda de referências, da perda da figura do pai, da autoridade.

Ao pressupor esse tipo de emergência subjetiva, o autor discorre sobre um novo sujeito “sem gravidade”, provido de uma nova economia

psíquica, que “não prepara mais esse lugar em que o sujeito pode se sustentar”. Refere-se a um “zapping subjetivo”, em que a pertença do sujeito a uma comunidade é apenas momentânea, mudando de posição de acordo com a informação. Esse “zapping”, para Melman, não é apenas de imagens, mas também subjetivo, na medida em que se lida com o mesmo sujeito, com uma feição neutra e insignificante, máscara de uma subjetividade móvel. Nossa análise do discurso jornalístico aponta para esse tipo de subjetividade, que se “cola” e se sustenta praticamente em informações, rapidamente consumíveis e descartáveis. O autor lembra, ainda, que as informações veiculadas pela mídia têm um grande poder de manipulação que aprisiona o sujeito.

Você nunca sabe o que realmente pensa aquele que está falando com você, como se ele mesmo nunca pensasse nada que seja firme. Temos a felicidade de estar liberados das ideologias, mas para deixar lugar a quê? Como o sujeito é obrigado, entretanto, a se referir a um sistema Outro, o que tem lugar hoje são as informações. É aí que se situa o poder. Segundo as informações que você dá, você manipula inteira e perfeitamente os receptores, você os faz pensar, experimentar e decidir como você quiser (MELMAN, *ibid.*, p.94-95).

Considerando a força dos meios de comunicação e informação contemporâneos, não acreditamos, porém, que esse poder atue sem qualquer resistência, sem escapes, conforme nos alerta Foucault (1982) em uma de suas últimas conferências: há sempre vazios de discurso que podem ser construídos e ocupados.

Melman discute um sujeito que se constitui principalmente no gozo dos objetos, na satisfação momentânea, provisória, um sujeito que, embora apresente várias facetas e se julgue livre para decidir, encontra-se, paradoxalmente, preso na teia das imposições comuns a todos, na prescrição do excesso. A singularidade, própria do sujeito da psicanálise, está apagada por máscaras diversas, por posições-sujeito extremamente

móveis, lábeis, flexíveis – promessas de gozos diversos – porém, o lugar do sujeito esvazia-se, constituindo uma espécie de “não-lugar” (LEBRUN, *apud* MELMAN, *ibid.*, p.126), sem diferenciação, sem transgressão.

Tanto Lipovetsky quanto Melman referem-se a um sujeito contemporâneo do excesso, que oculta um sujeito esvaziado, no qual predomina o imaginário, a relação especular, dual. Embora as projeções desses autores, para a subjetividade, sejam diferenciadas, como vimos, elas podem contribuir para compreender essa faceta da subjetividade contemporânea na análise do *corpus* desta pesquisa.

Lebrun (2004) problematiza o papel do discurso da ciência na constituição subjetiva; afirma que “os enunciados da ciência permitem, àqueles que os usam, desconhecer a dimensão da enunciação” (LEBRUN, *ibid.*, p.69), reduzindo a faculdade de pensar. Para reforçar e sustentar seu argumento, Lebrun traz o pensamento de Hannah Arendt, em *Condição do homem moderno*. Arendt, que, em 1963, foi enviada especial da revista *New Yorker* para fazer a cobertura do processo de Eichmann em Jerusalém, vê nesse nazista um “homem inteligente e extremamente disciplinado, totalmente integrado numa hierarquia, incapaz de pensar e de se pensar fora dela, ainda com mais forte razão contra ela” (ARENDR, *ibid.*, p.339, *apud* Lebrun, *ibid.*, p.72). A autora considera o nazista um paradigma do sujeito do sistema totalitário, enfraquecido em sua faculdade de pensar. É essa condição que ela chamará de “banalidade do mal”, isto é, para Arendt, o mal é realizado por indivíduos que, no contexto em que vivem, nunca se decidiram a ser bons ou maus. Ela coloca em evidência, no julgamento nazista que acompanhou, um tipo de sujeito que se submete ao sistema totalitário que o comanda, um sujeito que se demite da enunciação, sustentando-se apenas nos enunciados.

Ainda que esse seja um caso extremo, contribui para uma reflexão produtiva sobre a mídia atual e seu funcionamento, no sentido de, cada vez mais, regular e controlar o indivíduo e moldar sua subjetividade. Não

vivemos em um regime totalitário, mas podemos dizer que o agenciamento do sujeito ocorre por meio de dispositivos sutis, serpentinos e, por isso mesmo, mais poderosos. O discurso jornalístico, em sua forma diversificada, é um discurso que funciona de modo impositivo e, ao mesmo tempo, imperceptível para o sujeito. Os enunciados produzidos pelo/sobre o discurso jornalístico, permeando outros discursos como, por exemplo, o político-educacional, o pedagógico e o das ciências em geral, parecem impor-se ao sujeito, “anestesiando” o pensar, o julgar, levando-o à repetição de dizeres pelos quais não se responsabiliza como sujeito em sua singularidade.

Lebrun (2004), referindo-se ao discurso da ciência, diferencia a ciência – como procedimento de conhecimento – do discurso da ciência, como autoridade que substitui a relação mestre-sujeito. O mestre, aquele que ensina a aprender, apaga-se para dar lugar ao agente de transmissão de conhecimentos, que apenas repete enunciados. Portanto, hoje, o sujeito, ao utilizar o discurso da ciência, não tem que assumir as conseqüências do que implica sua fala.

O autor faz uma análise do nascimento da ciência, primeiramente na Grécia, no século VI antes de Cristo, e, depois, na Idade Clássica, com a publicação do *Discurso do Método*, em 1637, onde Descartes inaugura um ponto de certeza para a construção da ciência. Em conseqüência dessa análise, Lebrun (*ibid.*, p.57-58) afirma que

... a ciência se constitui não mais pelas percepções, mas pelas próprias idéias. É feita, então, a ruptura com a posição epistemológica de Aristóteles, para quem a prioridade continuava concedida à coisa existente. Esse primeiro passo sustentado por Descartes, sobre o qual se organizará o desenvolvimento da ciência moderna, desmente a concepção corrente que temos da ciência – e seu desenvolvimento progressivo -, a de que, ao desnudar seu objeto, ela chegaria, nesse movimento de desvelamento, ao conhecimento do real.

O mundo contemporâneo está “marcado” pelo discurso da ciência, o que implica três movimentos: primeiramente, produção de enunciados que impõem ao enunciador excluir-se como sujeito da enunciação; em seguida, retomada dos enunciados por alguns que não construíram esse trabalho e, por fim, utilização dos enunciados unicamente na forma de consumo. Levando em consideração esse consumo do discurso da ciência, cada vez mais presente em nossos dias, o autor evoca o que chama de “totalitarismo pragmático”, pelo qual “deve-se entender a autonomia adquirida por um sistema, organizado em torno de uma lógica que pretende dar conta racionalmente de tudo, a tal ponto que chegaria – sem deliberadamente querer, mas também não querendo saber – a não mais deixar lugar para o sujeito” (LEBRUN, *ibid.*, p.68).

As conseqüências do discurso da ciência, elencadas e discutidas pelo autor, são inúmeras, mas nos deteremos apenas em algumas, mais pertinentes ao nosso estudo. Uma delas é que o discurso da ciência nos faz perder o sentido da experiência comum, que não remete a conhecimentos, mas, sim, a um saber interno ao sujeito, a essa “falha que o faz sujeito” (*id.*, *ibid.*, p.100), resultado da instalação da ordem simbólica. O sujeito vai perdendo o sentido de limite e a categoria do impossível, que o torna sujeito, para considerar que “tudo é possível” através da ciência, que a completude é possível. O sujeito vive, então, um paradoxo: ao mesmo tempo em que busca, no social, o “tudo é possível”, o viver sem limites, o gozo, também constata a frustração, a decepção por não conseguir a completude desejada.

O “tudo é possível” do discurso da ciência descredencia a questão do impossível, do Real; pois haverá sempre a falta constitutiva, a hiância entre o sujeito e aquilo a ser conhecido. A incompletude do simbólico estará sempre presente, devido à inserção do sujeito na linguagem, ainda que esteja ocorrendo com o sujeito um “atolamento no imaginário”, nas palavras de Lebrun (*ibid.*, p. 114).

Outra característica decorrente do discurso da ciência, o qual se pretende racional e enunciador de “verdades”, é o que Lebrun (*ibid.*, p.107) chama de “servidão voluntária⁸ com relação a enunciados que se apresentam como se nada mais devessem à enunciação”. É fato que nunca o discurso da ciência, com seus enunciados assumidos como se fossem a verdade irrefutável, foi tão acolhido como resposta aos anseios do homem contemporâneo. As disciplinas “psi” são um exemplo significativo do poder e da presença do discurso da ciência na sociedade, em sua tentativa de explicar o sujeito de nossos dias. O discurso jornalístico, por sua vez, assume um papel intensificador e difusor desse discurso, que serve à ansiedade por respostas e soluções para o homem atual às suas inseguranças e angústias. Além disso, o discurso jornalístico também se presta a nos direcionar, ordenar e regular como sujeitos-no-mundo. Desde a previsão do tempo até como nos alimentar, como nos vestir, como amar e educar nossos filhos, tudo isso é dito, repetido e explorado pela mídia, em seu propósito de seduzir e agenciar o público consumidor. As receitas de “bem viver” vêm prontas, repetidas, para um consumo cada vez mais individual e para um controle cada vez mais imperceptível.

Se levarmos em conta esse saber de enunciados, o qual se impõe a qualquer locutor, com uma pretensão universalizante, é possível afirmar que “a tarefa de governar, como a de educar ou a de psicanalisar, como já indicava Freud, é uma tarefa impossível, o que significa que se trata de uma tarefa que exige sustentar-se pela falha, pela falta” (LEBRUN, 2004, p.109). É um trabalho sempre por fazer, incompleto, como o próprio sujeito. Mas é importante lembrar que, embora ocorram agenciamentos, através de dispositivos os mais variados, o sujeito tem possibilidades, por sua condição de ser-da-linguagem, de criar resistências e inventar-se, não sem tensões e conflitos.

⁸ A expressão “servidão voluntária” foi primeiramente utilizada por Étienne de la Boétie, filósofo francês (1530-1563), amigo de Montaigne. Refere-se a uma rede vertical de relações de forças que atravessa a sociedade sob a forma de mando e obediência.

Poderíamos, ainda, elencar outros efeitos do discurso da ciência na subjetividade, mas acreditamos que a perda da experiência comum e a servidão voluntária, discutidas por Lebrun, podem nos auxiliar na problematização do sujeito contemporâneo, bem como as análises feitas por Lipovetsky, Melman, Arendt. Se, por um lado, os autores tratados apresentam-nos uma subjetividade marcada pelo excesso de toda espécie, pelo individualismo, pelo consumo, por outro, revelam um sujeito que procura sustentar-se, simultaneamente, no discurso racional da ciência, como forma de dar respostas à sua busca de completude e de “bem viver”. Assim, tanto o sujeito logocêntrico da modernidade quanto o sujeito multifacetado e fragmentado da pós-modernidade imbricam-se, produzindo uma subjetividade constituída por discursos entrecruzados, contraditórios, paradoxais.

CAPÍTULO 2

DISCURSO JORNALÍSTICO DIVERSIFICADO, SUJEITO E INFORMAÇÃO

Fazer aparecer em sua pureza o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever nele e fora dele jogos de relações.

Michel Foucault
“A arqueologia do saber”

2.1 O discurso jornalístico diversificado e o jornal impresso na contemporaneidade

O objeto (...) existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações.

Michel Foucault
“A arqueologia do saber”

Num momento de crise institucional da imprensa escrita frente às novas tecnologias de comunicação e informação, ao processo de globalização, à cultura do consumo, às novas vivências de espaço/tempo, entre outras circunstâncias, torna-se fundamental problematizar o papel e o lugar que o jornal impresso vem ocupando em relação ao discurso jornalístico diversificado.

Como propusemos inicialmente (cf. Introdução), o discurso jornalístico diversificado constitui-se num dispositivo de poder cada vez mais atuante na vida contemporânea, englobando o jornal impresso, a TV e a internet. A razão de nossa escolha por esses três suportes decorre de terem sido os mais utilizados e mencionados nas respostas escritas dos participantes de nossa pesquisa, embora com diferentes formas e intensidades de uso.

A partir dessa constatação, consideramos que o discurso jornalístico diversificado representa uma complexa teia de relações de poder-saber, em que ocorre um contínuo embate de forças, nem sempre equilibradas, entre os diferentes suportes, na tentativa de obter, cada um deles, sua fatia do mercado consumidor de informações. Nesse trabalho incessante, intensificam-se e (re)criam-se estratégias de sedução, que

procuram capturar o público-consumidor, cada vez mais mobilizado regulado e (con)formado às imagens e informações veiculadas.

É no enfrentamento dos diferentes suportes que ocorre um trânsito contínuo de informações entre jornal-impresso, TV e internet, em que eles se remetem um ao outro, numa rede imbricada de conteúdo jornalísticos que se entretecem, a ponto de, muitas vezes, o público-consumidor não se lembrar de onde viu ou leu essa ou aquela notícia ou informação.

Com o acirramento da concorrência entre os diferentes suportes e a diminuição da leitura do jornal impresso, na atualidade, esse meio vem gradativamente perdendo seu público e, por conseqüência, buscando saídas para a crise.

Para uma apresentação inicial dessa problemática, que será detalhada nos resultados de análise do *corpus* (cf. 2.2.4; 3.2.1; 3.2.2; 3.2.3; 3.2.4), tomamos de Foucault ([1969] 2004) o procedimento de análise arqueológica dos discursos. Os processos discursivos são produzidos por/nos sujeitos, porém não têm neles sua origem. Assim, os sujeitos determinam as condições de exercício da função enunciativa, ao mesmo tempo em que são por ela determinados.

Foucault (*ibid.*, p.50-52) adota o conceito de formação discursiva, que implica uma série de condições e conseqüências. Primeiramente, o fato de que “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”: “o objeto (...) existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações”. Em outras palavras, a constituição do objeto de discurso é uma construção realizada por um sujeito situado historicamente. Além disso, as relações que se estabelecem dependem das instituições onde são produzidas, dos processos econômicos e sociais. Por fim, as relações discursivas não são internas ao discurso, mas também não são exteriores ao discurso: elas se encontram, de alguma maneira, no limite do discurso.

Desse modo, a análise do campo discursivo compreende uma descrição pontual, para acolher cada momento do discurso, sem precisar

remetê-lo à sua origem. “É preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (FOUCAULT, *ibid.*, p.28). Trata-se, portanto, de compreender o enunciado discursivo em sua singularidade de acontecimento, às vezes, em sua minúscula emergência.

As condições históricas para que surja um objeto de discurso e dele se diga alguma coisa ou para que ele estabeleça relações com outros objetos são numerosas, compreendem um feixe complexo de relações que o discurso deve efetuar para poder falar dos objetos. Essas relações dizem respeito ao próprio discurso enquanto prática, sustentada por um conjunto de regras. O autor ressalta que os discursos são constituídos de signos; “mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, *ibid.*, p.55).

No caso do jornal impresso, a análise engloba elementos que não podem ser reduzidos ao contexto imediato da produção textual. Torna-se necessário considerar o quadro sócio-político-econômico em que o jornal é produzido; as mudanças que ocorrem no seu funcionamento em relação às tecnologias de comunicação e informação, as relações que se estabelecem entre sujeito-leitor, informação e sociedade; os novos objetos que aparecem (novos tipos de indivíduos, novas subjetividades, novos objetos, novos comportamentos, novas modalidades de enunciação). A análise arqueológica, proposta por Foucault, compreende, portanto, “uma espessura imensa de sistematicidades, um conjunto cerrado de relações múltiplas” (*id.*, *ibid.*, p.85), procurando sempre permanecer na dimensão complexa e densa do discurso, descrevendo e interrogando o já-dito no nível de sua existência.

Analisar o jornal impresso frente às novas tecnologias de comunicação e informação, sob o prisma do arquivo, significa olhá-lo e descrevê-lo em sua existência múltipla, regulado por um feixe complexo de relações. Adotar a noção de arquivo é fazer “aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se

modificarem regularmente” (*id., ibid.*, p.148-149). O arquivo não tem um caráter exaustivo, não é descritível em sua totalidade. Liberta-nos de nossas continuidades e estabelece que a diferença não é origem esquecida e recoberta, mas, sim, a dispersão que somos e que produzimos continuamente.

As mudanças e transformações que nos conduzem, hoje, a um novo olhar sobre o jornal, vêm-se depositando nele lentamente; há uma coexistência de enunciados dispersos e heterogêneos, um jogo incerto de aparecimentos e desaparecimentos. Múltiplas são as relações que estão em jogo e que, de alguma forma, determinam o funcionamento do jornal impresso na contemporaneidade, bem como o seu lugar dentre as chamadas novas tecnologias de comunicação e informação.

É fato que a informação constitui-se em pedra fundamental sobre a qual sempre se desenvolveu o discurso jornalístico, desde seu início. As mudanças pelas quais passou a informação, no decorrer dos tempos, podem ser vistas a partir do trânsito de informações na Grécia e em Roma antigas, passando pelo desenvolvimento do comércio da Idade Média e chegando até o século XVII quando começam a surgir publicações periódicas, vinculadas aos grandes centros urbanos europeus. Com os avanços tecnológicos que ocorrem continuamente em nossos dias, a informação vem assumindo um papel e um poder cada vez mais intensos na sociedade. Assim, torna-se necessário examinar e descrever esse objeto de discurso, matéria-prima do jornal impresso e das novas tecnologias de comunicação e informação.

É pela informação que se sustentam os jornais e a mídia em geral, como forma de agenciar os seres humanos. O próprio termo in-forma-ção sugere colocar na forma, enquadrar, regular, controlar. As informações são selecionadas, recortadas e editadas pela mídia em geral, como objeto de consumo e também como um dispositivo manipulador e controlador dos indivíduos. Desse modo, o jornal impresso vê-se atravessado por diferentes discursos que parecem transformar sua configuração e seu papel nos dias

atuais. O jornal, bem como os outros meios de comunicação e informação, encontram-se fortemente marcados por uma visão capitalista; é essa visão econômica que direciona as publicações e o mundo em que vivemos.

O processo de globalização, que compreende um pacote econômico, cultural, tecnológico, converte todos os valores materiais e simbólicos ao preço de mercado, à lei da oferta e da procura. Não existem limites no mundo mercantilista; tudo o que é objeto do desejo humano reduz-se às relações de troca. Dessa forma, a comunicação de massa está, praticamente, voltada a formar consumidores. Trata-se de um processo discursivo cada vez mais presente, poderoso e atuante no mundo, com efeitos imprevisíveis para o homem e para a civilização. Mattelart (2002, p.11) acentua que “a interconexão generalizada das economias e das sociedades é, com efeito, o resultado do movimento de integração mundial que foi iniciado na virada do século XIX”.

Nesse novo cenário, o papel da comunicação e da informação torna-se cada vez mais importante. Novas vivências de espaço/tempo inauguram-se: o espaço é o aqui sem distâncias, sem horizontes e sem fronteiras; o tempo é o presente, sem passado e sem futuro. Os meios se instauram a si mesmos, como espaço e tempo. Não são mais os ritos, as normas do passado que organizam a vida dos indivíduos, mas, sim, os acontecimentos do presente e sua cobertura pela mídia. De fato, é ela, com sua teia complexa que a todos enreda, a grande impulsionadora das mudanças aceleradas do nosso tempo, colocando em funcionamento uma cultura fundada na fatualidade, na superficialidade e rapidez das informações, “um *patchwork* móvel, uma construção fragmentada sobre a qual nosso domínio é fraco ...” (LIPOVETSKY, 1989, p.229).

Além disso, a cultura industrial, ou seja, a cultura de massa, nos oferece “a novidade no clichê, a repetição com um mínimo de diferença” (LIPOVETSKY, *ibid.*, p.209). É uma cultura de consumo, cuja sedução se deve, em parte, à simplicidade que manifesta. A sedução consiste numa das

grandes estratégias da mídia e da cultura do espetáculo. Szpacenkopf (2003, p.167) destaca que

[...] a mercadoria ganhou importância no mundo pela idéia de que contém o que todos devem ter, o que faz crescer o medo de ser privado dela. A política do consumo dá a ilusão de uma sobrevivência aumentada e também da valorização da própria vida, destacando-se aí a sedução como alargamento das possibilidades do ser humano.

Entretanto, esse (ilusório) alargamento de possibilidades faz surgir um sujeito-consumidor-de-informações que, pouco a pouco, se (con)some na própria mercadoria-informação, torna-se dependente e necessitado dela, mesmo que a novidade seja da ordem do repetível, com a mínima diferença.

Outro aspecto que merece destaque: é o fato de a informação, em nossos dias, ser sustentada por uma cultura da imagem, que se agrega ao espetáculo. Ilustramos esse fato com as palavras de Marcelo Coelho, colunista da *Folha de S.Paulo*. Em seu artigo “Espetáculo de sofrimento”, publicado em 16 de março de 2005, Caderno E₆, reclama de imagens feitas do Papa João Paulo 2º e questiona: “Não param de filmar o Papa, de fotografá-lo, de expô-lo em janelas, sacadas, beirais incertos de onde ele respinga alguns acenos aos fiéis alarmados, incrédulos, jubilantes. Por que expor com tamanha intensidade o declínio físico desse homem?”

Para o articulista, as fotos do Papa têm uma dimensão simbólica muito grande: representam “exemplo do esforço férreo e implacável para dominar a carne”, bem como revelam “nas roupas e adereços que pesam por cima de sua pessoa derruída, o poder opressivo, imobilizador, que a tradição e o cargo exercem sobre um ser humano”. Expressam, ainda, “a idéia de uma defesa incondicional da vida, tal como a entende o dogma católico”. Mais adiante, completa: “Das imagens de santos torturados que cobrem as paredes de toda igreja desse mundo ao martírio cotidiano,

acompanhado ao vivo, de João Paulo 2º, um mesmo espetáculo, edificante, horrível e sublime, repete-se”.

As palavras de Marcelo Coelho enfatizam o poder que as imagens exercem, nos meios de comunicação e informação, para mobilizar e seduzir o público. A cultura do espetáculo tomou grandes proporções nos últimos dias de vida do Papa e durante seus funerais. Jornais, revistas, televisão, internet, enfim, todos os meios de comunicação se mobilizaram para mostrar a melhor imagem, a melhor reportagem, a novidade que fizesse o público-consumidor manter-se “ligado”, “preso” às repetições, aos lugares-comuns de notícias acrescidas de pequenas diferenças. Tudo é transformado em espetáculo, e a morte do Papa foi um entre muitos acontecimentos diariamente explorados pela mídia e transformados em espetáculo para seduzir o público.

Desse modo, é significativo que os participantes de nossa pesquisa apontem o sensacionalismo com que as informações são apresentadas. A título de exemplo, trazemos um excerto, extraído da resposta de um professor-aluno, que será posteriormente discutido no capítulo de análise (cf. 3.2.1) e que aponta para o questionamento do leitor quanto à “verdade” em jornalismo:

E₉ - R₁₀ – Acho interessante ler alguns artigos e outros acho que são desnecessários, em alguns jornais existe um pouco de “fantasia” em relação a determinados assuntos, dá a impressão que eles não falam realmente a verdade e procuram atrair o leitor causando sensacionalismo ou impacto forte demais.

Recentemente, a cultura do espetáculo tem-se tornado cada vez mais intensificada; qualquer fato ou notícia, trabalhado e manipulado pelo discurso jornalístico diversificado, assume proporções exageradas. Um exemplo, dentre tantos que mobilizam os nossos dias, é o da menina Isabella que, em 2008, foi jogada, supostamente pelo pai e pela madrasta, da janela do apartamento. As notícias se desdobraram, se repetiram e se

(re)criaram, nos mínimos detalhes, na mídia em geral, levando a sociedade a uma espécie de delírio, a ponto de uma multidão postar-se em frente à casa dos avós para protestos, que chegaram quase à agressão física.

Assim como esse, todos os dias, a mídia elege um novo fato para ocupar o público e seus espaços no papel, na tela da TV ou do computador, nos diferentes programas, num trabalho que se multiplica em pequenas diferenças sobre o mesmo; seduz o público, mas, por vezes, chega a exauri-lo, pela repetição exaustiva. Tudo isso ocorre associado não apenas à lógica do espetáculo, mas também à lógica do consumo de informação, que afetam e orientam o sujeito contemporâneo, através das estratégias que o discurso jornalístico utiliza.

É nesse contexto sócio-histórico-cultural, em que múltiplas relações (econômicas, políticas, culturais e outras) ocorrem, que, evidentemente, não podem ser todas descritas, dada a “espessura inapreensível do discurso”, (FOUCAULT [1969] 2004), que situamos o jornal impresso e as mudanças que vem sofrendo.

O jornal impresso passa, não só no Brasil, por uma crise institucional. As tentativas de compreender o fenômeno aumentam, apontando para várias preocupações, tais como: falta de credibilidade, queda no número de leitores, crise financeira do meio, corte de profissionais competentes, presença das novas tecnologias de comunicação e informação (SANT’ANNA, 2008).

A partir desse quadro, discutimos, primeiramente, a questão da velocidade da informação. O jornal impresso, desde os inícios da era moderna, constituiu-se em veículo de produção e disseminação de notícias, como nos lembra Thompson (1998, p.64):

Publicações periódicas de notícias e informações começaram a aparecer na segunda metade do século XVI, mas as origens dos jornais modernos são geralmente situadas nas primeiras duas décadas do século XVII, quando periódicos regulares de notícias começaram a aparecer semanalmente com um certo grau de confiabilidade.

É evidente que, dessa época até nossos dias, muitas mudanças ocorreram nos jornais; uma delas é a velocidade da informação. Se, antes, os jornais tinham uma periodicidade semanal, eram lidos e discutidos “nos cafés e tabernas” (*id., ibid.*, 1998, p.66), hoje, as pessoas podem ter acesso a informações pela televisão e pela internet. O jornal impresso está inserido numa ordem de discurso que enfatiza e valoriza a velocidade, com a presença de tecnologias cada vez mais rápidas, com grande poder de sedução sobre o sujeito-consumidor-de-informação. Desse modo, ele se vê obrigado a resistir e buscar alternativas frente às novas tecnologias.

Também a questão da credibilidade constitui-se em outro ponto de preocupação das empresas jornalísticas atuais. O escândalo provocado por Jayson Blair, o repórter demitido do *New York Times*, em 2003, por inventar reportagens e descrever detalhadamente locais onde jamais estivera, fez com que esse jornal elaborasse, ainda sob o impacto do ocorrido, um relatório, tentando recuperar e aumentar a credibilidade do jornal para seus leitores. Entre as diretrizes estabelecidas, o documento discute a necessidade de se reduzir ao mínimo o número de citações em que a fonte de informação não é identificada, bem como incrementar o contato entre os leitores e repórteres, além de outras questões.

Vale destacar que, no Brasil, a *Folha de S.Paulo* é um dos raros jornais que trabalha com a figura do *ombudsman*, espécie de ouvidor que recebe as críticas dos leitores e também faz a avaliação do jornal. Trata-se de uma estratégia que colabora para a imagem de credibilidade do jornal, uma das características fundamentais no jornalismo e cada vez mais exigida pelo público-leitor.

Outro problema que o jornal impresso enfrenta para a sua sobrevivência refere-se à atuação dos grandes conglomerados da comunicação, conforme acentua Thompson (*ibid.*, p.74):

Os processos de crescimento e de consolidação levaram a uma crescente concentração de recursos em muitos setores da indústria, com poucas organizações no comando das maiores porções do mercado. O grau de concentração é particularmente notável na indústria jornalística ...

Para enfrentar o poder econômico de grandes corporações, muitas organizações menores da mídia foram sendo esmagadas e forçadas a fusões.

Um exemplo da situação assinalada por Thompson é o da *Folha de S.Paulo* que, no dia 4 de janeiro de 2005, anunciou a reorganização empresarial do grupo *Folha*, unindo-se ao UOL (*Universo Online*). O *ombudsman* da *Folha*, jornalista Marcelo Beraba, em seu comentário, publicado no dia 13 de fevereiro de 2005, assim se refere à fusão: "... a empresa vive um momento difícil por conta da dívida que acumulou nos últimos anos. Esta situação levou a cortes no jornal que resultaram na perda de profissionais, na escassez de recursos e na falta de investimentos". Mais adiante, o jornalista revela uma certa inquietação: "É muito cedo para se dizer o que vai acontecer com as empresas de comunicação no Brasil nos próximos anos". Ao mesmo tempo em que procura esclarecer para o leitor os motivos da fusão, também evidencia preocupação e incerteza quanto à nova configuração empresarial e ao próprio futuro das empresas brasileiras de comunicação e informação. A incerteza do jornalista iguala-se à da sociedade e à dos estudiosos da mídia: resta esperar para ver o que acontece, pois, quando se trata de assuntos de mercado, os prognósticos são difíceis e imprevisíveis.

As novas tecnologias, por sua vez, inauguram outros tipos de relacionamentos sociais. Thompson (*ibid.*, p.77) acentua que o desenvolvimento dos meios de comunicação "faz surgir uma complexa reorganização de padrões de interação humana através do espaço e do tempo". O aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim – no que diz respeito à informação – à própria noção de "viagem" (e de "distância" a ser

percorrida), tornando a informação instantaneamente disponível em todo o planeta.

O caráter instantâneo da informação modifica hábitos e comportamentos da sociedade. Leitores não precisam se locomover para buscar a notícia, pois a televisão e a internet suprem essa necessidade. Por outro lado, há, também, um público que não se identifica com tais tecnologias e prefere ler o jornal impresso, palpável, materializado em papel. Além disso, constata-se que jornalistas e editoriais do jornal impresso servem-se das informações *on-line*, além de enviar suas reportagens e colunas via internet. Por sua vez, os editores de telejornais buscam material no jornal impresso. Há, pois, uma hibridização e intensificação de linguagens e meios, afetando tanto instituições quanto leitores, jornalistas e sociedade em geral, que é uma das características do discurso jornalístico diversificado.

O sujeito da informação encontra na internet o chamado tempo real: cada um pode ser alcançado por outro sem demora, num tempo fluido, o tempo presente. Não há o antes nem o depois: “A excessiva proximidade do acontecimento e de sua difusão em tempo real cria a indemonstrabilidade, a virtualidade do acontecimento, que lhe retira a dimensão histórica e o subtrai à memória” (BAUDRILLARD, 2002, p.129).

O jornal impresso, embora não apresente a dimensão de virtualidade e outras características próprias das novas tecnologias de comunicação e informação, mantém uma carga de tradição, de memória de dizeres, fruto de, pelo menos, dois séculos de existência aqui no Brasil. Conforme nossa hipótese, essa mescla de relações produz, no sujeito e na sociedade, um discurso em contínuo deslocamento, que coloca o jornal impresso no entre-lugar da in(e)stabilidade, o que problematizamos no decorrer desta pesquisa, sobretudo na análise do *corpus* (cf. 2.2.4; 3.2.1; 3.2.2; 3.2.3; 3.2.4).

Por enquanto, fazemos nossas as palavras de Foucault ([1969] 2004, p.44) para nos referirmos ao jornal impresso:

O perigo, em suma, é que em lugar de dar fundamento ao que já existe, em lugar de reforçar com traços cheios linhas esboçadas (...) sejamos obrigados a continuar fora das paisagens familiares, longe das garantias a que estamos habituados, em um terreno ainda não esquadrihado e na direção de um final que não é fácil prever.

2.2 O olhar sedutor do poder: as relações entre sujeito e informação

Os homens se parecem mais com seus tempos que com seus pais.

Guy Debord
“A sociedade do espetáculo”

É nosso propósito, nesta seção, analisar como as relações de poder-saber, produzidas pelo discurso jornalístico, vêm se exercendo sobre o sujeito contemporâneo, direcionando seu olhar, seduzindo o público e constituindo novos modos de subjetivação. Primeiramente, enfocamos o papel da informação na construção da subjetividade; em seguida, trazemos os resultados da análise de peças publicitárias sobre o jornal impresso, com o objetivo de discutir o visível e o enunciável que o jornalismo institui para o público-leitor, com o propósito de seduzi-lo e mantê-lo.

Na sociedade capitalista neoliberal em que vivemos, o discurso jornalístico, considerado em sua forma mais ampliada e diversificada, encontra-se marcado e sustentado pelas leis do mercado, constituindo-se em dispositivo de disseminação e proliferação de discursos outros, que

penetram nas mentes e nos corpos dos indivíduos, de forma cada vez mais sutil e, por isso mesmo, mais poderosa (FOUCAULT, [1975] 1987). O saber que se constrói pelo/sobre o discurso jornalístico atinge a todos nós, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente. As fortes mudanças provocadas pelo sistema capitalista, no decorrer do século XX e neste início do século XXI, representam um grande desafio para os estudiosos, tanto no que se refere à interpretação dessa nova realidade que estamos vivendo, quanto às perspectivas atuais e futuras no que diz respeito ao jornal impresso e ao sujeito (cf. 2.1). Quanto ao discurso jornalístico diversificado, além do cenário contemporâneo no qual esse discurso produz sentidos (cf. 1.4), torna-se imprescindível considerar as relações que se estabelecem entre sujeito, informação e sociedade.

Assim, passamos a discutir o papel que a informação assume, atualmente, como fetiche e mercadoria e também como espetáculo, na tentativa de compreender a mútua e complexa relação entre sujeito e informação.

2.2.1 Em nome do consumo: o fetiche da informação

*Com que inocência demito-me de ser
eu que antes era e me sabia
tão diverso de outros, tão mim-mesmo,
ser pensante, sentinte e solidário
com outros seres diversos e conscientes
de sua humana, invencível condição.
Agora sou anúncio
ora vulgar, ora bizarro.*

Carlos Drummond de Andrade

No neoliberalismo, a partir do momento em que a informação passa a ser considerada como um produto para consumo, ela assume um valor de mercado. Torna-se mercadoria atraente, estrategicamente utilizada e trabalhada pelos meios de comunicação de massa, dentre eles o discurso jornalístico, para seduzir e capturar o sujeito-consumidor. A lógica do mercado aplica-se perfeitamente à relação sujeito-consumidor e informação-mercadoria. Os sujeitos praticamente transformam-se em sujeito-objeto, “capturados” pela mercadoria, que reina soberana no mercado. A imagem construída da mercadoria é o espelho que revela ao sujeito aquilo que ele pode ser ou ter, promete um gozo ao sujeito. Entretanto, para essa imagem realmente produzir sentido, ter valor, deve estabelecer-se no imaginário do sujeito. A construção do valor da mercadoria transforma-a, então, em fetiche.

Para Marx, o fetiche é o que encobre na mercadoria a sua condição de trabalho alienado, aquilo que faz dela um objeto de idolatria, de tal forma que sua origem social fique apagada. Dessa forma, o fetiche funciona como uma espécie de adoração, a partir do esquecimento da alienação do trabalho, fazendo com que o sujeito deseje o que lhe foi alienado. A esse respeito, trazemos uma citação longa de Marx (*apud* BUCCI, 2002, p.70), que consideramos fundamental para entender o fetiche:

O misterioso da forma mercadoria consiste simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades sociais destas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social que existe fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas, metafísicas, sociais. (...) Não é mais nada que determina a relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos que nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece

com os produtos da mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.

Bucci (2002) traz o fetichismo em Marx, atualizando-o para os nossos dias, como um processo de fabricação do valor de gozo. Para esse autor, agora é gozo, e não uso, o que o sujeito busca na mercadoria. A imagem da mercadoria materializa-se na linguagem, através de relações imaginárias, tornando o fetiche, ele próprio, um produto industrializado do modo capitalista de produção. Dessa forma, o que é socialmente fabricado não é a mercadoria, mas o seu fetiche, que, por sua vez, também é visto como mercadoria, como imagem. Portanto, se considerarmos a informação como fetiche, podemos afirmar que, hoje, sua construção pelo discurso jornalístico necessita de estratégias incisivas para capturar o olhar do sujeito-consumidor.

Já Birman (2005, p.259-261) apresenta o fetichismo a partir de Freud, colocando-o como “a maneira pela qual o sujeito evita a todo custo a experiência da castração e o reconhecimento da diferença sexual”. A castração, em Freud, direciona o sujeito, de forma inapelável, para um outro olhar sobre a figura materna, que é destituída de seus emblemas fálicos e reconhecida, então, em sua diferença sexual, constituindo a individualidade como singularidade. Desse modo, a intersubjetividade e a experiência da alteridade apenas se constituem quando o sujeito é atravessado pela diferença e pelo desejo (sempre inapreensível). Caso isso não ocorra, o fetiche buscará tamponar (provisória e interminavelmente) essa percepção do corpo materno. Portanto, o fetichismo como modo de ocultamento da falta constitutiva do sujeito, a qual instaura o desejo, nasce com a recusa, por parte do sujeito contemporâneo, em admitir a diferença sexual, a castração. Com isso, ele permanecerá num processo de fabricação do valor de gozo, capturado pelo consumismo do mundo capitalista. É importante lembrar, com

Birman, que o sujeito do desejo continua presente porque, caso contrário, não existiria mais sujeito; entretanto, encontra-se embotado, “anestesiado” no imaginário, no excesso, no “gozar a qualquer preço”, segundo Melman (2003). Desse modo, Birman (2005, p.172) destaca que, na atual cultura do narcisismo,

[...] assistimos a uma transformação crucial na problemática do sujeito (...). O estado de ser fora-de-si do sujeito perde o lugar de *maldito*, pois, como autocentramento, passa a ser valorizado socialmente e portanto legitimado. O sujeito fora-de-si passa a ser bendito e não mais amaldiçoado. Os excessos na interiorização, no estado de ser dentro-de-si, é que passam a ser então considerados negativos para o sujeito.

Isso significa que o sujeito busca a exterioridade, um movimento do eu para fora de si, a exposição de si, a informação superficial, desde que ele esteja em evidência, o que é próprio da sociedade do espetáculo (cf. 2.2.3).

Como vimos, tanto em Marx quanto em Freud, o fetichismo fala de um ocultamento: em Marx, o ocultamento das relações de dominação/exploração nasce da transformação dos produtos do trabalho em mercadorias; a partir das idéias de Freud, o que ocorre é o ocultamento da falta constitutiva do sujeito. Assim, a noção de fetiche pode sustentar-se a partir das considerações desses dois teóricos, pois a informação torna-se algo desejado e buscado pelo sujeito-consumidor, ainda que por motivações diferentes.

Bucci lembra, ainda, que a utilidade da mercadoria é de complementar (e, ao mesmo tempo, esconder) a função de gozo. Essa utilidade tem um (suposto) valor de uso que legitima imaginariamente sua função de gozo que, hoje, é central. Propõe, então, o termo “gozo imaginário”, que define da seguinte forma:

O gozo imaginário, seja pela “fantasia” de Marx, seja pelo fantasma de Lacan, é que determina o valor de troca (...). No capitalismo super-industrial, um outro valor passou a ser

produzido socialmente, o valor de gozo, e ele é que incide de forma preponderante sobre a determinação do valor de troca (BUCCI, 2002, p.63).

O autor defende que o valor de gozo, além de ser produzido pelo trabalho, seja ele criativo, de inovação tecnológica ou científica, entre outros, também se compõe do olhar social, isto é, “o capital se apropria do olhar para incorporá-lo aos signos que fabrica” (BUCCI, *ibid.*, p.63). Dessa forma, o discurso jornalístico diversificado busca despertar o olhar do público, no sentido de levá-lo a consumir a informação-mercadoria.

A seguir, discutimos a questão do olhar e seu poder na relação sujeito-informação.

2.2.2 O olhar do poder

A visibilidade é uma armadilha.

Michel Foucault
“Vigiar e punir”

Foucault ([1979] 1998) discute a questão do olhar em termos de poder, a partir do *panopticon*⁹, de Jeremy Bentham. Ao estudar as origens da

⁹ Segundo Foucault ([1973] 1999, p.87), “o *Panopticon* era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando sua loucura, etc. Na torre central havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela; não havia nela nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante que observava através de venezianas, de postigos semi-cerrados de modo a poder ver tudo sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo.”

medicina clínica, procurou saber como o olhar médico havia se institucionalizado, como a nova forma hospitalar era simultaneamente o efeito e o suporte de um novo tipo de olhar. Percebeu, então, ao examinar os diferentes projetos arquitetônicos destinados às instituições médicas, que “a visibilidade total dos corpos, dos indivíduos e das coisas para um olhar centralizado havia sido um dos princípios diretores mais constantes” (FOUCAULT, *ibid.*, p.210).

Dessa maneira, o *panopticon* tornou-se uma tecnologia de poder destinada a resolver os problemas de vigilância não só em hospitais, mas também nas prisões, nas escolas e em outras instituições onde se fizesse necessária a vigilância, o controle e a visibilidade de corpos e coisas. O *panopticon* representa a utopia de uma sociedade e uma forma de poder disciplinar presente e intensificado na sociedade em que vivemos. Tem-se, portanto, um novo saber, organizado em torno do controle dos indivíduos, em que um vigia muitos.

Para Foucault ([1975] 1987, p.179), os meios de comunicação “são os suportes de uma acumulação e centralização do saber” através do qual “o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos”. O indivíduo encontra-se dentro de uma máquina panóptica, investido por seus efeitos de poder que ele próprio ajuda a renovar e manter. O discurso jornalístico contemporâneo constitui-se, portanto, num dispositivo de poder que seduz o sujeito, “fabricando” e regulando modos de ser e de pensar, através das “verdades” e das imagens que veicula. O autor acentua, ainda, que “os procedimentos de poder colocados em prática nas sociedades modernas são bem mais numerosos, diversos e ricos” (FOUCAULT, *ibid.*, p.211). O olhar, como estratégia de poder, transforma-se, juntamente com as forças produtivas de cada época, tornando-se cada vez mais sofisticado e sutil no objetivo de controlar os indivíduos.

Bauman (1999), referindo-se às técnicas panópticas descritas por Foucault, afirma que elas foram fundamentais nas grandes instituições disciplinadoras da modernidade “clássica”, como os hospitais, as indústrias, os exércitos. Entretanto, os arranjos contemporâneos do poder intensificaram e desenvolveram novas técnicas. Faz menção ao sinóptico, termo criado por Thomas Mathiesen:

Mathiesen censura Foucault por não dar a devida atenção ao processo moderno paralelo: o desenvolvimento de novas técnicas de poder, que consistem – ao contrário – em muitos (como nunca antes na história) vigiarem poucos. Refere-se, naturalmente, à ascensão crescente dos meios de comunicação de massa – sobretudo a televisão – o que leva à criação, junto com o Panóptico, de outro mecanismo de poder que chama, em mais um achado, de Sinóptico (BAUMAN, 1999, p. 59-60).

Observe-se que ambas as técnicas – o panóptico e o sinóptico – mobilizam o olhar, mas esse olhar é apresentado de forma diferenciada por Bauman. Enquanto o panóptico exerce a coerção sobre os indivíduos, o sinóptico trabalha para seduzir as pessoas à vigilância, levá-las a querer olhar. O alvo do olhar se altera, inclusive espacialmente falando: se, antes, um vigiava muitos, localmente, com o sinóptico muitos observam poucos, globalmente. Não apenas: todos vigiam todos ou são convocados a isso! Os poucos observados, geralmente, são as celebridades (fugazes), e as elites. Assim, o sinóptico, para levar as pessoas à vigilância, trabalha a sedução do olhar. O discurso jornalístico, em suas diferentes formas (jornal impresso, TV, internet e outras) torna-se, então, o dispositivo escolhido para esses objetivos. Os programas de TV, os “Cadernos” dos jornais impressos, especializam-se em mostrar os poucos escolhidos para a fruição do público consumidor, dando-lhes visibilidade total.

Baudrillard, no artigo intitulado “Banalidade mortífera”, publicado no Caderno *Mais!*, do jornal *Folha de S.Paulo*, de 10/7/2001, faz a crítica

dessa forma de visibilidade em programas de TV e livros, os quais levam o indivíduo a situações de exposição máxima de si mesmo:

No momento em que a televisão e a mídia são cada vez menos capazes de prestar contas dos fatos (insuportáveis) do mundo, elas descobrem a vida cotidiana, a banalidade existencial como o acontecimento mais mortífero, como a atualidade mais violenta, o próprio lugar do crime perfeito. E as pessoas ficam fascinadas, fascinadas e aterrorizadas pela indiferença do nada-a-dizer, nada-a-fazer, pela indiferença de sua própria existência (BAUDRILLARD, 2001, p.12).

Mais adiante, o autor completa: “estamos além do panóptico, da visibilidade como fonte de poder e de controle. Não se trata mais de tornar as coisas visíveis a um olhar exterior, mas de torná-las transparentes a si mesmas” (*id.*, *ibid.*, p.12).

Lembramos que, à época da publicação do artigo, começavam os programas televisivos de exposição máxima dos indivíduos, depois difundidos em vários países; no Brasil, os inúmeros programas *Big Brother*, da rede Globo de TV, e a *Casa dos Artistas*, do SBT, mobilizaram e ainda mobilizam o público espectador para o espetáculo de trazer à visibilidade pessoas que nada têm a dizer. Entretanto, os meios de comunicação e informação encarregam-se de divulgar quem são, o que fazem, o que dizem, criando o espetáculo da informação e da exposição de certa intimidade, para o gozo do público-consumidor-de-informações e também para o próprio gozo de quem se expõe.

Em nossos dias, o marketing, o uso abusivo das imagens são algumas das estratégias utilizadas na tentativa de potencializar o olhar dos indivíduos sobre o discurso jornalístico em suas variadas formas. Mas como se instaura esse olhar?

Nasio (1995), em seu livro *O olhar em psicanálise*, busca uma compreensão do inefável do olhar, que não consegue penetrar facilmente na

intelecção humana. Para o psicanalista, ver não é ver uma coisa, mas uma imagem.

O eu, portanto, percebe imagens (...) que, uma vez inscritas no eu, uma vez recebidas pelo eu, convertem-se na substância do eu. Ou seja, entre o eu e o mundo estende-se uma única dimensão, uma única dimensão contínua, sem nenhuma quebra, sem ruptura, que chamamos: dimensão imaginária (NASIO, 1995, p.18-19).

O indivíduo é, pois, marcado pelas imagens que continuamente constroem sua subjetividade. O *eu* não é a pessoa que fala, é aquele que está carregado de imagens, que é, portanto, imagem também. O *eu* percebe imagens pregnantes, isto é, as formas que carregam sentido para o *eu*. Esse efeito é produzido quando uma forma imaginária provoca o prazer de nos ajustarmos a ela, de nos reconhecemos nela. Assim, a produção do sentido ocorre como efeito que surge na relação do *eu* com a imagem, no encontro de dois sistemas: o Imaginário e o Simbólico. O olhar que o discurso jornalístico desperta no sujeito-consumidor de informações tem uma parcela do ver (que é prever, reconhecer), porém muito de inconsciente, de imprevisível.

Nasio (*ibid.*, p.34) lembra, ainda, que “... do mesmo modo que o inconsciente se atualiza nas falhas da linguagem, num lapso, por exemplo, do mesmo modo que o inconsciente está ali no lapso de linguagem, também o olhar institui-se nessas falhas da visão a que chamamos fascinação”. A fascinação, segundo o psicanalista, é um momento intermediário entre a visão e o olhar. Não faz parte apenas do mundo imaginário e ainda não pertence plenamente ao mundo do real: é o gozo do objeto e pode ser considerada como um dos modos da fantasia. Nesse sentido, na psicanálise, “o olhar não é o que vejo, não é fixar meus olhos num detalhe – como diria um oftalmologista. O olhar é o gozo ligado a um orifício” (*id.*, *ibid.*, p.55).

No que diz respeito ao discurso jornalístico, o olhar torna-se fundamental para fascinar, para seduzir, caso contrário, a relação informação/sujeito não ocorre. Daí a necessidade desse discurso trabalhar,

continuamente, por meio de estratégias, que “fabricam desejos”, para sustentar e agenciar o sujeito-consumidor de informações. Trata-se de tarefa incessante, produtiva, ilustrada pelas palavras a seguir, em relação ao jornal impresso, mas que, obviamente, podem estender-se ao discurso jornalístico em geral:

Podemos dizer que o esforço do jornal em construir a imagem de credibilidade para o leitor, diariamente, assemelha-se à estória de Xerazade, personagem das mil e uma noites árabes que, noite após noite, tinha que inventar estórias para o rei, seu marido, para não ser morta. O jornal também sobrevive graças a um dizer que, embora pareça óbvio, não o é, mas que precisa ser constantemente renovado para manter seus leitores. Essa renovação exige reformulações de estratégias discursivas (LACAZ, 2001, p.146).

Talvez o maior desafio contemporâneo para o jornal impresso seja manter o olhar do seu público, através de estratégias que precisam ser pensadas frente às novas tecnologias.

2.2.3 E o espetáculo continua ...

A mudança de maior importância, em tudo o que aconteceu há vinte anos, reside na própria continuidade do espetáculo. Essa importância não decorre do aperfeiçoamento de sua instrumentação midiática, que já havia atingido um estágio de desenvolvimento muito avançado; decorre do fato de a dominação espetacular ter podido educar uma geração submissa a suas leis. As condições extraordinariamente novas em que viveu essa geração constituem um resumo exato e suficiente de tudo o que doravante o espetáculo impede; e também de tudo o que permite.

Guy Debord
“Comentários sobre a sociedade do espetáculo”

O discurso jornalístico constitui-se em um dispositivo que utiliza o olhar e também outras estratégias para seduzir e manter os indivíduos sob seu poder. Para Foucault ([1979] 1998, p.244), o dispositivo é

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.

Além de ser este conjunto heterogêneo, de ditos e não-ditos, o dispositivo também se encontra “inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam” (FOUCAULT, *ibid.*, p.246). Assim, o discurso jornalístico, ao mesmo tempo em que constrói saber e elabora estratégias para melhor capturar os indivíduos, também é capturado pelo jogo de poder que se estabelece entre esse discurso e seu público, nesse caso, regido pela lógica do espetáculo.

Debord ([1967] 1997), no livro *A sociedade do espetáculo*, desenvolve a teoria de que o espetáculo, entendido como o domínio da vida pelas imagens, encampou todas as outras formas de dominação. O espetáculo não compreende somente os meios de comunicação de massa – “sua manifestação superficial mais esmagadora” (*id.*, *ibid.*, p.20) –, mas designa uma sociedade na qual os indivíduos se vêem obrigados a apenas contemplar e aceitar passivamente as imagens, viver através das imagens que os seduzem e os constituem, numa relação especular:

Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade. É a afirmação onipresente da escolha já feita na

produção, e o consumo que decorre dessa escolha. (DEBORD [1967] 1997, p.14-15).

A informação, portanto, tomada como mercadoria e, conseqüentemente, como espetáculo, torna-se, hoje, mais de quarenta anos após a percepção de Debord a respeito do mecanismo avassalador do espetáculo no mundo capitalista, um instrumento de poder cada vez mais intensificado nos diferentes campos da vivência humana. E o discurso jornalístico é o meio através do qual a informação mais se manifesta, fazendo uso dos vários suportes tecnológicos em que esse discurso se concretiza.

Para ilustrar e tornar mais nítido e emblemático esse trânsito e imbricação dos meios de comunicação, lembramos o trágico acidente aéreo ocorrido no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no dia 17 de julho de 2007, quando morreram cerca de duzentas pessoas. Consideramos esse fato significativo, pois, na ocasião, estávamos escrevendo justamente sobre o poder da informação, o que nos motivou a falar dele. Quase que imediatamente, os vários canais de televisão noticiaram o fato, com imagens chocantes do incêndio que consumia o avião e o prédio contra o qual se chocara. A internet também mostrava o ocorrido. Durante toda a noite, as notícias eram atualizadas, em tempo real, tanto na televisão quanto na internet. No dia seguinte, os jornais impressos, não só do Brasil, mas também de outros países, davam destaque ao ocorrido, já associando com outro acidente aéreo brasileiro, ocorrido há dez meses, e que desencadeara uma crise no transporte aéreo brasileiro.

Nos dias subseqüentes, com informações mais detalhadas, tanto a TV quanto a internet e os jornais impressos intensificaram suas reportagens, abriram espaços mais amplos na programação. Como se isso não bastasse, a divulgação de fatos ligados à crise aérea e as informações conflitantes entre órgãos do governo, companhia aérea envolvida no acidente e

profissionais da aviação desdobraram-se e multiplicaram-se em reportagens, “Cadernos” especiais nos jornais impressos, debates na TV com especialistas do setor aéreo, críticas ao governo, crise política, revelando o poder do discurso jornalístico diversificado em seduzir e mobilizar o público-consumidor.

Contardo Calligaris, no artigo publicado na *Folha de S.Paulo* (26/7/2007) – “Para que serve o jornal?” – comenta a maneira como tomou conhecimento do desastre aéreo e discute o funcionamento dos diferentes meios de comunicação: “Mesmo que não haja nenhuma notícia nova, a televisão não pára de rerepresentar as mesmas imagens e as mesmas informações”, diz ele. A repetição contínua das imagens “parece impor uma experiência extrema: “Veja e viva o horror até não poder mais; foi ISSO o que aconteceu ...”. Entretanto, quando se trata de palavras, o efeito é outro “Os repórteres e as entrevistas não nos deixam sós, nunca: ‘Console-se, não há horror que não possa ser encoberto por palavras’”. Para Calligaris, as palavras, de certa forma, afastam-nos do medo, medo do que possa acontecer conosco que, talvez qualquer dia, também estejamos num avião. Quanto ao funcionamento dos diferentes meios, o saldo positivo, segundo ele, ficou para o jornal impresso, cujo provável fim tem sido tão discutido:

Nos dias seguintes ao acidente, eu imaginava que o jornal da manhã não me traria nada que eu já não tivesse escutado na televisão ou lido na Internet. Velha história: o jornal perdeu a batalha da notícia quente, e isso prometeria seu declínio. Aconteceu o contrário. Entre os meios de informação, foi o jornal que ganhou (...). Penso no especial da *Folha* do dia 20: os retratos das vítimas, os artigos que contavam brevemente sua vida, que nos diziam por que viajaram, o que elas esperavam e quem as esperava, de quem tinham se despedido, qual desamparo elas deixavam atrás de si, tudo isso devolvia às vítimas uma dignidade concreta que se perdia nas reportagens da TV e da Internet.

Entendemos que essa dignidade brotou das narrativas pelo fato de as vítimas terem sido tratadas como sujeitos, em sua singularidade, com

suas pequenas histórias in-fames (sem fama) e concretas, e não meros números de uma tragédia a mais na seqüência de fatos violentos que estamos acostumados a ver e ouvir diariamente na mídia. O incêndio, as cenas trágicas, os relatos dos sobreviventes em terra, ganham visibilidade total, são explorados e repetidos à exaustão, transformam-se em espetáculo, para atender não apenas aos interesses mercadológicos das empresas de comunicação, mas também ao dever de informar dos meios e ao desejo de saber do público em geral. As pessoas lamentam o ocorrido, comovem-se, identificam-se com o sofrimento alheio, revoltam-se, porém, à distância, sem tocar a realidade, apenas na representação. Os desdobramentos das informações sobre a tragédia certamente irão acontecer por mais algum tempo – a repetição do mesmo com um mínimo de diferença –, até que outro acontecimento ou fato advenha e silencie aquele. É a lógica do espetáculo no mundo da informação: “aquilo de que o espetáculo deixa de falar durante três dias é como se não existisse. Ele fala então de outra coisa, e é isso que, a partir daí, afinal existe” (DEBORD, 1997a, p.182).

A questão da temporalidade incorpora-se ao espetáculo: o tempo-espetáculo da informação. Lipovetsky (1989, p.230) afirma que o que interessa é o presente, o agora, com o objetivo de agarrar o público pela tecnologia do ritmo rápido, da simplicidade, sem nenhuma necessidade de memória, de referências, de continuidade. As reportagens devem ser simples e curtas; a imagem deve distrair, “inseparável do prazer do olho”. Na imprensa escrita, “a leveza da paginação” e o “uso cada vez mais freqüente do estilo humorístico nos artigos, manchetes e chamadas”.

Ao mesmo tempo, o autor tensiona e problematiza a simplicidade da informação contemporânea: se, de um lado, a informação às vezes tem um caráter sensacionalista, coloca em evidência fatos secundários ou insignificantes, por outro, “a sedução fixa igualmente as atenções, capta a audiência, aumenta o desejo de ver, de ler, de ser informado” (*id.*, *ibid.*, p.234). Lembra, porém, as contradições presentes no mundo da informação:

há autores que consideram que a mídia destrói a sociabilidade e torna raras as ocasiões de reunir-se; entretanto, “os indivíduos não se comunicam ‘menos’ do que antes”; “comunicam-se de maneira mais estilhaçada, mais informal, mais descontínua, de acordo com os gostos de autonomia e de rapidez dos sujeitos” (*id., ibid.*, p.235). Resta-nos questionar que tipo de sujeito está sendo constituído na contemporaneidade.

Lipovetsky (2005, p.3) lembra que vivemos, hoje, um “processo sistemático de personalização” do sujeito, processo esse que utiliza a sedução como estratégia para multiplicar e diversificar a oferta de mercadorias. A sedução é “uma lógica que segue seu caminho, que não poupa mais nada e que, assim fazendo, cria uma socialização suave e tolerante, dedicada a personalizar – psicologizar o indivíduo” (*id., ibid.*, p.5). Dessa forma, a sedução, através do hedonismo e do espetáculo, busca controlar sutilmente os indivíduos.

Se, de fato, vivemos uma época neonarcísica, de auto-centramento do sujeito, é possível afirmar que as individualidades se transformam em objetos descartáveis e “pode-se depreender, com facilidade, que a alteridade e a intersubjetividade são modalidades de existência que tendem ao silêncio e ao esvaziamento” (BIRMAN, 2005, p.188). Observa-se a paralisia do desejo no narcisismo, o embotamento do sujeito do desejo e a emergência do sujeito do gozo (MELMAN, 2003). Concordamos com Coracini (2006, p.150) ao problematizar a questão do sujeito, lembrando seus limites tensos:

E é nessa tensão entre o sujeito do inconsciente, o sujeito do desejo e, portanto, sujeito da falta (já que o sujeito é castrado e o desejo não se realiza nunca) e o sujeito do gozo, do consumo, no mundo egóico de hoje, onde o hedonismo impera, seduzindo pela ilusão de onipotência e de totalidade, herdeiros que somos de gerações passadas, que somos lançados nas fronteiras onde os limites se (con)fundem.

Esses limites tensos e (con)fundidos de constituição do sujeito, sua liquidez e fluidez (BAUMAN, 2001) são reforçados pelo poder do discurso jornalístico, pela informação fácil e superficial que, simultaneamente, afaga e afoga. Ao mesmo tempo que seduz, também reduz a capacidade de escolher e de pensar. O tratamento dado à informação pelo público-consumidor e pelos produtores da informação transforma-se, em decorrência das novas configurações e relações de forças presentes na contemporaneidade. A presença da internet e de outras tecnologias tem mobilizado os outros meios de comunicação e informação, no caso, sobretudo o jornal impresso, havendo necessidade de rearranjos, nem sempre muito nítidos (SANT'ANNA, 2008). Vivemos momentos instáveis, incertos, em que se torna difícil estabelecer limites fixos entre isto e aquilo. O que se tem é o isto e o aquilo ao mesmo tempo, no que diz respeito à constituição da subjetividade e à sobrevivência do jornal impresso.

2.2.4 O olhar do poder e as peças publicitárias sobre o jornal: o visível e o enunciável

Então o sujeito perde a densidade e a profundidade, transformando-se numa espécie de superfície plana, margeada pela moldura de um enquadramento? É disso que se trata, afinal de contas? Transforma-se a cena do mundo em um contraponto de reflexões especulares em que a refração jamais perfura o jogo encantado entre o olhar e o espelho? (...) são indagações legítimas que devem nos levar adiante, questões cruciais que pelo trabalho do pensamento devemos aprofundar.

Joel Birman
"Mal-estar na atualidade"

Como já afirmamos (cf. Introdução), o discurso jornalístico, em sua forma diversificada, constitui-se em um dispositivo de poder que procura mostrar-se, para seu público-consumidor, pelo visível e pelo enunciável, a fim de controlá-lo e seduzi-lo. Para isso, instituem-se regimes de verdade, produzidos por relações de poder-saber, sempre em transformação. Deleuze (2005b, p.72-73), em sua análise do pensamento de Foucault, ressalta que “a visibilidade numa dada época é o regime de luz, o resplandecer, os reflexos, os relâmpagos que se produzem pelo contacto da luz com as coisas (...). E o enunciável numa época é o regime da linguagem e as variações inerentes, pelas quais o enunciável se desloca”. O autor afirma, ainda, que “cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade, assim como diz tudo o que pode, em função de suas condições de enunciado” (DELEUZE, 2006, p.68).

Segundo Foucault, o poder apresenta uma eficácia produtiva e positiva; “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT [1979] 1998, p.8). Então, podemos afirmar que o discurso jornalístico diversificado produz regimes de verdade, enquanto faz ver e faz falar, para regular e seduzir seu público.

Deleuze, sustentado no pensamento foucaultiano, afirma também que os dispositivos

[...] têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de brecha, de fissura, de fractura, que se entrecruzam e se misturam, acabando umas por dar noutras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamentos (DELEUZE, 2005a, p.89).

Essas complexas linhas de forças, no discurso jornalístico diversificado, misturam-se, enfrentam-se e disseminam-se para potencializar a informação no mundo contemporâneo. É inegável o papel que ela assume

hoje, como fetiche, como mercadoria, como espetáculo, para consumo cada vez mais rápido. Em decorrência dessa velocidade, o jornal impresso vem atravessando “batalhas” frente às novas tecnologias para conseguir manter-se no mercado e garantir seu público-consumidor.

Com o propósito de compreender como vêm funcionando as relações de poder-saber entre sujeito e informação jornalística, como o jornal procura despertar e regular o olhar desse sujeito, trazemos quatro peças publicitárias que fazem a divulgação da *Folha de S.Paulo*, publicadas pelo e no próprio jornal. Estão organizadas do seguinte modo: Anexo A (*Folha* de 24/5/2006), Anexo B (*Folha* de 15/9/2006), Anexo C (*Folha* de 1º/3/2007) e Anexo D (*Folha* de 13/07/2007).

No Anexo A (*Folha* de 24/5/2006), o texto publicitário faz a divulgação de um novo projeto gráfico do jornal. Na parte central, aparecem as imagens da primeira página e dos cadernos do jornal, em tons mais coloridos, vivos. Na parte superior, o seguinte texto, em maiúsculas:

O MAIOR JORNAL DO PAÍS ESTÁ MAIS BONITO
E AINDA MAIS GOSTOSO DE LER.
SE VOCÊ É LEITOR DA *FOLHA*, VAI ADORAR,
SE NÃO É, VAI PASSAR A SER.

Os dizeres acima convocam o público-consumidor a participar da nova proposta do jornal, por meio de uma linguagem leve, fácil – própria do discurso publicitário – na tentativa de persuadi-lo. O uso dos adjetivos “bonito”, “gostoso”, remete aos sentidos da visão e do paladar. Não seriam essas, talvez, as palavras mais apropriadas para se referirem a um meio de informação; entretanto, o que se busca, no caso, é seduzir o consumidor pelo prazer, pelos sentidos, pelo gozo da estética e facilidade dos conteúdos e não pelo conteúdo informativo em si mesmo.

Essa idéia acentua-se nos dizeres colocados logo abaixo das imagens do jornal, em letras um pouco menores. Trata-se do detalhamento e

complementação dos dizeres anteriores. “Agora, está ainda mais gostosa de ler e mais fácil de encontrar as notícias que você procura”. O emprego do modalizador “ainda” (“ainda mais gostoso de ler”) pressupõe que o jornal já era “gostoso de ler”, ou seja, agradável, e que agora está melhor ainda. Supõe-se que o jornal tenha por objetivo principal o dever de informar o público, não necessariamente buscar o lado hedonista do sujeito, isto é, ao menos, o que predomina no imaginário do público-leitor mais tradicional. Entretanto, é justamente o que ocorre na peça publicitária. O emprego do adjetivo “fácil” (“mais fácil de encontrar as notícias que você procura”) aponta para a imagem que o jornal constrói dos leitores, ou seja, um público homogeneizado. Trata-se de uma estratégia para convocar um público mais numeroso, talvez já seduzido pelas facilidades da internet, da televisão e de outros meios.

O tradicional pacto informativo do jornal com seu público tem dado sinais significativos de mudança, sob as pressões mercadológicas e tecnológicas das novas práticas informativas da internet e da TV. A busca pela interatividade e pela opinião do público, pela instantaneidade da informação oferecida, parece competir, com vantagem, com o jornal impresso. Nesse jogo de forças e interesses, o jornal contra-ataca discursivamente, resiste, com as “armas” que consegue construir: leveza de informação, visual agradável e sedutor e uma (aparente) oportunidade de escolha por parte do público. Esta última característica faz-se presente no dizer: “Perfeito tanto para quem lê o jornal inteirinho quanto para quem só tem tempo de dar uma olhadinha”.

A análise desse dizer permite destacar dois aspectos marcantes da pós-modernidade: o individualismo e a questão da temporalidade. Vejamos como isso é produzido na materialidade lingüística. Primeiramente, propõem-se dois tipos de leitura para públicos diferentes, ou seja, é possível fazer uma leitura completa do jornal ou apenas “dar uma olhadinha”. Dessa maneira, convoca a todos. De um lado, o texto publicitário sugere tipos

diferentes de leitura, dando a (falsa) idéia de oportunidade de escolha por parte do leitor; de outro, destaca a questão da temporalidade, colocada neste novo tempo da pós-modernidade – que se caracteriza pelo tempo presente, pela instantaneidade – a informação tende a ser marcada pela velocidade de transmissão em “tempo real”. A imediatez de tudo é o que leva as pessoas a não desejarem “perder tempo”. Ora, diante disso, a peça publicitária aproveita para enfatizar esse aspecto tão presente na vida cotidiana. A falta de tempo levaria à busca de uma informação rápida. Embora seja difícil competir com a TV e a internet, o jornal se lança na disputa pelo público, (re)inventando-se, perseguindo a produção de um produto diferenciado, mais sedutor.

No Anexo B (*Folha* de 15/9/2006), a peça publicitária tem por objetivo vender assinaturas. A argumentação sustenta-se na credibilidade do jornal, contrapondo-se ao contexto sócio-político-econômico do Brasil. Os dizeres encontram-se em maiúsculas, com destaque em relação às imagens dos vários Cadernos da *Folha*:

UM JORNAL PRECISA TER
MUITA CREDIBILIDADE EM UM PAÍS
ONDE ACONTECEM TANTAS
COISAS DIFÍCEIS DE ACREDITAR

A imagem que um jornal constrói de si mesmo constitui-se em estratégia para vender seu produto (o próprio jornal) e garantir sua confiabilidade. O saber-fazer de um jornal, hoje, sustenta-se, mais do que nunca, na sua credibilidade perante o público-consumidor. Bucci (2000, p.65) enfatiza que “o único alicerce de uma revista ou qualquer outro veículo jornalístico é a sua credibilidade”. Como conseguir esse valor, principalmente nos dias atuais, em que a informação circula cada vez mais, transportada pelos diversos meios para todas as partes do mundo? Essa mobilidade tem uma força imensa; a informação é levada para espaços desconhecidos,

distribuída sem controle algum, principalmente através da internet, intensificando seu poder difuso e onipresente, nem sempre merecedor de credibilidade.

Assim, o jornal impresso, frente à internet e às sofisticadas redes de comunicação e informação, vê-se na necessidade de enfrentar a concorrência do mercado, fazendo uso justamente do maior valor em que se sustenta: a credibilidade. A peça publicitária traz, na própria materialidade lingüística, o embate em que está envolvido o jornal. O emprego da locução modal “precisa ter” (“um jornal precisa ter muita credibilidade”), pressupõe uma necessidade, reforçada pelo modalizador de intensidade “muita” junto à palavra “credibilidade”. Essa seqüência discursiva aponta para a parte seguinte: “país onde acontecem tantas coisas difíceis de acreditar”. O país é o Brasil e as “coisas difíceis de acreditar”, mas que acontecem, parecem fazer menção a fatos surpreendentes que surgem na mídia, ou, talvez, a comportamentos dos políticos e do povo, que rompem as regras e as expectativas.

Observe-se, ainda, que se estabelece um jogo de linguagem entre os termos “credibilidade” (qualidade do que é crível; verossimilhança) e “acreditar” (crer, dar crédito a). Credibilidade pressupõe ausência de questionamento, crença na verdade das informações que veicula (BUCCI, 2000). Desse jogo emerge o próprio objetivo do jornal: trazer a público as “coisas difíceis de acreditar”, mas que o leitor precisa saber. Trata-se de uma estratégia para atrair o público, ao destacar a imagem de credibilidade que o jornal precisa ter e manter. Se o público acreditar nela, se for seduzido pela imagem construída, possivelmente assinará o jornal; porém, ainda assim, nada garante que isso acontecerá.

O jornal é um produto à venda: vende informações, mas também vende serviços e classificados. O Anexo C (*Folha* de 1º/3/2007) é uma publicidade da *Folha* direcionada aos anunciantes. Bucci (2000, p.63) lembra que “enquanto o leitor paga para saber a verdade dos fatos, o anunciante

paga para que o leitor acredite naquilo que a ele, anunciante, convém”. O autor enfatiza que o anunciante sozinho não vende jornal; o que ajuda a publicidade a atingir suas metas é a credibilidade que o veículo de comunicação desperta no público e que ajuda a mantê-lo. Desse modo, a peça publicitária em questão dá destaque ao número de leitores que possui, estabelecendo uma comparação com o concorrente. Apresenta-se da seguinte forma:

A FOLHA É O MAIOR
JORNAL DO PAÍS
COM 2.645.000
LEITORES.
O JORNAL QUE MAIS
VENDE É O JORNAL
QUE VENDE MAIS.

Logo abaixo do texto, em letras menores, destaca-se o dizer “anuncie na *Folha*”. Na seqüência discursiva anterior, primeiramente, o jornal se posiciona como “o maior jornal do Brasil”. Isso significa que é aquele que possui maior número de leitores. Conforme os dados apresentados, são 2.645.000 leitores, contra 1.613.000 do jornal concorrente. Este é um dado numérico que constitui uma verdade inquestionável, científica porque comprovável. A peça publicitária não faz menção ao nome do jornal concorrente, mas presumimos que seja *O Estado de S.Paulo*, pela sua concorrência com a *Folha*. O uso de dados estatísticos constitui-se numa estratégia de poder, num argumento de autoridade, através do qual o jornal busca despertar o olhar do anunciante. Ora, o número de assinantes da *Folha* dá credibilidade a ela para disputar o capital dos anunciantes. Na verdade, os anunciantes pagam para que os leitores acreditem naquilo que eles querem vender. O *slogan* que se segue – “O jornal que mais vende é o jornal que vende mais” reforça essa idéia através de um jogo de palavras, ou seja, a expressão “mais vende” diz respeito ao número de leitores, enquanto “vende mais” refere-se aos classificados que a *Folha* promete vender. Um

jornal necessita dos anunciantes para sustentar-se economicamente, principalmente em tempos de crise e de competição acirrada não só dos concorrentes como também de outros meios de comunicação. Também o jogo de palavras (“mais vende” e “vende mais”) funciona, argumentativamente, como apelo ao público, pela rima e por constituir uma espécie de *slogan*.

Já no Anexo D (*Folha* de 13/7/2007), busca-se seduzir o assinante pela pluralidade e diversidade, não só do jornal mas principalmente do leitor. A imagem em destaque é de um casal que lê jornal. Entretanto, cada um lê “Cadernos” diferentes da *Folha*. Abaixo da figura masculina destaca-se o dizer “eu leio Cotidiano: sob a imagem feminina, o dizer é “eu leio Ilustrada”. Na parte inferior da peça, lê-se:

A *FOLHA* É PLURAL COMO VOCÊ.
ASSINE UMA, LEVE VÁRIAS
E LEIA A QUE VOCÊ QUISER.

O dizer “A *Folha* é plural como você” estabelece uma identificação da *Folha* com o leitor, via comparação, tendo como mediador o termo “plural”. Na pós-modernidade, o sujeito caracteriza-se pela pluralidade. Assim também se apresenta a *Folha*: vários “Cadernos”, portanto, diversidade de produtos para melhor atender a um público consumidor do excesso, inclusive de informação. Daí a frase seguinte: “Assine uma, leve várias”.

A parte final do texto – “E leia a que você quiser” –, sugere ao leitor a (ilusória) impressão de liberdade de escolha, também presente na peça publicitária do Anexo A. Essa estratégia de linguagem, que apela para enunciados assertivos e que convocam o leitor pela forma imperativa (“assine”, “leve”, “leia”), extrai sua força e poder justamente da possibilidade de despertar o olhar do público através de uma das características mais fortes do sujeito contemporâneo: o crescente processo de personalização, o neonarcisismo. Segundo Lipovetsky (2005, p.8).

[...] o processo de personalização, impulsionado pela aceleração das técnicas, pela administração, pelo consumismo de massa, pela mídia, pelo desenvolvimento da ideologia individualista e pelo psicologismo, leva ao ponto culminante o reinado do indivíduo...

Pode-se afirmar, da análise das peças publicitárias, que o jornal constrói a própria imagem com o fim de capturar o olhar do leitor. Faz uso de várias estratégias de sedução; para isso utiliza a linguagem, permeada por idéias que circulam e constituem tanto o sujeito quanto o discurso jornalístico contemporâneo. Os apelos são diversificados: apelo à credibilidade do jornal (“Um jornal precisa ter muita credibilidade”), à (aparente) liberdade de escolha do leitor (“e leia a que você quiser”), a dados numéricos (“a *Folha* é o maior jornal do país, com 2.645.000 leitores”), à satisfação contínua, variada e facilitada do público-consumidor de informações (“a *Folha* é plural como você. Assine uma, leve várias”). Todas essas estratégias emergem através de jogos de linguagem, pelas modalidades assertivas, nos limites difusos da linguagem, a qual (re)vela também as tensões por que passa o jornal em nossos dias.

A relação sujeito/informação vê-se atravessada pelos jogos de linguagem que, por sua vez, denunciam, expõem jogos de poder-saber, jogos de sedução. O sujeito neonarcisista, hedonista, exposto ao excesso de consumo, inclusive consumo de informações, pouco a pouco se (con)some, fica fragilizado na sua vontade e (con)formado pela lógica do mercado e do espetáculo.

Como observamos, na análise, o jornal impresso, exemplificado pelas peças publicitárias da *Folha de S.Paulo*, procura tornar-se visto e falado pelo consumidor, regulado por um feixe complexo de relações, de enunciados que produzem efeitos de sentidos na materialidade lingüística: são modos atuais de funcionamento do discurso jornalístico, que permeiam os textos publicitários apresentados, e com os quais o jornal espera que haja

uma identificação do público-consumidor, pois, nos dias atuais, constata-se uma queda significativa na venda de jornais impressos.

O jornal impresso mostra-se, nesses quatro textos, em suas várias facetas (o maior jornal do Brasil; tem credibilidade; é o que mais vende; pluralidade), através de intensificadores e de comparações (com outros jornais cujos nomes não são divulgados); por sua vez, o sujeito também é seduzido pelo jornal impresso, através de traços que o marcam na atualidade e com os quais certamente se identifica. Evidentemente, esses traços são definidos mediante um trabalho de pesquisa de mercado que o jornal faz a respeito do público-consumidor (SANT'ANNA, 2008).

De qualquer forma, nesse embate de forças, em busca do público consumidor, o que emerge como regularidade é um trânsito contínuo da informação, permeando os diferentes suportes, distribuindo-se por todo o corpo social, sempre de forma sedutora e prazerosa, marcada pelo espetáculo e pelo consumo.

Ter poder é exercer influência e intensificá-la por todos os meios/suportes possíveis. Com relação ao jornal impresso, acabamos de apresentar exemplos de peças publicitárias da *Folha de S.Paulo*, divulgadas nos anos de 2006 e 2007, que trabalham no sentido de atrair o público para a compra e leitura do jornal. Trazemos, agora, dois textos publicitários de 2008 para ilustrar o modo de funcionamento do jornal impresso, na tentativa/tarefa de sempre estar se rearticulando, produzindo poderes e saberes e buscando, continuamente, manter seu lugar no mercado consumidor (cf. 2.1).

O primeiro texto (Anexo E), publicado no *Caderno Cotidiano*, em 25 de fevereiro de 2008, diz:

Quer investir
em fundos?
Quer investir
em terra?
Quer investir no
seu negócio?
Quer investir em
alguém?

A cada pergunta, que corresponde a um apelo direto ao leitor, há, ao lado, a imagem do “Caderno” onde ele poderá encontrar resposta ou suporte à indagação. Observe-se que todas as questões empregam o verbo “investir”, que remete ao universo do mercado, do capital. Diante da pergunta “Quer investir em fundos?” apresenta-se, logo em seguida, a imagem do “Caderno” *Dinheiro*. Como resposta à indagação “Quer investir em terra?”, lá está a imagem do “Caderno” *Agrofolha*. Seqüencialmente, os vários “Cadernos” são colocados como sugestão às propostas. O texto seguinte (Anexo F), inserido no “Caderno” *Dinheiro*, de 5 de junho de 2008, sugere uma estrutura textual paralela à anterior, porém com outros apelos:

Quer alguém
que te
entenda?
Quer um
computador?
Quer passar
no vestibular?
Quer morar
sozinho?

O modo de funcionamento é semelhante ao primeiro: há um apelo individual ou, quando muito, a grupos de adolescentes, jovens, adultos... O adolescente vive, em decorrência da própria idade, uma fase de incompreensão por parte dos pais e adultos. Então, propõe-se o *Folhateen*, “Caderno” direcionado especialmente aos jovens, segmento cada vez mais difícil de ser cooptado pelo jornal impresso (SANT’ANNA, 2008), sobretudo porque esse público é produto de uma geração que vivencia as novas tecnologias desde os primeiros anos de vida.

A esse respeito, o *ombudsman* da Folha de S.Paulo (SILVA, 2009), em coluna publicada, no dia 18 de janeiro de 2009, discute e problematiza o modo como este jornal não vem se preocupando com o jovem leitor. Diz ele: “Em vez de concentrar esforços para chamar para si os jovens, o jornal parece preferir esperar que eles sozinhos substituam seus pais como leitores”. É um sinal de alerta que não está sendo ouvido e que não sabemos

se o será ... Embora a publicidade tente seduzi-lo, há outras “seduções” mais fortes, como a internet ...

Os textos publicitários representam apenas uma amostra de tantos outros produzidos e divulgados repetidamente pela *Folha*, com o propósito de atrair mais leitores-consumidores para sua principal mercadoria: a informação. Essas peças de marketing oferecem uma espécie de “cardápio” variado para todos os gostos e situações e, paralelamente, revelam um enfoque voltado para o mercado. É próprio da publicidade criar “necessidades”, no caso, a necessidade de consumir informações. O próprio nome do “Caderno” da *Folha – Dinheiro* – remete ao significantemente mestre dinheiro (CORACINI, 2007a, p.232), em torno do qual tudo gira. O dinheiro é o que move o mundo capitalista neoliberal, os indivíduos, as relações sociais, as instituições. Cabe à publicidade fazer com que a empresa jornalística venda mais e tenha lucro. Para isso, trabalha com o imaginário do público, procurando levá-lo ao consumo, à compra do jornal e, simultaneamente à satisfação pessoal do sujeito. Note-se, ainda, que o primeiro texto, no *Cotidiano*, refere-se ao mundo do dinheiro; também o segundo, no *Dinheiro*, remete a supostas demandas e anseios, do sujeito contemporâneo, tais como: ser compreendido, poder consumir, ter sucesso, realizar-se. Constrói-se um jogo discursivo que procura cruzar e intensificar possíveis interesses dos leitores nas diferentes páginas do próprio jornal e, assim, garantir seu público.

Quanto à nova vivência da temporalidade em nossos dias, a leitura do jornal impresso, nos finais de semana, aparece como uma nova prática adotada pelo público. Diante da grande força da televisão na maioria do nosso território nacional e do rápido crescimento da internet, o jornal impresso vem buscando novas práticas, a fim de (sobre)viver e permanecer nesse intrincado jogo da/pela informação.

Para ilustrar o cenário, trazemos dois exemplos, observados no funcionamento discursivo da *Folha de S.Paulo* e que servem para nossa discussão e reflexão. O primeiro deles refere-se à sociedade de consumo. A

Folha, no decorrer do tempo, já lançou vários suplementos e encartes, como *Jornal de Resenhas*, de longa duração, o *Sinapse*, de curta vida e que discutia questões educacionais. Em setembro de 2007, o jornal anunciou a estréia de um novo suplemento semanal – *Vitrine* – voltado para o consumo, com sugestões de compras, endereços de lojas, artigos sobre consumo, entre outras informações ligadas a essa forte tendência que move a sociedade. Vale lembrar que o jornal procura, com frequência, conhecer e medir o interesse do público, através de pesquisas de opinião. Esse público parece ter-se deslocado do universo das letras, da educação, da reflexão, para o mundo do consumo, tão familiar à sociedade capitalista, hedonista e individualista. É justamente com esse tipo de informação direcionada ao consumo que a *Folha* procura atrair novos leitores e, principalmente, manter os que já possui.

Uma outra prática adotada pela *Folha* aponta para a questão temporal, ou melhor, para a falta de tempo para ler, alegada pelo público e constatada em nossas análises dos dizeres dos professores-alunos. Trata-se da *Folha Corrida*, com publicação diária, a partir de 18 de março de 2008, na última página do *Cotidiano*. Assemelha-se a uma página da internet quanto à composição visual, com muitas imagens, pequenos textos, informações resumidas e uma disposição gráfica que nos faz enxergar o conjunto como se fosse uma tela de computador, só que no papel ... Há uma tentativa tímida de aproximação com a internet no seu aspecto formal e na simplificação e rapidez com que as notícias podem ser lidas.

Divulgou-se a novidade editorial com o seguinte texto (Anexo G):

A FOLHA QUER
5 MINUTINHOS
DA SUA ATENÇÃO

A *Folha* lança mais uma novidade: a *Folha Corrida*, uma página diária com notícias, gráficos e fotos para ler em 5 minutos. Tudo curto e rápido. Direto ao ponto. Para aqueles dias que você não tem tempo para mais nada. E, no domingo, a *Folha Corrida* traz um resumo, rápido e saboroso, da semana.

O texto procura ser sedutor, argumentativo, como é próprio da publicidade: nele emergem expressões de apelo fácil e popular (“A *Folha* quer 5 minutinhos da sua atenção”), além de aproximações com o contexto contemporâneo da velocidade, da facilidade (“tudo curto e rápido. Direto ao ponto. Para aqueles dias que você não tem tempo para mais nada”), das novas práticas de leitura do público-consumidor (“E, no domingo, a *Folha Corrida* traz um resumo, rápido e saboroso, da semana”). O próprio título – *Folha Corrida* – já remete à idéia de velocidade, através do adjetivo “corrida”: é uma página destinada à leitura rápida, para aqueles que não têm tempo para leituras demoradas – o tempo, em nossos dias, é precioso. Também há a presença do excesso, pois é preciso ler tudo o que for possível em pouco tempo. Além disso, a expressão “5 minutinhos”, no diminutivo, é usual nas conversas informais, quando se deseja a atenção imediata de alguém. Assim, a peça publicitária faz uso de uma linguagem que apela ao tempo reduzido do leitor – como parece ser o caso dos professores-alunos desta pesquisa e dos indivíduos em geral – e, ainda, procura capturar o usuário da internet e da TV.

Ao final, o texto publicitário afirma: “E, no domingo, a *Folha Corrida* traz um resumo, rápido e saboroso, da semana”. Atente-se que os adjetivos “rápido” e “saboroso” evocam, respectivamente, a velocidade da informação e o prazer da leitura, que advém do paladar, da boca (sabor). Mais ainda: o emprego do adjetivo “saboroso”, à primeira vista, parece inusitado, por remeter ao sentido do paladar e, no texto, estar associado ao ato de ler. Tal escolha lexical revela um apelo da publicidade ao hedonismo do sujeito contemporâneo, que busca a satisfação, o gozo imediato, sem dificuldades ou problemas. A leitura exige esforço, trabalho simbólico de crítica e reflexão. Contudo, não é essa forma de leitura que se oferece ao público, como também comenta e indaga Zizek, a respeito do consumo de produtos sem riscos (por exemplo, café descafeinado), em seu artigo “O hedonismo envergonhado”, publicado no Caderno “*Mais!*” da *Folha*, em 19 de outubro de 2003: “Não é essa atitude do último Homem hedonista de

hoje? Tudo é permitido, pode-se desfrutar de tudo, porém desprovido da substância perigosa.” É o que busca o sujeito contemporâneo: facilidade, prazer, gozo, sem perceber que tudo isso em excesso leva à aniquilação.

No texto publicitário, há a “promessa” de uma leitura sem essa “substância perigosa” que, neste caso, é o próprio pensamento. Como já se afirmou: “Tudo curto e rápido. Direto ao ponto”. É a imagem que fica para o leitor contemporâneo, seja leitura no jornal impresso, na internet ou na TV.

As duas inovações editoriais da *Folha* revelam como as práticas de fornecer/buscar informações envolvem um jogo complexo e incerto de relações: o jornalismo precisa/busca continuamente transformar-se, (re)inventar-se para (con)formar e manter o público; por sua vez, esse público, afetado pelo contexto sócio-histórico-cultural, também leva o jornalismo a modificar-se constantemente. Há um imbricamento entre meios de comunicação e informação e público-consumidor, em que ambos se vêm mutuamente implicados e afetados, num jogo imprevisível...

Para salientar o caráter incerto, imprevisível das redes de poder, onde há sempre a possibilidade de resistências e de acontecimentos, comentamos o artigo “A notícia do século 21”, de Nelson Ascher, publicado na *Folha de S.Paulo*, em 13 de setembro de 2004, *Folha Ilustrada*, E₆, a respeito da eleição presidencial americana. O âncora do programa *60 minutes*, da CBS, revelou memorandos descobertos, que colocavam em dúvida o passado militar de Bush. Esses memorandos, divulgados na internet, foram imediatamente questionados, na própria internet, por peritos profissionais e por interessados no caso, apontando para uma falsificação. O que nos interessa, no acontecimento, é o comentário do articulista:

Dispensas pelos EUA, milhares de pessoas que nem sequer se conhecem formaram, em horas, com suas suspeitas e conhecimentos, seu ceticismo e perícia, uma rede capaz de realizar, em tempo recorde e de graça, uma investigação minuciosa que, em circunstâncias diferentes, duraria meses e custaria milhões. Trata-se de um fenômeno absolutamente novo e, seja qual for seu resultado final neste caso

específico, a relação entre produtores e consumidores de notícia nunca mais voltará a ser como antes.

Esse tipo de fenômeno torna-se cada vez mais freqüente hoje, em que o processo de produção de notícias já vem sofrendo a resistência do público-consumidor, via internet. Ao mesmo tempo em que esse meio digital veicula, em profusão, informações comprovadas e não comprovadas, também divulga e dissemina, sem controle (pois há estratégias que se (re)inventam continuamente na tentativa de escapar ao controle) aquilo que o usuário procura, sem ter que passar por uma editoria de jornal ou TV, atravessando fronteiras territoriais.

O jornal impresso, por sua vez, na busca de (sobre)vivência, tem procurado inovações, conforme apresentamos em relação à *Folha de S.Paulo*: são caminhos que um jornal como a *Folha* vem buscando.

CAPÍTULO 3

OS ENTRE-LUGARES DA IN(E)STABILIDADE DO SUJEITO E DO JORNAL IMPRESSO

*Como a vida é isto
misturado àquilo.
(...)
Como a vida ri
a cada manhã
de seu próprio absurdo
e a cada momento
dá de novo a todos
uma prenda estranha.*

Carlos Drummond de Andrade

3.1 Condições de produção da prática de leitura de jornal na escola: ontem e hoje

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Michel Foucault
“A ordem do discurso”

Há algumas décadas, o jornal impresso tem sido usado em sala de aula, principalmente no ensino de língua portuguesa. Os livros didáticos, em sua maioria, inserem, nas páginas, notícias, editoriais, charges e outros tipos de textos jornalísticos. Os vestibulares utilizam-se desses textos como base para a formulação de questões em várias disciplinas. Também é comum professores recomendarem aos alunos a leitura de jornais para que conheçam a realidade, “saibam o que está acontecendo lá fora”. A legitimidade e a autoridade da escola só vêm reforçar cada vez mais essas iniciativas. Por outro lado, também se sabe que o uso de jornal em sala de aula não é prática costumeira nem trabalho pedagógico consistente, conforme atestam as conclusões de uma pesquisa sobre jornal, realizada na cidade de São Paulo (VIANA, 1997, p.79). E, quando se faz uso desse material, procede-se, geralmente, como se estivesse inserido num livro didático, oferecendo aos alunos exercícios e atividades que enfatizam os aspectos formais do texto (CORACINI, 1995).

Durante a década de 70, predominou em nossas escolas uma visão tecnicista, instrumental, da língua. Os livros didáticos proliferavam e eram como bíblia para os professores. A reforma do ensino aconteceu, pautada na Lei nº 5692, de 11/8/71, que fixava as Diretrizes e Bases da

Educação Nacional. Em seu art. 4º § 2º, preconizava: “No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão de cultura brasileira”.

O texto legal apresentava uma concepção de língua baseada em dois pilares – como instrumento de comunicação e como expressão de cultura brasileira –, que sustentaram por muito tempo – e ainda sustentam – a prática pedagógica dos professores. Nos anos 70 – e isso acontece ainda hoje –, os livros didáticos enfocaram a teoria da comunicação, as funções da linguagem, os vários tipos de texto, o ensino sistemático da gramática, as técnicas de redação, com base em teorias lingüísticas que eram, então, divulgadas no Brasil.

Os professores, salvo raras exceções, repetiam apenas o que os livros didáticos traziam. Não havia cursos de aperfeiçoamento, discussões e reflexões nas escolas a respeito das novidades lingüísticas. Conforme Faria (2001, p.10): “A ‘comunicativite’ de que padecemos nos anos 70 abriu um amplo espaço, nos livros didáticos, para autores e textos contemporâneos, inclusive dos meios de comunicação de massa”. Esses textos, porém, não eram trabalhados a partir de um contexto sócio-histórico. O sujeito-leitor continuava como elemento passivo, mero receptor e decodificador das idéias contidas no texto, muitas vezes, desvinculadas de sua vivência. Apenas se realizava uma substituição de textos literários por outros, mas o enfoque permanecia o mesmo: o texto como pretexto para o estudo de seus elementos, para a análise gramatical e outras atividades associadas ao estudo da língua.

Em 1976, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, designou uma comissão para preparar a “Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º grau. Primeiramente, essa comissão tomou conhecimento da proposta anterior e, em seguida, preparou uma primeira versão, submetida, para uma análise prévia, aos professores doutores Isaac Nicolau Salum e Antonio

Soares Amora, ambos da Universidade de São Paulo. Foram igualmente ouvidos os professores de Português do 2º grau, reunidos por ocasião do XVII Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (BAURU, 1977). Com os resultados das sugestões assim obtidas, deu-se ao texto sua feição, constante da publicação “Proposta Curricular de Língua Portuguesa e Técnicas de redação para o 2º grau” (1978).

Diante dessa Proposta, percebem-se algumas perplexidades por parte dos professores sobre o que ensinar: Língua ou literatura? Língua escrita ou língua falada? Gramática ou prática da expressão? Gramática “tradicional” ou lingüística “moderna”? Análise de texto ou história da literatura? O enfoque dos vários tipos de texto, inclusive o jornalístico, e a análise de sua estrutura marcam a preocupação com os estudos de língua nesse período, estendendo-se pelos anos 80 sem grandes alterações, sob a influência dos estudos sobre o texto, desenvolvidos pela Lingüística Textual. Dentro dessa postura teórica, o texto é autoridade, portador de significados, um objeto que tem um fim em si mesmo. Nas palavras de Coracini (1995, p.14),

[...] o texto se objetifica, ganha existência própria, independente do sujeito e da situação de enunciação: o leitor seria, então, o receptáculo de um saber contido no texto, unidade que é preciso capturar para construir o sentido. O sujeito-leitor não é alguém que produz sentidos, mas aquele que reconhece sentidos já presentes no texto.

Durante os anos 70 e 80 não se reformulou a formação dos professores em serviço, a teoria lingüística ficou esquecida nas propostas curriculares e o ensino de língua portuguesa repetiu sistematicamente a orientação dos livros didáticos, salvo práticas isoladas de alguns professores. Algumas experiências esparsas se realizaram, como, por exemplo, a de Faria (2001) que, entre 1982 e 1987, ministrava cursos de aperfeiçoamento para professores III da rede estadual de ensino do Estado

de São Paulo sobre atividades de utilização do jornal como alternativa ao limitado livro didático.

Com a forte entrada dos meios de comunicação na vida dos indivíduos, alguns estudiosos consideraram ser fundamental uma melhor compreensão e utilização desses meios pela escola. Talvez como reflexo dessa tendência e por interesses mercadológicos em virtude da nova concorrência que entrava no mercado, ou seja, a internet, dois projetos de leitura de jornal foram propostos às escolas do Estado de São Paulo pelos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*. Em 1993, exercendo a direção de uma escola estadual, tomamos conhecimento do projeto “*Folha Educação*”, de iniciativa da *Folha de S.Paulo*. Tratava-se de um programa de leitura de jornal na escola, direcionado aos alunos de 1º grau das redes pública e privada de ensino. Inicialmente, seria desenvolvido na cidade de São Paulo. Seus objetivos eram: 1) Identificar o jornal como fonte de informação, formação de opinião e diversão, implementando, com isso, a leitura, a escrita e a pesquisa; 2) enriquecer o trabalho escolar, colocando o jornal como mais uma fonte de conhecimento; 3) explorar a linguagem e o discurso jornalísticos; 4) subsidiar a prática pedagógica diária do professor; 5) promover o contato com um universo atualizado e rico de informações e opiniões, favorecendo com isso o debate e o confronto entre diferentes versões dos fatos e da realidade; 6) contribuir na formação de cidadãos cientes de seu papel crítico e ativo na construção de uma sociedade justa e democrática. Esses objetivos apontam para uma preocupação de utilizar o jornal apenas para subsidiar a prática pedagógica das escolas.

O jornalista Gilberto Dimenstein, no prefácio do projeto da *Folha*, fala de suas experiências como aluno e de seu desinteresse pelo ensino formal, enfatizando sua “convicção sobre a importância do jornal como instrumento de educação complementar no esforço do ensino formal”. Segundo ele, “utilizado como método pedagógico, o jornal serve de magnífica ponte entre a realidade e o ensino formal. O aluno conhece melhor

o mundo em que vive”. O depoimento de Dimenstein marca o distanciamento que se estabelece entre o discurso de sala de aula (ensino formal) e o discurso jornalístico (realidade). O jornal é apresentado apenas como um instrumento complementar, um recurso pedagógico na educação. Dimenstein faz referência ao jornal como “ponte” entre a realidade e o ensino formal, como se, na escola, professor e aluno não vivessem a vida real. Entretanto, o que é a sala de aula senão esse local de circulação de culturas, comunicação social, interação e conflitos entre gerações e grupos sociais, muitas vezes silenciados pela instituição?

Além do projeto da *Folha*, tomamos conhecimento, ainda, do projeto de *O Estado de S.Paulo*, denominado “*Estadão na Escola*”, em 1994, cujo objetivo era o de contribuir para a formação de uma cidadania consciente. O programa tinha como foco o trabalho com jornal em sala de aula, utilizando desde a leitura do jornal impresso (enviado às escolas estaduais ligadas ao Projeto Escola-Padrão) até a interação via internet – o jornal *Zap* – com uma edição especial publicada semestralmente. Era a entrada (embora lenta) da internet na escola pública paulista.

Entretanto, a iniciativa desses dois jornais parece não ter se ampliado muito. Nas palavras de Viana (1997, p.94),

[...] enquanto o caminho for o endereçamento de sugestões de práticas pedagógicas aos estabelecimentos de ensino, desvinculado de um projeto construído pelo grupo-escola, nenhum trabalho digno vingará, excetuando os bons casos de prática pedagógica exercida por professores isolados, ou em pequenos grupos que, apesar das condições desfavoráveis ao ensino, mantêm compromisso com uma educação de qualidade.

Os tempos mudam e, com eles, também as leis. Uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, depois de muitos debates, é aprovada: a Lei nº 9394, de 20/12/1996. Em seu art. 32, dispõe que o ensino fundamental (1ª a 8ª séries) terá por objetivo a formação básica do cidadão,

mediante “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”. Quanto ao Ensino Médio, em seu art. 36, afirma que o currículo destacará “(...) a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania”.

Destacamos, com relação ao art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que a língua portuguesa continua sendo entendida e tratada como mero “instrumento de comunicação”, sustentando-se ainda em teorias lingüísticas discutidas no Brasil a partir dos anos de 1970. Duas décadas depois, e em nossos dias também, perdura a concepção instrumental da língua, sendo esta considerada como algo fora do sujeito, sobre a qual é possível ter o controle. Além disso, mantém-se a noção de sujeito racional, logocêntrico, capaz de ter o “domínio” da língua. Ora, na contemporaneidade, com base em estudos da lingüística, da psicanálise e das Ciências Humanas, postula-se a linguagem como constitutiva do sujeito, impossível de ser controlada e apreendida em sua totalidade.

3.1.1 Discurso jornalístico diversificado e seu papel na escola hoje

Reformar a escola, reformar a indústria, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo.

Gilles Deleuze
“Conversações”

O sujeito é construído na/pela linguagem, é um ser de linguagem e, como tal, não há possibilidade de considerá-lo fora dela. Partindo desse

pressuposto, passamos a discutir o papel que a linguagem e, por extensão, o discurso jornalístico diversificado, assumem, hoje, no processo de ensino-aprendizagem de leitura, no caso, leitura de jornal.

Os discursos que se constroem para a formulação de políticas educacionais, reformas e posições legitimadas institucionalmente não se constituem em meras linguagens sobre educação, não se situam fora dos indivíduos: “eles são parte de processos produtivos da sociedade pelos quais os problemas são classificados e as práticas mobilizadas” (POPKEWITZ, 1994, p.208). Nesse sentido, não há separação entre o que se vive fora e dentro da escola.

Nos dias atuais, em que ocorre uma crise geral das instituições – a exemplo da família e da escola – torna-se necessário discutir como os discursos, que circulam socialmente, permeiam e constituem a instituição escolar, marcando-a com a complexidade dos tempos contemporâneos. A escola está inserida no tempo e no espaço: é uma instituição disciplinar, no sentido que lhe confere Foucault ([1975] 1987), estabelecendo procedimentos e normas para aperfeiçoar o exercício do poder, tornando-o mais rápido e eficaz, mais leve e sutil. Entretanto, hoje, o poder disciplinar já não funciona a contento, (con)formando e tornando os corpos e as mentes dóceis como antes. Os tempos mudaram, regidos por circunstâncias e relações mais complexas. Deleuze (1992, p.220), sustentado no pensamento foucaultiano a respeito da sociedade disciplinar, alerta-nos com um cenário pessimista:

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um “interior”, em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional, etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares.

A crise anunciada pelo filósofo acentua-se a cada dia nas instituições e também na escola: as transformações ocorrem com extrema velocidade, desestabilizando continuamente as relações de poder-saber presentes nessa instituição, considerada, até poucas décadas atrás, o local do saber estabilizado, durável.

Na educação, evidencia-se uma forte crise, possível de constatar através de freqüentes pesquisas sobre o desempenho de professores e alunos em todos os níveis. Adota-se o modelo empresarial (de qualidade, de índices, de estatísticas), na tentativa de ordenar e corrigir as distorções (AMARANTE, 1998). Criam-se procedimentos de avaliação contínua, de formação continuada dos professores. Reformas educacionais são anunciadas periodicamente, em especial nas épocas eleitorais. Novas propostas curriculares e pedagógicas são implantadas, com o objetivo de superar as dificuldades e as defasagens dos “antigos” procedimentos educacionais. Não é difícil perceber como as marcas da pós-modernidade em que vivemos misturam-se com outras já costumeiras dentro das escolas. O “novo” e o “velho” imbricam-se, gerando contradições, paradoxos e disputas nas relações de poder-saber presentes nos espaços escolares.

As lógicas do mercado, do consumo, do espetáculo, entre outras tantas da pós-modernidade, permeiam a instituição escolar. É visível como as linguagens dos meios de massa penetram, de forma sutil, na escola, constituindo alunos e professores. A TV já está presente na vida da família, há algumas décadas, ordenando e (con)formando as subjetividades, desde a mais tenra idade, através de imagens, desenhos animados, programas infantis, propagandas, hoje cada vez mais voltadas para o consumo de produtos. Como nos lembra Debord (1997a, p.171-172), nos comentários que fez sobre *A sociedade do espetáculo*, a mudança mais importante que ele vivenciou, desde a publicação de seu livro, em 1967, consistiu “na própria continuidade do espetáculo” e, assim, esse espetáculo “ter podido educar uma geração submissa a suas leis”. Hoje, todos são praticamente

“educados” pela mídia, pelo consumo, pelo mercado, enfim, pelo poder das imagens.

Ao lado da TV, o jornal impresso, também é utilizado nas atividades de sala de aula, e a internet começa a ser reivindicada como recurso sedutor e inovador. Consideramos que todos esses meios têm seu poder intensificado e legitimado, dentro da escola, pela implementação de propostas educacionais que enfatizam, mais recentemente, a importância da internet: usá-la tornou-se uma “necessidade” nos currículos atuais, sustentada pelo discurso capitalista neoliberal.

Para nossos objetivos de analisar o lugar que o jornal impresso ocupa na atualidade, bem como os deslocamentos que o discurso jornalístico diversificado promove nas subjetividades, trazemos, para ilustrar essa situação, a Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, em nível de licenciatura.

Destacamos, inicialmente, algumas marcas discursivas da contemporaneidade que perpassam as Diretrizes. A idéia de gestão atravessa praticamente todo o texto: gestão do ensino, da sala de aula, das relações, do processo de aquisição do conhecimento. Há um enfoque empresarial na elaboração da política de formação de professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de um modo diferenciado de olhar as pessoas na sociedade em que vivemos: nessa sociedade de mercado, de consumo, tudo precisa ser gerenciado, organizado, para que não haja prejuízos ou perdas. Os riscos devem ser evitados; as estatísticas, as avaliações institucionais constituem-se em estratégias sutis e “naturalizadas”, através das quais tudo é medido e controlado.

Vejamos, como exemplo, algumas referências à gestão, presentes nas Diretrizes Curriculares em pauta:

art. 4º, parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino.

art. 6º, item I, letra b - aplicação de princípios da gestão democrática em espaços escolares e não-escolares.

art. 8º, Nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de:

(...)

item II - práticas de docência e gestão educacional que ensejem aos licenciandos a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagem, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos (BRASIL, 2006).

O princípio da gestão educacional parece ser o fio condutor do texto, distribuindo-se por vários artigos. Ferreira (2006, p.1349-1350) defende esse direcionamento, no cenário de transformações que ocorrem no mundo do trabalho e das relações sociais, acentuando que:

Estas medidas se apóiam na convicção de que a gestão democrática, a construção coletiva do projeto político-pedagógico e a autonomia da escola são os pressupostos fundamentais para o desenvolvimento da cidadania e, portanto, para a formação do profissional da educação. Para tanto, o redimensionamento do compromisso da escola, como agência de formação, não pode vincular-se, meramente, à lógica do mercado de trabalho, mas cumprir sua função social, isso é, seu papel político-educacional.

Em nome da cidadania, legitima-se discursivamente o processo de gestão democrática dentro da escola: trata-se de uma nova configuração do pedagogo, levado também a administrar, regular e controlar seus atos e a se responsabilizar por eles, a dobrar-se sobre si mesmo, (con)formando-se ao modelo de gestão proposto. Se, antes, o pedagogo cuidava das crianças que estavam sob sua responsabilidade, hoje, ele é convocado a fazer parte da ordenação e funcionamento da escola.

Outro aspecto presente e marcante na nova legislação do curso de Pedagogia é a lógica da velocidade: reduz-se o tempo de formação do pedagogo e amplia-se seu campo de atuação. Além da docência, o curso abre-se à pesquisa e à gestão, simultaneamente. Na legislação anterior, a formação do professor realizava-se em nível de Ensino Médio; o curso de Pedagogia possibilitava várias habilitações, porém não concomitantes: escolhia-se a docência, a administração ou a supervisão, por etapas. Portanto, o período de formação do professor era mais extenso e específico. Hoje, não se pode afirmar, ainda, as conseqüências, para a educação, de um curso de Pedagogia que engloba todas essas habilitações e que está estruturado para uma duração menor. Parece-nos, numa análise inicial, que ocorre uma simplificação da formação docente, sob a aparência de um leque mais amplo de atuação. Se ela será eficiente, só o tempo o dirá...

Feitas essas observações, que situam o curso de Pedagogia num contexto discursivo orientado para a pós-modernidade, passamos à discussão de como o discurso jornalístico diversificado permeia a Resolução nº 1.

O artigo 5º, em seu item VII, especifica:

art. 5º - O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

(...)

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas (BRASIL, 2006).

Nesse artigo, o discurso jornalístico diversificado está subentendido nas chamadas “linguagens dos meios de comunicação”, utilizadas como “lugar” de aprendizagem pelo discurso didático-pedagógico. Se o jornal impresso teve sua entrada na escola pública paulista, sob a justificativa dos novos estudos lingüísticos, que buscavam a utilização de uma linguagem mais atual, na época, representada por esse meio, hoje, as linguagens dos meios de comunicação e informação continuam sendo

reivindicadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia. No entanto, essas linguagens estão relacionadas aos processos didático-pedagógicos como recursos e não como linguagens constitutivas de alunos e professores. Persiste a concepção de linguagem como instrumento de comunicação, associada à idéia clássica de sujeito centrado, racional, consciente.

O artigo 6º, item I, letras *e* e *i* afirma:

Art. 6º - A estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á de

I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará:

(...)

e) aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial;

(...)

i) decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdos, pertinentes aos primeiros anos de escolaridade, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes, Educação Física (BRASIL, 2006).

A articulação das letras *e* e *i*, do artigo 6º, leva-nos a perceber uma visão do aluno sustentada nos estudos da Psicologia Cognitivista, que pretende estabelecer racionalmente as etapas do desenvolvimento infantil. (*e* - “aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos”). A visão psicológica do aluno associa-se a uma concepção instrumental de linguagem. (*i* - “decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens”). Tanto a idéia que se constrói de professor e de aluno, como a de linguagem sustentam-se numa concepção de ciência baseada no paradigma da razão,

numa noção de sujeito homogêneo, consciente, sabedor de si, e, ainda, na consideração da linguagem como um código transparente. Trata-se, portanto, de uma idéia de conhecimento científico “que se pauta na busca incessante da verdade absoluta e do conhecimento total” (CORACINI, 2007, p.209).

Como é possível perceber, as Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia apontam para a concepção logocêntrica de educação, para as novas tecnologias, sustentando-se na lógica da empresa, do capitalismo neoliberal. As novas tecnologias, sob a terminologia de “linguagens dos meios de comunicação” (BRASIL, 2006), “chegam ao consumidor [professor, aluno] como um pacote fechado, com o lacre da confiabilidade científica, como objeto de troca, sem que ele saiba como e por que elas foram concebidas e implementadas” (CORACINI, 2007, p.211). Na verdade, é o discurso político-educacional que autoriza e legitima esse uso na escola.

Assim, o poder do discurso jornalístico diversificado permeia o discurso político-educacional, como é o caso das novas Diretrizes do curso de Pedagogia e, por extensão, a formação do pedagogo. De fato, na análise dos dizeres dos professores-alunos (cf. 3.2.1; 3.2.2; 3.2.3; 3.2.4), constatamos que eles se referiram não apenas à leitura de jornal, mas enfatizaram as novas tecnologias como a TV e a internet. Portanto, o dizer e o fazer dos sujeitos já estão constituídos por esses diferentes discursos que se imbricam.

Ao lado disso, as peças publicitárias do jornal *Folha de S.Paulo*, como vimos (cf. 2.2.4), revelam um forte apelo à leitura de jornal e à busca da informação. Percebe-se, ainda, que o marketing sobre as novas tecnologias, sua disseminação na vida cotidiana e na formação continuada de professores, promove “a formação de um imaginário que mitifica o uso desse material, elevando-o ao patamar de imprescindível para o ensino-aprendizagem: todos os professores têm que saber lidar com esse material, solução para a garantia de motivação no aluno” (CORACINI, 2007, p.212) e,

completamos, para “aprendizagens significativas”, conforme o item VII do artigo 5º da Resolução nº 1/2006.

Consideramos que o discurso jornalístico diversificado, como dispositivo de poder-saber, vem permeando a prática pedagógica e o discurso político-educacional contemporâneo, através de dizeres e práticas que constituem e provocam deslocamentos na subjetividade do professor. Entretanto, é importante destacar que o uso do jornal na escola não implica, necessariamente, numa melhor aprendizagem nem num ensino de melhor qualidade.

3.2 O que dizem os professores-alunos sobre leitura de jornal

[...] ainda que estejamos condenados a nos dizer, a ser nas palavras, logo, sejamos considerados como tendo renunciado a ser nas coisas, estamos também condenados a não poder nos dizer inteiramente: pelo fato mesmo de dizer, tudo dizer é impossível.

Jean-Pierre Lebrun
“Um mundo sem limite”

Discutimos, aqui, os resultados da análise dos dizeres produzidos por professores-alunos do primeiro ano de um curso de Pedagogia de uma instituição de Ensino Superior do interior do Estado de São Paulo. Esses dizeres (*corpus*) constituem-se de respostas escritas a uma solicitação de caráter geral. “Fale o que quiser sobre leitura de jornal”. Esclarecemos que o pedido foi feito por esta pesquisadora que, na ocasião, ministrava aulas de Língua Portuguesa a eles. Nesse sentido, é preciso levar em conta o lugar ocupado pela pesquisadora, a partir de onde interpreta o *corpus*. Além disso, o objeto de estudo (dizeres) também se constitui numa construção lingüístico-

discursiva, situada historicamente e sujeita a diferentes articulações e interpretações, dependendo do olhar lançado pelo analista.

Analisamos o *corpus* numa perspectiva discursiva, assumindo a materialidade lingüística em sua opacidade, heterogeneidade e também em sua natureza inconsciente, articulando-a, ainda, às condições de produção (contexto sócio-histórico-cultural), o que nos levou a um gesto de interpretação, sempre passível de ser outro a cada (re)tomada.

Os excertos foram selecionados a partir das regularidades e sistemas de dispersão observados na análise inicial dos dizeres. As respostas escritas dos professores-alunos evidenciaram regularidades como, por exemplo, a afirmação da importância da leitura do jornal impresso, o uso das tecnologias de comunicação e informação (principalmente a TV e a internet), a busca de diferentes justificativas para a não leitura do jornal impresso, a utilização diferenciada do jornal impresso dentro e fora da sala de aula. Ao mesmo tempo, essas respostas apontaram para deslocamentos, diferenças, contradições entre os enunciadores e também em cada enunciatador. A partir das regularidades e diferenças mais presentes nas respostas, estruturamos três eixos de análise, que consideramos significativos para problematizar e discutir o lugar do jornal impresso na contemporaneidade em relação às novas tecnologias de comunicação e informação e também os possíveis deslocamentos da subjetividade em relação ao discurso jornalístico. Esses eixos, inevitavelmente imbricados na materialidade lingüística, priorizam, cada um por sua vez, as regularidades e as dispersões discursivas detectadas.

Houve enunciados que se repetiram, que se contrapuseram e que se entrecruzaram. Percebemos, ainda, no fio discursivo, outros, cujos limites e pontos de cruzamento não puderam(podem) ser fixados: (con)fundiram-se, num jogo incerto e complexo de fragmentos discursivos e de emergências no dizer, que, constitutivamente, “não é óbvio” (AUTHIER-REVUZ, 1998) nem transparente. Procuramos trabalhar nas margens, no entre-lugar do sujeito e

do jornal, sem dicotomizar posições. Os eixos de análise ficaram assim organizados: a) entre a repetição e a diferença; b) entre a falta e o excesso; c) entre o “velho” e o “novo”.

3.2.1 Entre a repetição e a diferença

[...] não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. Mas esta dificuldade não é apenas negativa, não se deve associá-la a um obstáculo cujo poder seria, exclusivamente, de cegar, perturbar, impedir a descoberta, mascarar a pureza da evidência ou a obstinação muda das próprias coisas.

Michel Foucault
“A arqueologia do saber”

Na tarefa de analisar e compreender o funcionamento do jornal impresso em nossos dias, bem como o do discurso jornalístico diversificado, retomamos a noção de arquivo em Foucault ([1969] 2004, p.147) como uma “prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação”. Falar em arquivo, nos termos desse autor, não significa, portanto, trabalhar com algo estático ou com documentos catalogados do passado. Trata-se de analisar “as coisas efetivamente ditas, sua condição de aparecimento, as formas de seu acúmulo e encadeamento, as regras de sua transformação e as descontinuidades” (*id.*, *ibid.*, p.146). Assim, essa noção de arquivo compreende uma (re)organização, um movimento contínuo de

fragmentos discursivos “recuperados” pelo sujeito, inconscientemente, a fim de produzir um dizer “coerente”, “coeso”.

Desse modo, analisar os dizeres dos professores-alunos sobre o jornal impresso implica descrevê-lo em sua existência e complexidade, entre permanências e movimentos, entre a repetição e a diferença. Trata-se de trabalhar com a idéia de diferença, isto é, a dispersão que somos e, ao mesmo tempo, construímos continuamente. Isso representa uma teia complexa de enunciados que estabelecem um campo não delimitado, não marcado, em que estão em contínuo movimento tanto o sujeito quanto o jornal impresso, constituídos por imbricamentos, permanências e deslocamentos. Embora haja permanências enunciativas, que se manifestam através de repetições, de regularidades e homogeneização de sentidos, nos diferentes níveis discursivos (sintático, morfológico, semântico, entre outros), também há deslocamentos produzidos pelos professores-alunos, já que cada enunciado sempre está aberto “à transformação, à reativação” (*id.*, *ibid.*, p.31).

O sujeito, ao (se)dizer, traz fios discursivos provenientes de várias regiões do discurso: da memória discursiva, do contexto sócio-histórico em que se situa, do inconsciente, fios que se entrecem para construir seu dizer. São vozes que se imbricam, numa tentativa de “circunscrever e afirmar o *um*” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.26), constituindo o texto, em sua incompletude, heterogeneidade e descontinuidade. Em decorrência da própria incompletude da linguagem, há possibilidades de emergências na materialidade lingüística, pequenas que sejam, ao lado da permanência e manutenção de sentidos legitimados socialmente.

Nos excertos selecionados, procuramos evidenciar as diferentes vozes que se contrapõem e se misturam, fazendo emergir a multiplicidade de sentidos, a heterogeneidade e a complexidade do sujeito e do discurso. Inicialmente, analisamos a marca enunciativa *não... mas...*, presente nos cinco primeiros excertos, e que provoca uma desestabilização de sentidos em relação ao jornal impresso, ao discurso jornalístico diversificado e ao

sujeito. O operador discursivo *não... mas...* traz dois argumentos, sendo que o segundo, iniciado por “mas”, apresenta maior força argumentativa do que o primeiro, sobrepondo-se a ele. Temos, então, duas vozes que se contrapõem, estabelecendo relações diferenciadas de sentido nos excertos, apesar de uma estrutura lingüística praticamente repetida. Vejamos o excerto a seguir:

E₁ - R₇¹⁰ – Não tenho muito o costume de ler o jornal sempre pois não o compro. Mas sempre que tenho oportunidade gosto de lê-lo, sendo que procuro reportagem sobre educação (o que acho muito escasso nos jornais) e acontecimentos do dia-a-dia. Costumo entrar na internet nos fins de semana e dessa maneira leio o que posso sobre educação, emprego, concursos, etc...

Nesse excerto, as duas seqüências discursivas, iniciadas, respectivamente, por *não... mas...*, estabelecem um jogo de sentidos e forças. O que está em questão é o papel do jornal em nossos dias e sua leitura pelo professor-aluno. Há uma contraposição de vozes, nas duas seqüências, marcadas por uma estrutura lingüística similar – *não tenho o costume de ler jornal sempre; mas sempre que tenho oportunidade ...*–, estrutura essa que estabelece uma oposição entre “dizer” e “fazer”, colocando em evidência um sujeito em tensão, dividido.

Na primeira seqüência, o enunciador “diz-se”, através da denegação, como não leitor de jornal, evidenciando vozes que ecoam e impõem o costume de ler jornal. São vozes de autoridade que sustentam, pelo imaginário social, a necessidade/costume de se ler jornal: voz proveniente desta pesquisadora, que, indaga sobre leitura de jornal; voz do próprio jornal que, através de várias estratégias publicitárias (cf. 2.2.4) busca sustentar seu lugar na atualidade e seu papel de informar; vozes do discurso

¹⁰ Os excertos selecionados estão indicados pela maiúscula E, numerados seqüencialmente. No corpo do texto estão destacados em itálico, para melhor evidenciá-los. As respostas dos professores-alunos, de onde foram extraídos os excertos, estão identificadas pela maiúscula R, seguida da numeração correspondente à resposta do professor-aluno. Transcrevemos os excertos sem correção gramatical, tal qual foram produzidos.

político-educacional e do discurso pedagógico, que legitimam a importância da leitura de jornal na escola, entre outras vozes. Desse modo, o professor-aluno vê-se na contingência de afirmar o que “faz”: *mas sempre que tenho oportunidade gosto de lê-lo, sendo que procuro reportagens sobre educação (o que acho muito escasso nos jornais) e acontecimentos do dia-a-dia*. Nessas palavras, observa-se um pequeno indício de sobrevida do jornal impresso, porém, logo em seguida, na outra seqüência, há menção ao uso da internet. A leitura do jornal é colocada pelo enunciador como uma prática direcionada a um fim específico, ou seja, à busca de “reportagens sobre educação”, já que o enunciador é aluno de um curso de Pedagogia. Entretanto, o jornal impresso parece não cumprir o seu papel, o que leva o leitor a buscar outra mídia, no caso, a internet.

A oposição entre o que o professor-aluno diz, na primeira seqüência, e o que ele efetivamente faz, na segunda, evidencia um trabalho contínuo de estruturação-desestruturação do discurso, um entre-lugar, em que o jornal impresso se desestabiliza: há vozes que atravessam a materialidade lingüística (AUTHIER-REVUZ, 1998), ora sustentando o lugar e o papel do jornal impresso (*sempre que tenho oportunidade gosto de lê-lo*), ora relativizando sua importância (*o que [reportagens sobre educação] acho muito escasso nos jornais*) e deslocando o “fazer” do enunciador para a internet, na busca por informações (*costumo entrar na internet no fim de semana e dessa maneira leio o que posso sobre educação, empregos, concursos, cursos, etc...*). Este último é um dizer afirmativo, contrariamente àquele inicial, marcado pela negação (*Não tenho o costume de ler jornal*).

Observe-se, também, o uso do tempo verbal “costumo” (na primeira seqüência) e do substantivo “costume” (na segunda seqüência). Os dois termos remetem à mesma origem semântica, ou seja, fazem alusão a um hábito. Assim, pode-se inferir que ocorre o deslocamento de um hábito para outro, do jornal impresso para a internet, embora ainda permaneçam,

no limite, as duas práticas, apontando para a in(e)stabilidade do jornal impresso e também do sujeito.

Outro aspecto que podemos considerar para a análise do excerto é que o enunciador deixa entrever, no fio discursivo, um processo de repetição marcado pelo advérbio “sempre”, que sugere uma atividade sem interrupção, contínua. Repetido por duas vezes, aponta para o excesso. Nesse excerto, o sujeito desloca-se do uso do jornal impresso para a internet, na busca por um objeto de consumo – a informação –, numa ânsia de sentir-se satisfeito (*leio o que posso*), pelo excesso. Desse modo, as informações constituem-se em objetos descartáveis e rapidamente substituídos, num processo repetitivo, contínuo. Segundo Baudrillard (2007, p.15), “existimos segundo o seu ritmo [das informações] e em conformidade com a sua sucessão permanente”. Então, o sujeito desliza de objeto para objeto, de informação para informação submetendo-se a uma busca repetitiva e impossível da completude, para a qual é convocado pela lógica do consumo.

Na tentativa de entender por que o professor-aluno procura a internet, em detrimento do jornal impresso, lembramos que este meio possui uma carga de tradição, sustentada pela memória discursiva, resultado de pelo menos dois séculos de existência aqui no Brasil. O imaginário social estabelece, entre jornal e leitor, um pacto mútuo que sustenta a necessidade social de informação, que regula e enquadra ambos em seus lugares discursivos específicos: se, de um lado, cabe ao jornal o “dever de informar”, de outro, o leitor precisa e quer ser bem informado, pois “o jornalismo cumpre uma função social antes de ser um negócio” (BUCCI, 2000, p.30).

O jornal impresso parece ter cumprido o seu papel, socialmente legitimado pelo imaginário, até o início da década de 90. Com a presença das novas tecnologias no mercado da informação, começou a ocorrer uma queda na sua comercialização. A entrada do jornal impresso na escola pública paulista já parece ter-se constituído numa estratégia de poder do jornalismo em busca de sobrevivência do texto-papel. Essa iniciativa, legitimada

pelo discurso pedagógico e também pelo discurso político-educacional, a partir da década de 70, apresentou momentos mais expressivos, principalmente na década de 80, com vários cursos de formação de professores dando ênfase ao uso de textos jornalísticos nas aulas das diferentes disciplinas. No começo da década de 90, dois jornais paulistas colocaram propostas de leitura de jornal na escola, porém, como vimos (cf. 3.1), não tiveram respostas muito satisfatórias e pouco duraram. Entretanto, os indícios da in(e)stabilidade do jornal impresso no meio social e a crise financeira aumentaram no início de 2000. Segundo Sant'Anna (2008, p.18), “o faturamento bruto somado de todos os jornais brasileiros caiu entre 2000 e 2003. De 2003 para 2004, ele aumentou, mas aumentou menos do que as emissoras de TV, os sites na internet e as emissoras de rádio”.

As novas tecnologias e a crise financeira desencadearam, nos jornais impressos, a necessidade de reagir, de buscar manter seu poder na sociedade. Foi o momento das grandes campanhas publicitárias que se mantêm até hoje, de forma reiterada. Entretanto, o processo de desestabilização do jornal impresso continua presente e emerge nos dizeres dos professores-alunos.

Vejamos outro excerto, em que essa tendência se manifesta; também há a presença dos operadores argumentativos *não...mas...*, que, como marca lingüística recorrente em vários dizeres dos professores-alunos, funcionam na direção da repetição e também da desestabilização de sentidos.

E₂ - R₁₆ – A leitura de jornal é um hábito significativamente difundido no país, apesar de muitas pessoas preferirem o telejornal, particularmente, não possuo o hábito de ler com regularidade o jornal, mas leio sempre que posso ou quando encontro uma notícia que me interessa.

O professor-aluno inicia seu dizer com uma opinião que não tem correspondência com nossa realidade, ou seja, nenhuma leitura é difundida no país, não há hábito estabelecido, conforme atestam os estudos de Melo

(1985). Parece que a necessidade de leitura de jornal está presente, constitutivamente, nesse professor-aluno que, então, repete esse discurso, embora não faça sentido para ele. O imaginário social encarrega-se de (con)formar o sujeito às imagens, discursos e idéias que circulam no contexto sócio-histórico, o qual “insere cada sociedade entre as outras e as inscreve todas numa continuidade” (CASTORIADIS [1975] 2007, p.131). Assim, a questão da leitura de jornal, no Brasil, constitui-se em tema de estudos e discussões há várias décadas, não apenas entre os especialistas da área do jornalismo, como também nos ambientes escolares e sociais. Portanto, o hábito de ler jornal tem sua história na sociedade, dá *status* a quem o lê, oferecendo uma interpretação da realidade, mas também de quem é esse leitor, ou seja, um indivíduo “bem informado”. Entretanto, há nessas imagens construídas e transmitidas socialmente uma certa violência interpretativa, pelo menos no meio educacional, onde os indivíduos são “obrigados” a se dizerem leitores de jornal como forma de se mostrarem articulados, informados, “em dia” com o que acontece. Trata-se de um poder-saber presente nas relações sociais, que busca sustentar, discursivamente, para o sujeito, uma imagem de si a ser valorizada pelo *outro*. Embora a leitura de jornal não seja um hábito expressivo, ela mantém uma memória discursiva forte que atua no imaginário dos professores-alunos desta pesquisa.

No excerto em análise (E₂-R₁₆), ao mesmo tempo em que, pela repetição, o professor-aluno procura enfatizar a importância da leitura do jornal, aponta para outra forma de buscar a informação, a notícia. A seqüência discursiva iniciada pela concessiva “apesar de” (*apesar de muitas pessoas preferirem o telejornal*) relativiza a seqüência anterior, que sustenta a leitura de jornal como *um hábito significativamente difundido no país*, além de apontar para a preferência pelo telejornal.

Em seguida, o professor-aluno produz um dizer em primeira pessoa do singular, com a marca lingüística *não... mas...* que, mais uma vez, como no excerto E₁-R₇, desestabiliza o lugar do jornal impresso. A primeira

seqüência apresenta uma denegação *não possuo o hábito de ler com regularidade o jornal* – que traz junto uma outra voz (é necessário ter o hábito de ler o jornal). A denegação pode ser considerada “um lapso de linguagem, um esquecimento, em que o *não* significa o *sim* desejado, mas recalçado” (ECKERT-HOFF, 2003, p.290). O que parece recalçado, nesse caso, é a “necessidade” de ler jornal com regularidade, como injunção social, que se coloca para o sujeito, pois “a função imputada ao imaginário é de preencher, fechar, cobrir o que é necessariamente abertura, clivagem, insuficiência do sujeito” (CASTORIADIS, *ibid.*, p.331).

Na segunda seqüência, o professor-aluno tenta preencher essa “necessidade” – *leio sempre que posso*. O uso do advérbio “sempre” aponta para uma vontade de inteireza, de totalidade do sujeito, que procura não apenas se justificar perante a pesquisadora que o indagou, como também “satisfazer-se”, “justificar-se” a si mesmo diante da imposição de leitura de jornal, que ele não cumpre.

O excerto que se segue evidencia um imbricamento de sentidos em relação à marca discursiva *não ... mas...*, (con)fundindo, neste caso, os limites entre jornal impresso e internet.

E₃ - R₂₄ – Não leio sempre, pois não sou assinante mas todos os dias acompanho pelo menos 03 versões on line (Folha on line, JB on line e G₁ (O Globo). Acho a leitura de jornal uma leitura dinâmica e rápida. E os quadrinhos de humor são super inteligentes (salve Angeli).

As seqüências referentes ao *não... mas...* evidenciam um desequilíbrio em relação à leitura de jornal e em favor da internet. O enunciador define-se como leitor de jornal, embora a voz que emerge da denegação sustente a necessidade de uma leitura mais freqüente e contínua, marcada pelo uso do modalizador de intensidade “sempre”. Entretanto, na seqüência que se inicia com o “mas”, há um argumento mais forte, que se sobrepõe ao anterior, apresentando o professor-aluno como

leitor habitual da internet. O emprego do modalizador “pelo menos” – *acompanho pelo menos 03 versões on line* – aponta para uma prática de leitura na internet que, por vezes, parece ser até mais intensa. Atente-se, ainda, para a força semântica da sigla G₁ (O Globo), que se refere à versão *on-line* do jornal *O Globo*: o “G” sugere globalização, máximo de modernidade, intensificado pelo numeral “um” justaposto à sigla. O jornal impresso vem recorrendo a estratégias competitivas para manter seu público, e uma delas consiste em produzir versões *on-line* para ganhar novos leitores. Assim, o jornal *O Globo*, ao criar a sigla G₁, para sua versão *on-line*, parece buscar um efeito de sentido de poder, de unidade e dominação diante de seus usuários.

Vale destacar que essas versões dos jornais são tentativas ainda frágeis de adaptação ao novo mercado da informação, porque mantêm a mesma distância de 24 horas, de uma versão para outra, assim como o jornal impresso. Em um cenário de tempo/espço comprimidos, de velocidade da informação, esse tipo de versão *on-line* apenas parece mascarar o problema com a ilusão da tecnologia digital. A questão não se resume unicamente à mudança de suporte – do papel para a tela – mas ao próprio funcionamento do jornalismo atrelado às atuais demandas sociais pela informação, às relações de poder-saber presentes no contexto sócio-histórico. Não se trata, também, para o jornal impresso, de tentar “imitar”, mimetizar a internet, o que vem ocorrendo, por exemplo, na simplificação das matérias e na adoção de estratégias que possam seduzir o público-leitor. Trata-se, antes, e talvez, de usar a internet como extensão do texto-papel, porém, sem deixar o público distanciado da informação durante 24 horas.

Como proceder a essa mudança é um problema a ser discutido e ser decidido pelas empresas jornalísticas. Se, em outros tempos, houve jornais semanais que, pouco a pouco, se tornaram diários, em vista da demanda e outros fatores, talvez fosse o caso de se pensar, hoje, em outro

funcionamento do jornal, impresso ou não, criando uma nova dinâmica, talvez uma nova Babel, (con) fusão, no sentido de imbricação dos meios, de participação ativa do público, de formas diferenciadas de distribuição da informação, entre outras estratégias que já vêm sendo acenadas pelos especialistas da área.

Nesse sentido, Rupert Murdoch, acionista majoritário e executivo-chefe da *News Corporation*, um dos maiores conglomerados de mídia do mundo, em uma palestra dada, em novembro de 2008, e publicada na *Folha de S.Paulo*, de 10 de dezembro de 2008 (A₁₄), diz enxergar a nova era tecnológica como uma oportunidade, e não como uma ameaça. Para o empresário, o maior bem de um jornal continua sendo “o vínculo de confiança entre os leitores e seu jornal”. Ele se mostra otimista em relação ao jornal no século 21, pois as pessoas estão mais sedentas por informação do que jamais estiveram e “têm mais fontes de informação do que jamais tiveram”.

Considerando esses aspectos e retornando ao excerto em análise, observamos que o professor-aluno busca informação diariamente em três versões *on-line* de diferentes jornais. Esse procedimento diversificado aponta para um sujeito da pós-modernidade, clivado por discursos vários, que não se satisfaz apenas com uma fonte de informação: busca o excesso e, simultaneamente, assume práticas de leitura próximas do hipertexto, ou seja, faz diferentes percursos na internet, em busca da informação. Ao mesmo tempo, afirma que a leitura de jornal é “dinâmica e rápida”, contrariamente ao que muitos pensam e dizem a respeito do jornal impresso. Faz referência, ainda, aos quadrinhos de Angeli, cartunista da *Folha de S.Paulo*, o que revela sua familiaridade também com o jornal impresso, até com uma menção elogiosa ao artista: *salve Angeli*. Trata-se, portanto, de um leitor que não estabelece dicotomias entre o suporte de papel e o digital, utilizando esses dois tipos de mídia.

No excerto seguinte, o enunciador apresenta-se como não leitor de jornal, optando pela televisão.

E₄ - R₂₅ – Não tenho o hábito de ler jornal, me informo com o jornal na televisão, mas acredito que como qualquer outro tipo de leitura é muito válido, além de estarmos nos informando, estamos também sempre melhorando o nosso vocabulário, com isso nos tornando pessoas melhores.

Já na primeira seqüência discursiva, correspondente à marca *não... mas...*, o professor-aluno coloca-se como não leitor de jornal e afirma sua preferência pela televisão. Entretanto, na seqüência seguinte, argumenta e se justifica pela posição assumida em relação à leitura de jornal: *mas acredito que como qualquer outro tipo de leitura é muito válido*. Tal explicação parece remeter ao discurso pedagógico, que enfatiza o uso de textos jornalísticos na escola para o ensino-aprendizagem da leitura. Também é possível interpretar que o jornal impresso serve para ser usado na escola, mas não serve para informar, pois o enunciador diz que se informa *com o jornal na televisão*. Para esse professor-aluno, portanto, o jornal não cumpre seu papel fundamental que é o de informar.

Além disso, o enunciador parece direcionar-se à professora-pesquisadora, que lhe solicitara responder sobre leitura de jornal. O professor-aluno acrescenta argumentos para expor por que considera válida a leitura de jornal. A seqüência argumentativa está produzida em primeira pessoa do plural, o que lhe empresta um caráter impessoal, e atravessada por diferentes vozes que se tecem, na tentativa do sujeito de dar linearidade ao dizer: voz do próprio jornal, que enfatiza o papel da informação na atualidade (*além de estarmos nos informando*); voz do discurso pedagógico, que costuma atribuir à leitura do jornal o papel de contribuir para o aperfeiçoamento lingüístico dos alunos (*estamos também sempre melhorando o nosso vocabulário; nos tornamos pessoas melhores*). A presença dessas vozes (d)enuncia a heterogeneidade constitutiva do sujeito,

da linguagem e do discurso. As vozes atravessam o dizer do professor-aluno, porém, há a ilusão de que suas palavras são somente suas e não vozes vindas de diferentes formações discursivas que, pela/na linguagem, se manifestam.

Observamos, ainda, que a enunciação do professor-aluno tem início em primeira pessoa do singular – *Não tenho o hábito de ler jornal ...*, em que fala de si e se posiciona sobre a leitura de jornal, para, em seguida, assumir outras vozes, em primeira pessoa do plural, que servem para sustentar seu posicionamento, não apenas com relação ao seu dizer, mas também amparado pelos dizeres do(s) outro(s). Desse modo, a seqüência discursiva iniciada pelo “mas” adquire maior força argumentativa; desestabiliza, porém, o jornal por atribuir a ele funções outras que não a de informar, que é, fundamentalmente, o seu papel.

No próximo excerto, mais uma vez observamos a marca lingüística *não... mas...* Outras negações também emergem no fio discursivo, produzindo efeitos de desestabilização no sujeito e em seu dizer.

E₅ - R₂₆ – Eu não costumo ler jornais ... Sinceramente não tenho hábitos de ler e nem de comprar ... minha mãe não costuma comprar, ela apenas só gosta de moda ... Mas às vezes todas as sextas-feiras eu pego o jornal da cidade, para ver o que está acontecendo no meu bairro ou até mesmo em outras cidades... Mas nesse jornal não tem muito o que argumentar ... apenas tem vendas ...

O dizer do professor-aluno é pontuado por várias negações, reticências, por uma escrita fragmentada, que remete à (im)possibilidade do sujeito de se expressar na/pela linguagem.

Vejamos: logo de início, o enunciador nega ser leitor de jornais, para, em seguida, reiterar suas próprias palavras – *Sinceramente não tenho hábitos de ler nem de comprar* O uso das reticências deixa o dizer suspenso, silenciado; porém, o silêncio abre para interpretações várias. Por exemplo: pode-se, primeiramente, supor que a seqüência discursiva faça

referência à leitura e à compra de jornais, embora não esteja dito; outra interpretação possível seria pensar que o enunciador não gosta de ler nem de comprar nada, ou seja, que se defina como um “não consumidor” num mundo consumista.

Na continuidade, o professor-aluno afasta-se do assunto em discussão, ou seja, falar sobre leitura de jornal, para fazer menção à mãe – *minha mãe não costuma comprar, ela apenas só gosta de moda ...* Poderíamos indagar: a mãe não compra jornal porque só gosta de moda, então, o jornal não está na moda? Ou, ela não compra jornal, só gosta de moda e, desse modo, a filha se sente desresponsabilizada por não ler jornal? São perguntas possíveis, tendo em vista a fragmentação do dizer.

Com referência à marca discursiva *não ... mas ...*, a seqüência iniciada pela adversativa “mas” contrapõe-se à primeira parte da fala do professor-aluno, em que ele afirma não ler jornais – *Mas às vezes, todas as sextas-feiras eu peço o jornal da cidade...* Observe-se, ainda, que nessa mesma seqüência discursiva há contradições: os termos “às vezes” e “todas”, referindo-se ambos a “sextas-feiras”, contrapõem-se e perdem sua força enunciativa, levando-nos à suposição de que o professor-aluno não lê o jornal da cidade. Essa constatação está presente na seqüência seguinte, articulada por outra adversativa “mas”, através da qual ele questiona as próprias palavras anteriores.

Pode-se afirmar que o enunciador, nas várias tentativas de argumentação para justificar o porquê de não ler jornais, procura suturar as brechas do dizer, buscando diferentes explicações, marcadas por contradições, uso de reticências, repetição de termos, que produzem um efeito de sentido de (con) fusão, de desorientação, colocando à mostra a heterogeneidade do sujeito, da linguagem e do discurso.

Nos excertos analisados, até aqui, nos quais observamos a recorrência sistemática dos operadores argumentativos *não... mas...*, emerge o discurso do mesmo, da repetição, porém em diferentes

materialidades. Essa repetição remete à pouca leitura ou à não leitura do jornal impresso, justificada através da marca lingüística *não... mas...*, que estabelece, nos diferentes excertos, imagens e relações diferenciadas dos professores-alunos em relação à leitura de jornal: alguns não lêem jornal porque buscam a informação em outros suportes como a internet e a TV, outros utilizam e misturam os diferentes suportes, e outros, ainda, simplesmente não lêem jornal. Assim, as produções discursivas sobre o jornal se diferenciam, entre a repetição e a diferença, e os sujeitos se (re)velam, mesmo nos pequenos indícios, em sua singularidade, em sua diferença, nas descontinuidades discursivas, como heterogêneos e descentrados.

Os excertos apresentados evidenciam, na materialidade lingüística, o entre-lugar do jornal impresso, frente às tecnologias de comunicação e informação, e também o entre-lugar do sujeito, ambos regulados pelos jogos de verdade contemporâneos, resultantes de novos agenciamentos produzidos pelas estratégias de poder (FOUCAULT [1979] 1998). Se, hoje, o que está em cena é o poder da informação e seu grande valor de mercado, é isso que emerge nos dizeres dos professores-alunos e que também os constrói e a seus discursos, atravessados pela repetição daquilo que já os constitui e pela diferença do que “chega”, ou seja, de novas forças que entram em jogo e que desestabilizam as “certezas”: do jornal impresso e do sujeito.

Trazemos, agora, outros excertos nos quais emerge, como traço recorrente no dizer dos professores-alunos, a importância da leitura de jornal. Esses dizeres, marcados pela repetição, também evidenciam a diferença, sentidos outros, próprios de cada sujeito. São essas diferenças e imagens que apresentamos e discutimos a seguir:

E₆ - R₁ – A leitura de jornal é importante e necessária a todas as pessoas que almejam uma carreira importante, pois precisamos saber o que acontece no mundo, na nossa cidade e o que acontece de bom que

se pode aproveitar (...), precisamos saber o que acontece ao nosso redor (...) precisamos estar sempre atentos para as mudanças do mundo para nos atualizar, quem não lê jornal fica fora do mundo atual.

No excerto, o professor-aluno repete, por duas vezes, a expressão “precisamos saber”. O fato de começar a resposta com uma afirmação genérica, seguida de orações em primeira pessoa do plural, pode produzir o efeito de sentido de que ele continua na generalização, afirmando verdades para todos, mas não se sabe, realmente, se o enunciador lê jornal. É possível que seja apenas a repetição de uma “verdade” veiculada pela mídia e pela sociedade! A necessidade de saber, posta pelo enunciador, é uma construção histórica. Sujeitos e objetos constroem-se/são construídos de forma contínua, através de processos discursivos que implicam, simultaneamente, permanências e movimentos. Esses discursos são aceitos e veiculados num determinado contexto sócio-histórico, construindo o que Foucault chama de regimes de verdade. Segundo o filósofo, não é possível desvincular a verdade do poder:

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...) A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; (...) o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funcionar como verdadeiro (FOUCAULT [1979] 1998, p.12).

Nesse sentido, o discurso jornalístico diversificado é um tipo de discurso cada vez mais legitimado e valorizado no capitalismo contemporâneo, em decorrência do valor da informação como mercadoria (BUCCI, 2002). É reconhecido socialmente como divulgador da verdade dos fatos, que é sempre histórica, resultado de uma teia complexa de relações.

Torna-se sintomático, então, que o professor-aluno reproduza o dizer que já circula socialmente a respeito do discurso jornalístico e sua

importância. O próprio jornalismo não se cansa de fazer sua divulgação nos diferentes suportes (cf. 2.2.4); também o discurso pedagógico tem-se ocupado em tematizar o papel da informação no processo educativo, através de cursos de formação de professores e de práticas de sala de aula (cf. 3.1). Não podemos nos esquecer, ainda, que a mídia se eleve em assunto de discussão, através dos temas que veicula. Todos esses discursos vão se constituindo, sutilmente, nos indivíduos, produzindo agenciamentos, levando-os a repetir dizeres sobre leitura de jornal e a se (con)formar neles.

No dizer do professor-aluno (E_6-R_1), o emprego e a repetição da forma verbal “precisamos”, por três vezes, em primeira pessoa do plural, constrói uma voz que se distancia do enunciador, torna-se impessoal, abarcando os indivíduos em geral; funciona na direção do “ser preciso”, em relação à leitura de jornal. Trata-se de um “ser preciso” que se manifesta no dizer, reproduzindo enunciados que permeiam o social nas diferentes formações discursivas.

As seqüências discursivas – *precisamos saber o que acontece no mundo, na nossa cidade; nos jornais existem muitas notícias ruins, mas precisamos saber o que acontece ao nosso redor* – são “verdades” que circulam no imaginário social e que se impõem ao enunciador como uma “necessidade”. Essas “necessidades” são resultado dos agenciamentos promovidos pelo discurso jornalístico diversificado, através de estratégias de sedução e de repetição. Esses agenciamentos criam “necessidades” para o sujeito, constroem para ele um querer-saber através do outro, vários outros que constituem o imaginário, e levam esse sujeito a repetir, a naturalizar sentidos sem perceber que o faz. Ocorre, pois, um trabalho de regulação social do dizer, fazer e querer, embora resistências sempre possam ocorrer (FOUCAULT [1979] 1998).

Na seqüência discursiva *nos jornais existem muitas notícias ruins, mas precisamos saber o que acontece ao nosso redor*, o professor-aluno constata a presença de fatos desagradáveis no jornal, porém sua

argumentação confere maior poder às informações, àquilo que acontece e é divulgado. Em geral, o público não se interessa pelo fato comum, que não apresente a marca do novo e do inesperado. O discurso jornalístico diversificado pode até trabalhar com o corriqueiro e o repetitivo, porém, reveste-o com um quê de novidade. As notícias sensacionalistas, negativas, são sua matéria-prima, pela possibilidade de desdobramento que oferecem e pela atração que exercem no público-consumidor. O jornal precisa, então, fornecer, diariamente, novas “mercadorias”, novas informações (nem sempre tão novas), que se constituem em fetiche para o sujeito (BUCCI, 2002): seduzem e preenchem, ilusória e provisoriamente, a falta constitutiva.

Observamos, no excerto em análise (E₆-R₁), que as palavras finais do professor-aluno – *quem não lê jornal fica fora do mundo atual* – ressoam à maneira de um *slogan*, remetem a uma propaganda institucional da *Folha de S.Paulo* (*Sem informação não dá pra ter opinião*), divulgada em 2003. Há similaridade, uma espécie de eco, entre o dizer do professor-aluno e o texto publicitário: não apenas no jogo de palavras e na sonoridade do texto, presentes em ambos, mas, principalmente, nos efeitos de sentido que provocam.

Vejamos: em 2004, a *Folha* adota outro *slogan*: *Folha. Não dá pra não ler*. Essa peça publicitária apresenta semelhanças com a anterior: repete-se a ênfase na importância da leitura, porém busca-se intensificar e ampliar o campo de abrangência do público-leitor. O *slogan* de 2003 (*Sem informação não dá pra ter opinião*) estabelece uma relação direta, imediata, entre informação e opinião, pelo emprego de duas negações (“sem” e “não”). Essas expressões, por denegação, trazem à superfície discursiva uma outra voz, subentendida: é preciso ter informação para construir opinião. No *slogan* de 2004 (*Folha. Não dá pra não ler*), o uso do verbo “ler” produz um efeito de sentido mais amplo que o do termo “informação”, presente no *slogan* de 2003. Parece remeter a um público-leitor mais diversificado, não interessado somente em informação. Assim, o *slogan* de 2004, num jogo de

linguagem sustentado pela memória, repete/transforma um enunciado por meio da reativação de um outro anterior, acrescido de uma pequena diferença e um deslizamento de sentidos.

Ainda pelo processo de denegação, que traz subjacente a afirmação – *dá pra não ler* e, também, *dá pra ler* –, o discurso publicitário constrói um jogo persuasivo para seduzir, convencer e garantir o público-leitor do jornal. É um trabalho da repetição como forma de manter o enunciado através do tempo (“é preciso ler jornal”), convocando o público que não assina o jornal a fazê-lo. Em nossos dias, o jornal impresso (re)parte lugares com outras tecnologias de informação, que o levam a sustentar e a reforçar o discurso da “necessidade” de leitura de jornal, (con)fundindo-se com a voz que, subliminarmente, afirma: “Jornal. Dá pra não ler”. A “necessidade” particulariza-se, ou seja, não se trata de ler qualquer jornal, mas, sim, a *Folha*. O *slogan*, funcionando através da repetição, também é divulgado pela TV, pelos vários “Cadernos” da *Folha*, por outros suportes da informação, distribuindo-se e alcançando visibilidade em função da intensidade e da freqüência dessa repetição. Através desse modo de funcionamento, o *slogan* incorpora-se, consciente ou inconscientemente, ao enunciado do professor-aluno.

Nesses processos discursivos analisados em E₆-R₁, a estratégia da repetição, utilizada pelo discurso publicitário, a respeito do discurso jornalístico, possivelmente atuou sobre o professor-aluno, levando-o a repetir/(trans)formar enunciados. Trata-se, portanto, de uma repetição da repetição: ocorre, nesse caso, a própria dispersão dos enunciados e dos discursos em seu funcionamento “nas malhas mais finas da rede do poder” (FOUCAULT [1979] 1998, p.6). Essa mecânica das relações de poder age continuamente na constituição da subjetividade, na tentativa/trabalho de (con)formar e agenciar os indivíduos àquilo que se espera deles. No caso do discurso jornalístico diversificado, a rede de poder também estende seus fios

sedutoramente para outros discursos, como é o caso do discurso político-educacional e do discurso pedagógico (cf. 3.1).

No excerto que se segue, o professor-aluno ressalta a importância de leitura de jornal, colocando em evidência a “necessidade” da informação.

E₇ - R₁₇ – Acredito que a leitura de jornal é muito importante para o indivíduo que deseja estar sempre informado, por dentro de fatos importantes, seja ele em nosso país ou não (...). A nossa auto-estima melhora muito quando você entra em uma roda de pessoas conversando, e você consegue se introduzir no assunto ou levanta outros assuntos interessantes, você se sente realizado.

Nesse excerto, temos um sujeito que se encontra marcado por mecanismos de agenciamento (ROSE, 2001) que o fazem generalizar seu dizer, pelo uso de diferentes vozes, que apelam para a valorização da informação (*importante para o indivíduo que deseja estar sempre informado; você entra; você consegue*). O uso da terceira pessoa do singular produz um efeito de sentido de generalização, ou seja, a informação é importante para todos.

Os agenciamentos produzidos pelo próprio discurso jornalístico contemporâneo, que “exploram” esse “desejar” do sujeito, procuram continuamente seduzi-lo, através de estratégias, de tecnologias de si, para a busca da informação, associadas a outros discursos, como o neoliberal, o pedagógico, dentre outros. Desse modo, o sujeito, imerso no imaginário social, na relação dual, reflete, como num espelho, a repetição do mesmo, ou seja, de que a leitura de jornal é muito importante. O querer “*estar sempre informado*” inscreve-se nesse professor-aluno e passa a constituí-lo, remetendo-o à busca reiterada de satisfações provisórias – no caso, a própria informação –, satisfações que se desfazem com facilidade e precisam, novamente, ser preenchidas.

Estar sempre informado pressupõe movimento contínuo, repetitivo, marcado pelo excesso. Segundo Melman (2003), se, na modernidade, havia

a autoridade da figura do pai, por sua vez, no mundo pós-moderno, com a ausência de discursos de referência, com o declínio da função paterna, o sujeito é “convidado” a gozar o tempo todo; a regra, agora, é o excesso, o sentir-se “confortável” pelo consumo de informações.

Essa “necessidade” da informação sustenta-se por meio de discursos que atravessam o sujeito, como, por exemplo, o publicitário, que pode ser identificado na seqüência seguinte – *a nossa auto-estima melhora muito quando você entra em uma roda de pessoas conversando, e você consegue se introduzir no assunto ou levanta outros assuntos interessantes*. São dizeres persuasivos que parecem remeter a textos de divulgação do próprio jornal. Observe-se que, nessa seqüência, misturam-se a terceira pessoa do singular e a primeira do plural (“*nossa auto-estima*”; “*você entra*”, “*você consegue*”) que apontam para vozes, palavras de ordem que se “instalam” no professor-aluno, provenientes de um “fora” que já é “dentro”, que passa a constituí-lo. São agenciamentos, são modos de ser e agir que se impõem ao sujeito como “verdades”.

No excerto que se segue, o dizer aponta para o pensamento logocêntrico, que deixa vestígios na construção da imagem do jornal pelo professor-aluno.

E₈ - R₈ – As informações contidas nas páginas desse importante meio de comunicação trazem a realidade cotidiana de uma forma explícita e verdadeira.

A seqüência discursiva afirma que o jornal traz *a realidade cotidiana de uma forma explícita e verdadeira*. Essa é a idéia que circula e que se repete no imaginário social e que credita ao jornal a tarefa de divulgar a verdade dos fatos, e todo jornal é cobrado por essa missão (BUCCI, 2000). Entretanto, como vimos anteriormente, na análise de E₆-R₁, a verdade é sempre histórica, sendo efeito de um jogo de relações de poder-saber (FOUCAULT [1979] 1998). O enunciador de E₈-R₈ tem a ilusão de uma verdade jornalística incontestada, concepção que é fruto do pensamento

dicotômico ocidental, que não relativiza nada; pelo contrário, fundado na razão, trabalha com oposições, com dicotomias. Assim, o professor-aluno apenas repete o que todos dizem e pensam a respeito do jornal; não há questionamento, o que aponta para um sujeito que simplesmente aceita as “verdades” estabelecidas sobre o jornalismo impresso.

O excerto seguinte traz, novamente, a questão da verdade, afetada pela ilusão de completude do sujeito; apresenta, ainda, a imagem de sensacionalismo, de espetáculo que muitos jornais exploram na atualidade. São lugares-comuns sobre o jornal impresso, que circulam no imaginário social e que são repetidos pelo enunciador.

E₉ - R₁₀ – Acho interessante ler alguns artigos e outros acho que são desnecessários, em alguns jornais existe um pouco de “fantasia” em relação a determinados assuntos, dá a impressão que eles não falam realmente a verdade e procuram atrair o leitor causando sensacionalismo ou impacto forte demais. Mas no geral acho bom ler um jornal pela informação que proporciona, porque mesmo que não sirva para o uso no dia a dia, me dá a possibilidade de pensar (...) isso me faz avaliar as situações e descobrir coisas novas, caminhos novos e talvez até mudanças de comportamento para a vida.

O professor-aluno, referindo-se ao jornal e aos artigos nele presentes, sugere que *eles não falam realmente a verdade*. O enunciador “suspeita” que não falar a verdade significa buscar o *sensacionalismo ou o impacto forte demais*. Esse dizer aponta para a mídia contemporânea, que se utiliza de estratégias, nem sempre muito éticas e profissionais, para seduzir o público. As expressões “sensacionalismo” e “impacto” remetem à idéia de espetáculo, desenvolvida por Debord ([1967] 1997a, p.14): “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre as pessoas, mediatizadas por imagens”. Indo mais longe, Debord (*ibid.*, p.25) afirma que “o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem”. Isso significa que os meios de comunicação e informação às vezes ultrapassam os limites éticos, em nome de um capitalismo exacerbado.

Talvez seja nesse sentido que o professor-aluno considere que os jornais não falam a verdade. Observamos que, em seu desejo de completude, o sujeito assume uma concepção logocêntrica de verdade, “cobrando” do jornal um compromisso que ele não pode (nem poderá jamais) oferecer, ou seja, uma verdade atemporal, absoluta.

Lembramos, com Coracini (2003a, p.108), que “a verdade, a objetividade, a imparcialidade não passam de invenções, verdadeiras metáforas que buscam preencher a falta, completar o incompleto, suprir o que não pode ser suprido”. A verdade em jornalismo, como todas as “verdades”, é sempre uma interpretação, uma construção histórica, efeito de relações de poder-saber, sujeita às contingências do próprio discurso jornalístico contemporâneo.

O enunciador, contrapondo-se à idéia de “sensacionalismo”, mencionada no início da seqüência discursiva, destaca o papel que o jornal assume na divulgação de informações: *Mas no geral acho bom ler um jornal pela informação que proporciona. Apesar das falhas e vícios que o jornal possa apresentar, o enunciador repete e evidencia sua importância pelas informações que veicula. Além disso, acrescenta uma outra característica ao jornal: me dá possibilidade de pensar (...) isso me faz avaliar as situações e descobrir coisas novas, caminhos novos e até mudanças de comportamento para a vida.* Nesse dizer, emerge uma imagem de jornal como facilitador da capacidade de pensar, de ler, idéia que perpassa o imaginário social, atravessado por diferentes vozes, como a do discurso pedagógico, a do discurso jornalístico, a do discurso publicitário, dentre outras e que (con)formam os modos de ser e pensar do sujeito. O enunciador, que é aluno de Pedagogia, também se constitui, inevitavelmente, por essas vozes, sendo que a voz do discurso pedagógico faz-se presente no dizer: *isso me faz avaliar as situações e descobrir coisas novas, caminhos novos e talvez até mudanças de comportamento para a vida.* A seqüência sugere a voz do discurso da valorização, difundida nos cursos de formação de professores e na graduação.

Diante de um cenário de crise da educação brasileira, da desvalorização da carreira do professor e das licenciaturas, não é de se estranhar que essas palavras sejam ditas. É recorrente nesses cursos a concepção logocêntrica sobre educação, a idéia de progresso e desenvolvimento contínuos, que atribuem às técnicas e aos procedimentos metodológicos a competência para alcançar mudanças de comportamento, desconsiderando, porém, o sujeito e seu desejo, sua constituição complexa e heterogênea, da qual não se tem controle. Nesse excerto, observa-se, portanto, um sujeito afetado pela ilusão de completude, “ilusão que parece reduzir ou preencher, ainda que temporariamente, a falta que constitui o sujeito, falta essa que é responsável pelo ‘eterno’ adiamento da completude, da felicidade, da verdade” (CORACINI, 2003a, p.103).

Nos excertos analisados, nesse eixo – entre a repetição e a diferença –, as diferentes vozes evidenciam a heterogeneidade da linguagem, do sujeito e do discurso. Mesmo na repetição, na homogeneização de sentidos, emergem diferenças, que são resultado de fios que se imbricam, se contrapõem e formam uma complexa trama discursiva, com suas repetições e suas diferenças.

3.2.2 Entre a falta e o excesso

*Deveras se vê que o viver da gente
não é tão cerzidinho assim?*

Guimarães Rosa
“Grande Sertão: Veredas”

Neste eixo, procuramos evidenciar, nos dizeres dos professores-alunos sobre leitura de jornal, os entre-lugares, as imbricações que desestabilizam as dicotomias logocêntricas, colocando em evidência as

contradições e os deslocamentos do sujeito, marcado pelo excesso na enunciação, como forma de preencher as “necessidades” construídas socialmente, que lhe impõem o preenchimento contínuo da falta de informação, da falta de leitura de jornal.

Passemos, agora, ao primeiro excerto:

E₁₀ - R₁₁ – O jornal está em minha vida diariamente primeiramente pelo fato de eu ser educadora. Embora eu seja assinante de um jornal, não posso ler ele todos os dias, por causa de minha rotina, então sempre procuro tirar deles algo de útil para meu trabalho.

Aprendi a ler jornais quando estava na 8ª série do ensino fundamental, onde a minha professora nos ensinou a fazer a leitura do mesmo. E com o magistério isso ficou mais forte ainda (...). Com isso não me sinto apenas mais uma ... mas sim uma pessoa atualizada e além do mais uma profissional preocupada em passar para meus alunos conhecimento e talvez sanar dúvidas a respeito do que vem acontecendo no mundo.

Evidencia-se, nesse excerto, a contradição entre o que o professor-aluno afirma, inicialmente – *O jornal está em minha vida diariamente* – e o que é dito e feito, a seguir – *Embora eu seja assinante de um jornal, não posso ler ele todos os dias* –, produzindo uma (con) fusão de dizeres que revela um deslocamento de sentidos e o mal-estar do enunciador: vê-se na contingência de dizer que lê jornal *por ser educadora*, certamente em decorrência das exigências educacionais e sociais que lhe são impostas e, ainda, em decorrência da presença desta pesquisadora que lhe solicita uma resposta sobre leitura de jornal. Por não ter uma prática regular de leitura de jornal, isso produz no professor-aluno um certo desconforto e a tentativa de se justificar.

Primeiramente, elabora um dizer sobre a prática pedagógica: *então sempre procuro tirar deles [jornais] algo útil para meu trabalho*. A voz da escola é convocada e trazida como recurso para preencher o vazio, a palavra que talvez “devesse” pronunciar sob o olhar da pesquisadora, isto é, dizer que é leitora assídua de jornal e que trabalha com ele. Fios da memória são resgatados pelo enunciador na necessidade de costurar um

dizer homogêneo, consistente, que lhe permita sentir-se confortável, inteiro – *Aprendi a ler jornais quando estava na 8ª série do ensino fundamental, onde a minha professora nos ensinou a fazer a leitura do mesmo.* A memória do professor-aluno emerge na materialidade lingüística, misturada ao dizer do presente, numa imbricação do “velho” e do “novo”, já que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT [1971] 2005, p.26). Nesse dizer, iniciado em primeira pessoa do singular – “Aprendi” –, há uma mescla com a primeira pessoa do plural, através da qual o *outro* se faz presente – *a minha professora nos ensinou a fazer a leitura do mesmo.* Os pronomes “minha” e “nos” estabelecem uma aproximação/distanciamento do enunciador em relação ao que diz: (re)constrói o passado, a sua experiência com leitura de jornal, em que a presença/ausência do *outro* serve ao propósito de (con)firmar seu dizer e garantir a posição de sujeito pela experiência vivida e contada.

A costura discursiva prossegue, na (vã) tentativa de fechar todas as brechas do tecido-texto; nessa tarefa, mais um fio é puxado – *E com o magistério isso [a leitura de jornal] ficou mais forte ainda.* A voz da formação, da valorização do professor faz presença para reforçar a fala anterior e sustentar a posição de leitor de jornal que o enunciador insiste em (re)afirmar.

A seqüência discursiva seguinte evidencia o desejo de completude do sujeito, marcado pela visão logocêntrica de educação, que traz o discurso da valorização, do novo (CORACINI, 2003a) – *com isso não me sinto apenas mais uma ... mas sim uma pessoa atualizada e além do mais uma profissional preocupada em passar para meus alunos conhecimento e talvez sanar dúvidas a respeito do que vem acontecendo no mundo.* Aparece, aqui, novamente (como nos excertos E₁ a E₅), a marca lingüística *não... mas...*, em que a seqüência iniciada pelo “mas” traz um sujeito que se manifesta através de um discurso sem falhas, sem falta, como detentor de um saber, com a missão de responder a todos os questionamentos e necessidades dos

alunos. Trata-se de um sujeito do excesso (BIRMAN, 2006), agenciado pelas exigências da atualidade, do discurso racional da educação, dentre outros que atravessam seu dizer.

Passemos a outro excerto que, mais uma vez, traz o movimento do sujeito na busca da totalidade, da inteireza, pelo excesso na enunciação, através do qual constrói uma imagem idealizada de leitura de jornal.

E₁₁ - R₁₈ – O jornal é uma janela para o mundo. Todos os dias ele entra em nossas vidas contando acontecimentos variados (...). O jornal é uma grande ponte cultural e que nos faz participar de todos os acontecimentos mundiais. Seria interessante se as pessoas lessem ao menos uma vez por semana o jornal, pois faz com que estejamos a par do que ocorre no mundo. Eu particularmente leio o jornal de Domingo pois engloba o que aconteceu durante a semana.

O excerto apresenta dois blocos: no primeiro, o enunciador manifesta-se em terceira pessoa do singular, incorporando a voz do(s) outro(s) sobre leitura de jornal; em seguida, em primeira pessoa do singular, para dizer como faz sua leitura.

Inicialmente, o professor-aluno traz várias vozes, que constroem uma imagem do jornal não só idealizada como também “fantasiosa” e, ao mesmo tempo, ressoando como lugar-comum: *O jornal é uma janela para o mundo; todos os dias ele entra em nossas vidas contando acontecimentos variados*. Observe-se que o dizer do enunciador remete ao discurso publicitário, através de construções lingüísticas que apelam para o aspecto visual e para a sedução. Essas construções parecem evocar algum texto de divulgação sobre leitura de jornal que o professor-aluno viu ou ouviu, ou, talvez, algum curso de formação de professores, onde é freqüente a discussão de textos pedagógicos que veiculam, muitas vezes, esse tipo de linguagem “motivadora”, com o objetivo de “estimular” os professores em sua tarefa de ensinar.

A seguir, evidencia-se uma outra voz – *o jornal é uma grande ponte cultural e que nos faz participar de todos os acontecimentos mundiais*

– que produz um efeito de sentido de excesso e de totalidade, próprio também do discurso pedagógico, que procura dar solução para os problemas de ensino-aprendizagem. A esse respeito, como ilustração, retomamos a fala do jornalista Gilberto Dimenstein sobre leitura de jornal (cf. 3.1) quando fez a divulgação do projeto da “*Folha*” nas escolas: “utilizado como método pedagógico, o jornal serve de magnífica ponte entre a realidade e o ensino formal. O aluno conhece melhor o mundo em que vive”. Observe-se que a imagem da ponte também está presente na fala do jornalista. Esse tipo de linguagem é recorrente no meio pedagógico por criar uma expectativa idealizada do ensino-aprendizagem.

Dando continuidade à tessitura discursiva sobre leitura de jornal, o enunciador “costura” mais uma voz à seqüência de dizeres: com o verbo no futuro do pretérito, sugerindo possibilidade, incerteza¹¹, ele enuncia uma espécie de “prescrição” sobre leitura de jornal, que parece direcionada a si mesmo, mas da qual se distancia, na materialidade lingüística, ao usar a terceira pessoa do plural – *seria interessante se as pessoas lessem ao menos uma vez por semana*. Essa “sugestão” serve para justificar e referendar sua própria prática de leitura, também realizada uma vez por semana – *Eu particularmente leio o jornal de Domingo*. É como se o enunciador quisesse se sentir “confortável”, e ele próprio, de antemão, já estabelecesse o critério de validade de sua leitura, ou seja, como se afirmasse: “eu cumpro essa meta (ainda que mínima), então eu sou leitor”.

Entretanto, trata-se, mais uma vez, de uma forma de suprir a falta de informação, de leitura, como imposição social, agenciada através de tecnologias de si, ou seja, modos de ser e pensar que o sujeito interioriza e que passam a constituí-lo. Então, para justificar a leitura que não faz, o sujeito produz um dizer no qual a seqüência de vozes/imagens, repetidas, buscam dar coerência não apenas ao dizer, mas principalmente a esse

¹¹ Segundo Coracini (1991, p.166), esse tempo verbal parece sugerir, além do não comprometimento do enunciador, também a não certeza com relação ao que foi por ele enunciado.

sujeito. A enunciação, pelo excesso, de formas imaginárias sobre leitura de jornal revela o vazio do próprio sujeito que, pressionado pelo imaginário social, vê-se na contingência e na compulsão de muito dizer do mesmo, fazendo uso de lugares-comuns.

O excerto seguinte também evidencia o excesso:

E₁₂ - R₁₉ – Gosto muito de ler os artigos de jornal, porém não tenho muito tempo para me dedicar ao exercício desse tipo de leitura, tendo em vista que o jornal que leio é o da própria biblioteca em que trabalho (...). Gostaria que todos pudessem ter a oportunidade de ler não só o jornal mas de uma forma mais abrangente, todo o tipo de leitura, para que assim pudessem formar opiniões e adquirir mais cultura.

Esse excerto, como o anterior, pode ser considerado em dois blocos. No primeiro, o enunciador diz sobre sua experiência com leitura de jornal, em primeira pessoa do singular – *Gosto muito de ler os artigos do jornal, porém não tenho muito tempo para me dedicar ao exercício desse tipo de leitura*. Observe-se que o professor-aluno, embora enfatize a leitura de jornal, justifica-se por não ler o suficiente, em decorrência do pouco tempo disponível. É importante destacar que o dizer do enunciador apresenta semelhanças a outros anteriores, já discutidos, no que se refere à busca por justificativas e razões para não ler, ou ler pouco o jornal, diante da “necessidade”, construída socialmente, de ler jornal. Primeiramente, porque o enunciador encontra-se na posição-sujeito de aluno, tendo que responder à pesquisadora – que também é sua professora –, sobre leitura de jornal. Além disso, os agenciamentos produzidos socialmente o levam, praticamente, a “ter que se dizer” leitor, não só de jornal, já que é professor e também aluno de um curso de Pedagogia. Assim, seu dizer está atravessado por todas essas injunções que (con)formam seu modo de ser e pensar.

No segundo bloco, o enunciador, ainda para se justificar, manifesta-se a respeito de leitura, através de um dizer marcado pelo lugar-comum, formulando possibilidades e generalizações: *Gostaria que todos*

pudessem ter a oportunidade de ler não só o jornal mas de uma forma mais abrangente, todo tipo de leitura. O dizer do professor-aluno, ao se iniciar com um verbo no futuro do pretérito, já sugere um distanciamento do enunciador em relação àquilo que afirma, bem como a incerteza quanto ao que foi enunciado. Portanto, traz uma voz homogeneizada, idealizada, na qual desconsidera as condições sócio-econômicas da população brasileira e outros problemas que dificultam o acesso à leitura. Também o emprego dos pronomes indefinidos “todo(s)”, por duas vezes, na seqüência discursiva anterior, produz um efeito de sentido de totalidade, que aponta para aspirações e lugares-comuns a respeito de leitura. Pode-se pensar, ainda, que por trabalhar numa biblioteca, talvez tivesse oportunidade de se posicionar de forma mais afirmativa, porém não o faz. O que emerge é a homogeneização de sentidos, a enunciação pelo excesso e o vazio no dizer.

A esse respeito, Birman (2006) destaca o empobrecimento da linguagem que caracteriza a subjetividade contemporânea. Em decorrência da fragmentação psíquica, resultado da grande quantidade de opções, inerente ao hiperconsumismo (LIPOVETSKY, 2007) a que está exposto o sujeito, a possibilidade simbólica de escolha e de posicionamento vê-se enfraquecida, subjugada à repetição e ao excesso. Desse modo, a linguagem torna-se resultado, também, da fragilidade do pensamento. “Vale dizer, a linguagem e o discurso assumem uma feição metonímica e não mais metafórica, em que a metonímia indica um desejo à deriva e sem cortes significativos” (BIRMAN, 2006, p.189), o que dá origem à repetição e ao excesso no dizer. Assim, a possibilidade da metáfora, ou seja, de produção de sentidos novos, de rupturas no discurso reduz-se em função do excesso, da simplificação do sujeito contemporâneo, que se instala ilusoriamente, no imaginário.

Passemos ao próximo excerto, ainda marcado pelo excesso:

E₁₃ - R₂ – Acho que o jornal é um veículo de comunicação muito importante que faz com que todos os cidadãos interessados fiquem por

dentro de todos os acontecimentos do mundo, até mesmo quem não tem dinheiro para comprar tem a oportunidade de ver as manchetes que ficam em destaque na primeira página, pois os mesmos ficam expostos em bancas (...) Na escola, o jornal deve ser utilizado a todo momento para que os alunos tenham um maior conhecimento sobre a atualidade, infelizmente não são todas as escolas que usam desse material.

O enunciador traz um dizer homogeneizado sobre leitura de jornal, sustentado pelo desejo de controle, de centralidade, de racionalidade, que move o sujeito ocidental. Observamos o emprego repetitivo do pronome indefinido “todos”, que produz o efeito de sentido de totalidade – [o jornal] *faz com que todos os cidadãos interessados fiquem por dentro de todos os acontecimentos do mundo; na escola o jornal deve ser utilizado a todo momento.* As imagens que o professor-aluno constrói sobre o jornal estão calcadas no poder da informação na atualidade; o que interessa é um tipo de informação simplificada, de fácil acesso: *até mesmo quem não tem dinheiro para comprar [o jornal] tem a oportunidade de ver as manchetes na primeira página, pois os mesmos ficam expostos em bancas.* Observe-se que o emprego do verbo “ver” – *ver as manchetes que ficam em destaque na primeira página* –, encontra-se no lugar do usual verbo “ler”. Na contemporaneidade, somos marcados pela imagem, em detrimento da escrita. Assim, o enunciador vê-se afetado pelo impacto da imagem, que “produz a falsa certeza de que as coisas ‘são como são’; (...) todas as alternativas estão contidas nos termos que a imagem comporta” (KEHL, 2002, p.26-27). O professor-aluno considera que apenas “ver as manchetes”, constatar fatos, já é algo significativo, não há necessidade de aprofundamento. Temos, nesse caso, um sujeito que se submete ao poder da informação superficial, descartável, que, por sua vez, funciona também pelo excesso, por sua renovação contínua.

No excerto em análise (E₁₃-R₂), ecoa, ainda, o discurso pedagógico, quando o enunciador faz referência ao uso do jornal como prática de sala de aula. Esse dizer, marcado pela intensidade, pelo excesso

(*a todo momento; um maior conhecimento*), remete à memória discursiva, que enfatiza a utilização de textos mais atuais na escola, como é o caso dos textos jornalísticos, e faz referência a uma prática adotada a partir da década de 70 e repetida nos cursos de formação de professores, nos livros didáticos, nos documentos curriculares atuais (cf. 3.1). Entretanto, a simples utilização de textos jornalísticos, por si só, não se constitui em garantia de um ensino melhor.

Por fim, o dizer do professor-aluno traz para esse discurso pedagógico, a voz contemporânea – *para que os alunos tenham um maior conhecimento sobre a atualidade* –, que sustenta o mito da informatividade, a “necessidade”, construída pela própria mídia, que os indivíduos têm de saber o que está acontecendo ao seu redor. O emprego do verbo modal “deve” – *Na escola o jornal deve ser utilizado a todo o momento* – remete ao discurso da ciência, que se pauta pela racionalidade e pela imposição de “verdades” incontestáveis. Observe-se que esse verbo (“deve”) constitui-se numa modalidade “pragmática”, porque remete ao *outro*, em que o enunciador mobiliza o enunciatário para uma ação, no caso, usar o jornal na escola. A prática pedagógica encontra-se regulada e limitada por esse discurso e, assim, o enunciador assume seu dizer como imposição, como regra a ser seguida, cumprida, não só por ele, mas por todos. O poder do discurso e o saber por ele gerado levam o professor-aluno a emitir sua opinião, sustentado por esse discurso de autoridade.

Na seqüência discursiva seguinte – *infelizmente não são todas as escolas que usam desse material* –, o enunciador traz outra voz, que, com o uso do modalizador de apreciação – “infelizmente” –, acrescido de outra negação, – *não são todas as escolas que usam desse material* –, faz emergir uma voz afirmativa, embutida no dizer, ou seja, que é preciso, ou é, ao menos, aconselhável, usar o jornal na escola. Portanto, essa seqüência discursiva, pela negação/afirmação, (con)firma o poder-saber da anterior: *Na escola o jornal deve ser utilizado a todo momento*.

No jogo discursivo que o professor-aluno constrói, somando argumentos, reforçando outros, assumindo diferentes vozes, na busca (impossível) de uma costura perfeita, de um dizer homogêneo, emerge o excesso, a multiplicidade de dizeres diferenciados sobre leitura de jornal, que constituem o sujeito e seu discurso.

Temos, em seguida, um sujeito marcado pelo poder, pelo excesso da informação contemporânea e pela sedução contínua que ela produz.

E₁₄ - R₂ – Gosto de me manter atualizada, por isso uso muito a internet, quando possível leio jornal, apesar de saber que ele é importante não me interesse muito, principalmente porque existem jornalistas que distorcem totalmente a realidade da notícia, mas acompanho todos os dias o telejornal de uma emissora de TV.

O professor-aluno vê-se na contingência de continuamente buscar informações – *Gosto de me manter atualizada* –, movido pela necessidade construída/sustentada pela mídia. A informação é tratada como fetiche (BUCCI, 2002), como mercadoria à venda, que tampona, de modo ilusório e temporário, no imaginário, a falta constitutiva do sujeito. Pelo excesso, enumerando os vários suportes que utiliza para informar-se, constrói o valor de gozo por meio da informação, que deixa de ter seu valor de uso para transformar-se em mercadoria rapidamente consumível e continuamente renovada no capitalismo em que vivemos. Daí, talvez, o motivo pelo qual o professor-aluno utiliza a forma verbal “gosto”, no início do excerto, seguida do verbo “manter”. Na consulta ao dicionário, o verbo “manter” apresenta o sentido de “conservar-se, permanecer”, o que remete a um estado de durabilidade e continuidade no tempo.

O enunciador, portanto, busca a informação como recurso para aliviar o mal-estar, o medo do desamparo, da perda do amor (FREUD [1930] 1997) diante do olhar do *outro*. Num mundo em que há o domínio e a valorização da informação, torna-se praticamente uma imposição dizer-se bem informado, principalmente perante esta pesquisadora, que solicita ao

professor-aluno falar sobre leitura de jornal. É pela enumeração em excesso que o enunciador responde: busca tornar-se amável (no sentido de ser amado) pelo *outro*, referindo-se ao uso de vários suportes da informação (*internet; jornal; emissora de TV*). Nessa seqüência, há, portanto, uma desestabilização do lugar do jornal em relação às outras tecnologias.

No excerto em análise, emerge o excesso, a compulsão do enunciador em dizer que se informa através de diferentes suportes. A TV aparece como o meio mais utilizado (*todos os dias*). Essa voz reproduz a prática costumeira de grande parte da população brasileira, que se senta à frente da TV para o consumo diário do espetáculo da informação. O uso da forma verbal “acompanho” evidencia um hábito, que, por isso mesmo, exige a repetição, hábito esse intensificado pela expressão temporal “todos os dias”.

O professor-aluno também menciona um uso intenso da internet, pela presença do intensificador “muito” – *uso muito a internet* –. Na contemporaneidade, é significativa a utilização desse suporte pelo público-consumidor-de-informações, competindo com a TV e com outros suportes. Na preferência por uso, o professor-aluno refere-se, por último, ao jornal, com restrições, que atendem mais ao propósito de se justificar perante o olhar desta pesquisadora. Como parece não se interessar muito pelo jornal, vê-se na necessidade de sustentar sua importância – *apesar de saber que ele é importante, não me interessa muito*. Então, procura justificar-se, pela leitura que não faz, questionando o trabalho dos jornalistas *que distorcem totalmente a realidade da notícia*. O uso da concessiva, introduzida por “apesar de”, sugere uma voz que afirma a importância do jornal, ao qual o enunciador opõe a sua falta de interesse.

Entendemos que a enumeração variada de suportes de informação, acompanhada de justificativas, atende à necessidade do enunciador em aplacar, pelo excesso na enunciação, o mal-estar gerado pelo desamparo, pelo medo de não ser amado. Vê-se na obrigação de ser/estar informado, atualizado, em decorrência das imposições consumistas

contemporâneas. São pertinentes, aqui, as palavras de Santos (2002, p.93) a respeito do mal-estar do sujeito:

[o sujeito] entra cada vez mais na solidão do mal-estar, e se confronta com aquilo que a mídia tenta, a todo custo, esconder ou aproveitar e transformar em mais um produto da moda: a falta que marca inexoravelmente a existência de todo ser humano, razão primeira de sua inscrição no mundo da linguagem e de seu desejo.

Conviver com a falta é a condição humana, e saber administrá-la talvez seja o mais difícil nos tempos atuais, em que o excesso, o consumo, os agenciamentos contemporâneos tendem a seduzir e (con)formar o sujeito.

O próximo excerto configura a falta com a qual o sujeito-da-informação tem que conviver, nem sempre sem tensões e conflitos.

E₁₄ - R₃ – Eu acredito que todas as informações obtidas através da leitura de jornais sejam valiosas e interessantes, pois primeiro a pessoa tem que gostar de ler, pois se hoje temos a tevê, o rádio etc ..., onde recebemos “gratuitamente” essas informações. (...) Eu confesso que não sou uma leitora assídua de jornais, mas também confesso que me interesso por “eles” quando algo me agrada ou me desagrada (lembramos das diversas calamidades), mas fico feliz em saber que a leitura de jornais já faz parte da vida de algumas pessoas.

O excerto pode ser abordado em duas seqüências discursivas. Na primeira, o enunciador discute o papel do jornal na atualidade, trazendo diferentes vozes que permeiam o imaginário social, problematizando o seu uso (*informações obtidas através da leitura de jornais (...) valiosas e interessantes; a pessoa tem que gostar de ler; hoje temos a tevê, o rádio etc.*). São vozes que estabelecem um confronto entre jornal impresso e outras tecnologias (*tevê, rádio*), apontando para uma maior complexidade do jornal, em decorrência da necessidade de se saber ler e de se gostar de ler. Quanto às outras tecnologias, os indivíduos podem até ser analfabetos e conseguir utilizá-las. O emprego da palavra “*gratuitamente*”, entre aspas, sugere as facilidades da “*tevê*” e do “*rádio*”, pois, afinal, são meios

economicamente acessíveis, praticamente, a grande parte da população, seja ela alfabetizada ou não.

Na segunda seqüência, o professor-aluno adota um tom confessional, mais pessoal, para (se) dizer sobre leitura de jornal. Segundo Foucault (1977), desde a Idade Média, a confissão foi colocada como um dos rituais mais importantes para a produção de verdade, para o sujeito atestar algo sobre si mesmo. Esse procedimento, no decorrer dos tempos, difundiu seus efeitos em vários campos, como na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, ou seja, desde a esfera mais cotidiana até os ritos mais solenes. A confissão encontra-se de tal modo incorporada a nossa vida, que nem a percebemos mais como efeito de um poder que nos afeta.

Ora, a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar (FOUCAULT, 1977, p.61).

O enunciador faz sua “confissão” sobre leitura de jornal à pesquisadora, que requer uma resposta a ser por ela avaliada, julgada. A repetição do verbo “confessar”, por duas vezes, remete a uma espécie de ato de contrição, a uma confissão de “culpa”. “Culpa” que remete a uma falta que ele não consegue suprir, por não ser leitor de jornal e julgar que deveria sê-lo (não podemos esquecer que o enunciador foi solicitado a responder sobre leitura e jornal). Na segunda vez em que usa o verbo confessar, o professor-aluno procura minimizar a culpa, dizendo-se interessado nos jornais (*me interesse por “eles”*).

Em seu dizer, o professor-aluno atesta algo sobre si mesmo, sobre sua experiência com leitura de jornal, assumindo sua palavra como uma verdade confessada que, de certo modo, aplaca a falta, a “culpa”, o mal-estar provocado por não corresponder às diferentes exigências sociais, aos

enunciados que atravessam o imaginário e que dizem e insistem: é preciso ler jornal. Após a “confissão”, mostra-se aliviado, justificando-se, não através da leitura que não realiza, mas por aquela que outros realizam (*a leitura de jornais já faz parte da vida de algumas pessoas*). Portanto, não se identifica com a leitura de jornal, porém procura valorizá-la através do outro.

Nesse excerto, evidencia-se um jogo discursivo em que a necessidade (imposta) de ler jornal contrapõe-se a uma prática ocasional, confessada e justificada pelo professor-aluno, gerando tensão e conflito. O entre-lugar evidencia-se na superfície lingüística: na heterogeneidade do dizer, na descontinuidade do fio discursivo emerge o sujeito, entre ser/não ser leitor de jornal; emerge, também, o jornal impresso, entre ser/não ser lido pelo enunciatador.

3.2.3 Entre o “velho” e o “novo”

*O novo não está no que é dito,
mas no acontecimento de sua
volta.*

Michel Foucault
“A ordem do discurso”

Vivemos, hoje, o domínio global da informação, que se constitui em mercadoria cada vez mais valiosa e poderosa num mundo capitalista e consumista. Como a informação precisa ser continuamente atualizada para seduzir o público-consumidor, o discurso jornalístico diversificado constitui-se num dos principais veículos através do qual ela se distribui e exerce seu poder. Assistimos, assim, a uma imbricação dos meios: ao mesmo tempo em que se fazem presentes os suportes tradicionais, sobretudo o jornal impresso, também estão em campo os suportes das chamadas novas

tecnologias, como a TV e a internet. Os indivíduos encontram-se atravessados por essas tecnologias, que ganham os espaços sociais e passam a ser consideradas “essenciais” na contemporaneidade.

Para essa discussão, trazemos a noção de acontecimento, que problematiza o “velho” e o “novo”, o “mesmo” e o “diferente”. Referindo-se ao comentário, como princípio de controle e delimitação do discurso, Foucault ([1971] 2005) afirma que esse procedimento, embora busque o controle da “palavra proibida”, daquilo que não pode ser dito, não tem outro papel a não ser “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (*id.*, *ibid.*, p.25). De forma que, nas séries discursivas, descontínuas, estão presentes as regularidades, mas é preciso aceitar “a casualidade como categoria na produção do acontecimento” (*id.*, *ibid.*, p.59). O autor sustenta uma coexistência da regularidade e da casualidade no discurso, o qual sempre está em movimento, em formação, trazendo o “velho” e o “novo” (inesperado) ao mesmo tempo: na ordem do repetível, também faz presença o novo, o diferente. Assim, Foucault considera que o acontecimento está presente nas pequenas diferenças que ocorrem em cada enunciação, em cada comentário, bem como nas rupturas discursivas mais imprevisíveis.

Derrida ([2001] 2004, p.279), por sua vez, associa o acontecimento à possibilidade do impossível, a uma interrupção excepcional, singular, no regime de possibilidade. Esse impossível emerge a partir da linguagem, de sua incompletude constitutiva, que sempre se abre à possibilidade do novo. Assim, diz ele, “quando o impossível se faz possível, o acontecimento tem lugar” e surpreende toda previsibilidade. Entendemos que a noção de descontinuidade faz presença nos dois autores, apontando para a abertura, para a irrupção do novo, do diferente na ordem do repetível.

Tendo em vista essas considerações, em que o “velho” e o “novo” coexistem discursivamente, discutimos, primeiramente, as práticas contemporâneas de leitura de jornal, dando destaque, em seguida, a essas

práticas dentro da sala de aula, a partir dos dizeres dos professores-alunos.

Consideramos que as práticas de leitura de jornal são resultado de permanências e de deslocamentos, do “velho” e do “novo”, na ordem discursiva. Vejamos os excertos seguintes:

E₁₅ - R₂ – Não tenho muito o costume de ler jornal, mas sempre que tenho oportunidade pesquiso os diversos jornais que existem pela internet.

E₁₆ - R₅ – Eu costumo ler mais aos domingos, por falta de tempo durante a semana. Na realidade fico informada das notícias através do rádio e da TV.

E₁₇ - R₇ – Não tenho muito o costume de ler jornal sempre, pois não o compro. Mas sempre que tenho oportunidade gosto de lê-lo (...) Costumo entrar na internet nos fins de semana e dessa maneira leio o que posso sobre educação, empregos, concursos, cursos, etc...

Nesses excertos, evidencia-se um deslocamento dos dizeres dos professores-alunos do jornal impresso para outras práticas, como a TV, a internet, o rádio, com o objetivo de obterem informações. Nessa busca pela informação – caracterizada pela lógica do consumo – o público procura os meios que estão mais acessíveis. Tanto isso acontece (aí já está o acontecimento, o diferente, o novo, ainda que seja um pequeno deslocamento) que, muitas vezes, não se sabe a procedência desta ou daquela informação. Então, acessibilidade, nos tempos atuais, significa velocidade e facilidade: facilidade física – *Eu costumo ler mais aos domingos, por falta de tempo durante a semana* (E₁₅-R₂); facilidade econômica – *“Não tenho o costume de ler jornal sempre, pois não o compro”* (E₁₇-R₇).

Na ordem do repetível, do tradicional, ou seja, na prática de leitura de jornal, irrompem outras práticas, outras formas de acesso à informação (*internet* – E₁₅-R₂; *rádio e TV* – E₁₆-R₅; *internet nos fins de semana* – E₁₇-R₇). Destaque-se que, se, até algum tempo atrás, o jornal impresso tinha o

domínio do mercado da informação, hoje, com a entrada das novas tecnologias, esse mercado se fragmentou e transformou os modos como o sujeito se relaciona com ela. Essas tecnologias constituem-se num acontecimento – no sentido foucaultiano e derrideano do termo –, que vem transformando o cenário contemporâneo: as relações humanas, econômicas nunca mais serão as mesmas; o espaço perdeu as distâncias físicas, o tempo se adensou, se presentificou; as formas de ser, pensar e viver transformaram-se com a chegada do “novo”, que desestabiliza o “velho”.

Em relação aos dizeres dos professores-alunos, as mesmas/diferentes maneiras de se manifestarem a respeito de leitura de jornal, deixando emergir, na materialidade lingüística, marcas significativas de uso das tecnologias, já apontam para uma série de pequenos acontecimentos, pequenas diferenças na ordem do “mesmo”, da repetição, do tradicional. Há uma (con)vivência de fios discursivos diferentes, que se (entre)laçam e constituem um tecido, ou seja, o texto, em sua descontinuidade, heterogeneidade e fragmentação, onde o “velho” e o “novo” fazem corpo simultaneamente.

Vejamos, a esse respeito, outro excerto:

E₁₈ - R₁₄ – Eu freqüentemente leio jornal relacionado a esporte, mas sempre procuro ir as bancas para olhar as manchetes principais de cada jornal sobre todos os assuntos. Quando alguma notícia me interessa procuro acessar a Internet e me atualizar sobre o assunto.

O dizer do professor-aluno descreve procedimentos diversificados de leitura, que apontam para interesses e objetivos diferentes. Primeiramente, o enunciador afirma que *freqüentemente lê jornal relacionado a esporte*. O jornal impresso tem um público voltado para esse tipo de assunto, principalmente o futebol, mais até do que para outros temas, como política e educação, por exemplo. Há publicações direcionadas a essa parcela da população, a qual acompanha seu time e seu jogador de preferência, já que o futebol está fortemente arraigado no nosso imaginário

social. Ao mesmo tempo, o enunciador também costuma ir *as bancas para olhar as manchetes principais de cada jornal sobre os assuntos*. Trata-se de um ritual que acontece em muitas cidades, talvez mais nas cidades do interior, em que o sentimento de pertença a uma comunidade ainda existe. É nessas bancas que os indivíduos param, olham e conversam sobre os acontecimentos estampados na primeira página dos jornais. É nesse espaço – antes praticamente reservado à venda de jornais e algumas revistas e, hoje, uma espécie de mini-supermercado de produtos culturais diferenciados e à disposição do consumidor –, que os indivíduos buscam as informações que lhes interessam.

Segundo Contrera (2000, p.52), “esse é um fenômeno praticamente mundial – o ‘arauto do dia’ é mesmo o jornal”, em sua “dimensão verdadeiramente ritual”. Pode-se até contra-argumentar que, em nossos dias, é o jornal pela TV que abre o dia dos indivíduos, mas, paralelamente, persiste esse espaço social partilhado nas bancas de jornais. Como nos lembra Thompson (2002, p.66), no século dezoito, na Inglaterra, “muitos jornais eram lidos em lugares públicos como tabernas e cafés”. Esse hábito se difundiu por vários países, inclusive no Brasil, onde os cafés, nos séculos passados, tornaram-se espaços de debates políticos, literários, dentre outros. Portanto, esse ritual de ler jornal nas bancas, presente também hoje, é um “velho” hábito que apenas trocou o espaço público dos cafés por outro, o das bancas de jornais.

Observe-se, ainda, que o professor-aluno, em seu dizer, afirma que vai *as bancas para olhar as manchetes principais*. O emprego do verbo “olhar” – diferentemente da primeira seqüência discursiva, em que se destaca o verbo “ler”, para se referir ao jornal –, aponta para um sujeito que faz uma leitura superficial da primeira página dos jornais. É um procedimento que remete à sociedade do espetáculo (DEBORD [1967] 1997), ao sujeito contemporâneo, que prefere a imagem à coisa. Então, o que o enunciador faz é passar seu olhar pelos jornais e apenas se deter naquilo com que se

identifica, no que tem mais visibilidade: imagens e manchetes sensacionalistas, construídas certamente para vender mais e, também, a partir das quais surgem os comentários informais e superficiais entre aqueles que freqüentam e circundam as bancas de jornais. Trata-se, portanto, de um ritual que (sobre)vive ao tempo, porém atravessado e transformado pela lógica neoliberal, que, cada vez mais, produz o espetáculo para o consumo dos indivíduos e para a “colagem”, ordenação e controle deles ao imaginário apresentado, ao que é visto e dito, contemplado como “verdade” e regra, praticamente sem contestação. Como acentua Debord (*ibid.*, p.24), o espectador “quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo”. O espetáculo consiste numa “fabricação concreta da alienação”. Aceita-se o que se vê e o que se diz: é a informação-mercadoria que comanda o espetáculo e (con)forma a subjetividade contemporânea.

O professor-aluno acrescenta em seu dizer: *Quando alguma notícia me interessa procuro acessar a Internet e me atualizar sobre o assunto.* Como se pode observar, trata-se de um sujeito que se constrói em torno de diferentes notícias e informações, buscadas em vários meios, “velhos” ou “novos”, porém dominado por elas. Entre o “velho” jornal e o “novo” das tecnologias, o que (sobre)vive é a informação, entretanto, com as marcas da velocidade, da fragmentação, do espetáculo, do consumo e do descarte fácil e rápido.

A contemporaneidade traz as marcas da velocidade e da instantaneidade. Desse modo, os excertos que se seguem revelam práticas de leitura que são efeitos dessas circunstâncias que emergem no contexto sócio-histórico.

E₁₉ - R₅ – Eu costumo ler mais aos domingos, por falta de tempo durante a semana. Na realidade fico informada das notícias através do rádio e da TV.

E₂₀ - R₁₂ – Gosto de ler jornal ao menos no final de semana.

E₂₁ - R₁₄ – Hoje em dia eu procuro me atualizar pela internet, pois as notícias são imediatas, ou seja, os fatos ocorrem e cinco minutos depois já estão na internet.

Esses excertos apontam para uma relação direta entre temporalidade e formas diferenciadas de leitura. Atualmente, o sujeito tem uma vivência acelerada do tempo, cuja característica é a instantaneidade; nesse horizonte temporal comprimido, interessa viver o momento, o presente. O tempo cotidiano é cuidadosamente ordenado, programado e vivenciado conforme as necessidades e conveniências construídas por/em cada sujeito. Mergulhados nessa realidade, os enunciadores dos excertos em análise vêm-se na contingência de vivenciar hábitos de leitura diferenciados, atravessados que estão pelo contexto sócio-histórico.

Em E₁₉-R₅, embora o enunciador diga que lê jornal *mais aos domingos*, logo em seguida retoma o fio do discurso para afirmar que se informa pelo rádio e pela TV. A presença da contradição aponta para um deslocamento discursivo que faz emergir o acontecimento: através de uma pequena diferença no dizer, na descontinuidade discursiva, o professor-aluno marca a prevalência de “leituras” mais rápidas pela TV e pelo rádio (“novo”), em detrimento do jornal impresso (“velho”).

Em E₂₀-R₁₂, o professor-aluno afirma que lê jornal *ao menos no final de semana*, o uso da expressão restritiva “ao menos” sugere uma prática de leitura de jornal com tendência à diminuição, à rarefação. Outra possibilidade de interpretação desse excerto é pensar que o professor-aluno não lê nem no final de semana e se vê na necessidade de afirmar essa leitura por estar respondendo à uma indagação da pesquisadora. De qualquer modo, é um sujeito preso às contingências que o fazem praticamente um não leitor de jornal impresso.

Já em E₂₁-R₁₄, há uma adesão do enunciador ao discurso das novas tecnologias. Ao dizer *procuro me atualizar*, o tempo verbal no presente evidencia uma tentativa/“necessidade” de adequação ao novo, que

lhe é imposto socialmente, embora possa parecer escolha sua. Há uma ilusão, sustentada pelo próprio discurso das novas tecnologias e também pelo imaginário social, sobre as facilidades da internet. O professor-aluno apenas repete e exalta as “verdades” que circulam sobre a internet, sem questionar os problemas que, certamente, existem no uso do suporte digital, assim como em qualquer outro suporte de informação.

A análise desses três últimos excertos leva-nos a pensar o quanto o “novo” está calcado no “velho”, submetido a novas e contínuas relações de poder-saber. A busca pela informação, presente no jornal impresso (“velho”), continua nos outros meios como a TV, o rádio, a internet (“novo”), conduzida por novos agenciamentos, novos jogos de poder em que há o embate de forças contínuas entre os sujeitos e os discursos e, no nosso estudo, entre sujeito e discurso jornalístico contemporâneos, de onde emergem novos saberes e novos poderes: os acontecimentos discursivos, como pequenos e contínuos deslocamentos ou como inesperadas rupturas.

Remetemo-nos às palavras de Foucault ([1973] 1999, p.8), sustentadas no pensamento de Nietzsche, para lembrar

[...] como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento.

Ainda neste eixo de análise, passamos, agora, a discutir as práticas de leitura de jornal na escola, tomando por base os dizeres dos professores-alunos.

A leitura de jornal constitui-se numa prática discursiva que se encontra imbricada com o “velho” e com o “novo”, embora exista um trabalho/tentativa de homogeneização do sujeito através de discursos institucionalizados e legitimados socialmente, como o discurso político-

educacional e o discurso pedagógico. Como afirma Foucault ([1971] 2005, p.44-45), um sistema de ensino é uma “ritualização da palavra”, “uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam” e “uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes”.

Desse modo, o discurso do professor, a respeito de leitura de jornal, é assumido a partir de uma ordem discursiva que tem seus controles, suas interdições, que atuam sobre suas (re)produções de sentidos e suas práticas pedagógicas. Como vimos (cf. 3.1), a leitura de jornal e o uso das tecnologias de comunicação e informação, na escola, estão contemplados nos documentos curriculares, com uma visão logocêntrica. As práticas pedagógicas, em geral, sustentam-se numa visão racionalista de ensino, que toma o sujeito como um ser consciente, que busca o controle de si, do outro e da linguagem.

Em seus dizeres, os professores-alunos evidenciam práticas que se pretendem inovadoras, porém trazem fragmentos ou repetição de outras anteriores, talvez vivenciadas por eles em sua própria formação escolar ou discutidas em cursos realizados.

O excerto, que transcrevemos, apresenta algumas dessas marcas:

E₂₂ - R₆ – Gosto de influenciar meus alunos quanto à leitura de jornais. Toda semana, nas quartas-feiras, eles trazem artigos de jornais para serem lidos em sala de aula. Após a leitura, os alunos fazem um breve comentário sobre o que leu, de que caderno foi retirado o artigo, de qual jornal, etc. (...). É uma experiência muito positiva para os alunos. Eles aprendem a criticar, a ler fluentemente, a absorver novas idéias, aprendem a pesquisar. Para mim, professora, acredito que é uma maneira informal de adquirir informações.

Inicialmente, o professor-aluno já se coloca como detentor de um saber pedagógico que lhe confere poder sobre os alunos – *Gosto de influenciar meus alunos quanto à leitura de jornais*. Nesse dizer, emerge uma concepção racional do fazer pedagógico, segundo a qual é possível ao professor “despertar” o interesse dos alunos para a aprendizagem, a partir

de procedimentos didáticos específicos, controlando, assim, não apenas os alunos como o próprio processo educativo. No entanto, levando-se em consideração uma concepção discursiva de leitura, em que os sentidos são continuamente produzidos a partir de cada sujeito, a fala do professor-aluno não se sustenta, é apenas uma ilusão, que lhe proporciona um certo “conforto” em sua tarefa pedagógica. Ilusão que está presente no processo de ensino-aprendizagem em nossas escolas, onde a leitura é vista como decodificação e “o significado se encontra depositado para sempre nas palavras ou nos signos” (CORACINI, 2005, p.20). Segundo a autora, essa é a perspectiva do estruturalismo, que continua a influenciar o ensino e as ciências humanas. O estruturalismo considera a língua como uma estrutura que pode ser desmembrada, estudada em unidades menores que o signo, e, portanto, reconstruída logo em seguida. Nessa concepção, a subjetividade de quem lê não teria lugar, haveria apenas decodificação.

Quando o professor-aluno afirma que gosta de “influenciar” seus alunos quanto à leitura de jornais, esse dizer remete a uma visão racional de leitura, através da qual seria possível ao professor controlar o processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, o ensino tem como foco o professor, que deve “despertar” o interesse do aluno; portanto, desconsidera-se o aluno como sujeito da aprendizagem, como aquele que, a partir de seus interesses, de sua história de vida, busca saber algo. Ao mesmo tempo, o uso do verbo “gostar” sugere a satisfação que o professor-aluno revela nessa prática, que lhe proporciona um sentimento de competência e realização pessoal, um poder-saber que o leva a controlar, estabelecer regras, homogeneizar a prática pedagógica. Coracini (2003b, p.151), a esse respeito, alerta que:

[...] a escola trabalha no sentido de abafar as diferentes vozes que constituem o sujeito, tornando-o mero “repetidor” da voz do livro didático e/ou do professor, seguidor de esquemas e modelos fornecidos *a priori* cujo objetivo parece ser o de dar consciência de um processo que

também é construído a partir de generalizações e de modelos de “bom leitor”, do “bom produtor de texto”, do “bom aluno”.

São essas diferentes vozes que o discurso pedagógico não considera, sustentado, em geral, numa visão logocêntrica, que busca dar respostas e ter “receitas” e teorias prontas para a aprendizagem, sem levar em conta o sujeito da aprendizagem;

Ainda no excerto em análise (E₂₂-R₆), o professor-aluno descreve o procedimento de leitura de jornal por ele adotado com seus alunos e considerado eficaz. Há uma espécie de ritual de leitura a ser cumprido, com a ordenação da palavra, etapas a serem seguidas, tempos a serem cumpridos. A expressão *breve comentário* sugere uma imposição, por parte do enunciador, que parece delimitar o tempo para o dizer do aluno, talvez até para oportunizar as várias falas na duração de uma aula. Portanto, é o professor que estabelece regras, com a ilusão de controle do processo de leitura (de jornal), processo que não difere de outros, provavelmente por ele vivenciados em sua formação escolar anterior. Processo que também não difere de outros adotados na escola, para qualquer tipo de texto, seja ele de jornal ou não, sustentados na decodificação de estruturas lingüísticas e na busca do sentido que se encontra no próprio texto.

Em seguida, o professor-aluno enuncia sobre a validade desse tipo de leitura de jornal (*experiência muito positiva*). São procedimentos de leitura (*aprendem a criticar, a ler fluentemente, a absorver novas idéias, aprendem a pesquisar*) que o enunciador considera suficientes para seus alunos; nesse sentido, o texto jornalístico está sendo utilizado somente como recurso didático de leitura e não como prática discursiva complexa.

Como vimos (cf. 3.1), desde a década de 70, no Estado de São Paulo, houve a introdução do jornal nas aulas de língua portuguesa, como forma de recorrer a textos mais atuais, em contraposição aos textos literários então adotados. Entretanto, quase quarenta anos depois, essas práticas continuam sendo repetidas, como se fossem novas, simplesmente por

utilizarem textos jornalísticos, muito embora já se encontrem atravessadas pelo discurso consumista contemporâneo, que privilegia a informação como mercadoria – [a leitura de jornal] *é uma maneira informal de adquirir e de também fornecer informações*. Os verbos “adquirir” e “fornecer” remetem à lógica do mercado, à noção de compra-venda de mercadorias.

É possível, portanto, afirmar que o jornal, ao mesmo tempo que serve para as práticas tradicionais de leitura, também atende às imposições consumistas que têm a informação como mercadoria. O jornal impresso, desse modo, não se prende apenas ao “velho”, nem somente ao “novo”: está num entre-lugar, num limiar em que se mesclam vozes de diferentes tempos: do passado, que ainda é presente (jornal utilizado como recurso), e da atualidade (jornal num contexto de consumo de informações).

O excerto que se segue apresenta uma outra prática escolar com jornal: a confecção de um informativo, pelo enunciador e seus alunos:

E₂₃ - R₄ – Tenho uma equipe de alunos que junto comigo elabora um informativo onde procuramos falar um pouquinho da escola onde trabalho, é um jornalzinho que circula mensalmente e onde procuramos sempre colocar aquilo que direta ou indiretamente faz parte de nossa vida. Vale a pena!

Nesse excerto, percebe-se a ilusão de controle que o professor tem a respeito do processo pedagógico, ao considerar que a adoção de alguns procedimentos já seja suficiente para tornar atual e bem sucedida sua prática.

No caso, o enunciador fala da prática que realiza com o jornal em sala de aula. Trata-se de um jornal escolar, que traz as informações relativas a esse ambiente, orientado pelo professor-aluno. A forma verbal em primeira pessoa do singular (*Tenho*), seguida da expressão *uma equipe de alunos*, caracteriza esse controle e uma espécie de posse sugerida pelo verbo “ter”; também a seqüência *junto comigo* reforça o centro em que o professor-aluno se coloca. O dizer poderia ter sido outro (por exemplo, o professor junto com os alunos), em que o foco seriam os alunos: entretanto, não foi isso que se

disse. Percebe-se que a prática pedagógica continua centrada no professor, nas suas “certezas” e “verdades”, reproduzidas pelo discurso pedagógico, que muda a roupagem mas não muda seu foco, como vem ocorrendo há décadas, sem alterações significativas.

Nesse excerto, o enunciador resgata uma atividade vivenciada em sala de aula há muito tempo. A elaboração de jornais escolares representa uma atividade usual nas escolas, geralmente realizada nas aulas de língua portuguesa. O uso dos termos “informativo” e “jornalzinho” sugere tratar-se de uma prática que, em relação aos jornais que circulam, é bastante simples e atende a objetivos pedagógicos. Entretanto, torna-se necessário questionar essas práticas que são “sugeridas” nos diferentes cursos de formação de professores como atividades que podem tornar as aulas mais “interessantes”. Também é necessário problematizar tais cursos, que buscam a competência do professor, porém através de fórmulas e receitas prontas, homogeneizadas.

A atividade com jornal, descrita pelo professor-aluno, segue procedimentos metodológicos pré-estabelecidos (*falar um pouquinho da escola; circula mensalmente; procuramos sempre colocar aquilo que direta ou indiretamente faz parte de nossa vida*), que parecem não abrir espaços de liberdade para os alunos. Embora não seja apresentada de forma detalhada, é importante ressaltar que não há qualquer menção a dificuldades na realização dessa tarefa, o que seria compreensível, uma vez que todo processo de ensino-aprendizagem apresenta seus impasses e problemas.

O enunciador conclui seu dizer com a expressão *vale a pena*, que revela satisfação na realização dessa prática com os alunos. Essa manifestação aponta para uma subjetividade que se sente “confortável” com seu fazer, sustentando-se num procedimento de leitura de jornal legitimado pelo saber pedagógico, que se repete sem que se indague sua possibilidade de produzir sentido para os alunos.

A seguir, outro exemplo em que o jornal é utilizado pelo professor como recurso didático:

E₂₄ - R₁₅ – Em meu trabalho, a utilização de jornais é fundamental, pois trabalho com meus alunos as principais notícias diariamente. Temos na sala de aula um mural onde fixamos as notícias de maior interesse. Com isso consigo estimular a leitura de jornal desde ciclos iniciais do ensino fundamental. Concluindo, os jornais são uma excelente ferramenta de trabalho e também uma forma de me manter informada sobre tudo o que acontece no mundo e no Brasil.

Nesse excerto, o professor-aluno, no desejo de apresentar uma prática pedagógica consistente de leitura de jornal, produz um dizer marcado pela idealização, homogeneização e busca da completude.

Refere-se à confecção de um mural onde as notícias de jornal são colocadas. Há uma ilusão de que manusear notícias ou recortes de jornais, por si só, seja uma prática inovadora de leitura. O enunciador considera que, assim, consegue *estimular a leitura de jornais*. Não há detalhes de como funciona essa atividade, como os alunos selecionam e utilizam os textos, enfim, parece que o jornal constitui-se, como no excerto analisado anteriormente, apenas em recurso auxiliar da prática pedagógica.

No excerto em análise, evidencia-se, também, uma concepção logocêntrica, racional de ensino, sustentada e centrada no saber do professor – *consigo estimular a leitura de jornais* –, sem levar em conta os interesses, a diversidade dos alunos e sua participação no processo, como sujeitos da aprendizagem, sem problematizar as situações de sala de aula e as dificuldades encontradas. O que se enuncia é uma prática com jornal que não traz novidades para o processo de ensino-aprendizagem da leitura.

Ao final do excerto, o enunciador, em primeira pessoa do singular, afirma sobre o jornal: *é também uma forma de me manter informada sobre tudo o que acontece no mundo e no Brasil*. Desloca-se, então, para uma fala pessoal na qual os alunos não estão contemplados. O professor-aluno

ênfatiza o poder da informação para si mesmo, porém se “esquece” de seus alunos, enunciando uma prática em que eles sequer são mencionados.

Trazemos as palavras de Coracini (2003, p.264), ao se referir à leitura e produção de textos, com as quais concordamos, que se aplicam, também, à leitura de jornal na escola.

Se considerarmos que ler e produzir textos significa produzir sentido e que só isso é possível no confronto com o outro, com o diferente, com as múltiplas vozes que nos constituem e que nos transformam em estranhos para nós mesmos; que ler e produzir textos significa também nos inserir numa dada formação discursiva, conhecendo *a regra de seu jogo*, então, compreenderemos por que a escola não está formando leitores nem produtores de texto, mas apenas artífices da reprodução e da passividade, silenciando a uns e a outros, naturalizando as construções que servem apenas a interesses escusos.

De fato, se ler/usar jornal na escola se resume apenas a atividades (re)vestidas de novidade, mas que repetem práticas homogêneas e homogêneas, legitimadas por um discurso pedagógico que não leva em consideração a heterogeneidade do sujeito e da linguagem, não há necessidade, então, de trazer o jornal para a sala de aula. Ele servirá apenas para silenciar a voz dos alunos e também a do professor, através da reprodução de lugares-comuns, de falas homogêneas, de procedimentos que não correspondem às suas necessidades e demandas como sujeitos-no-mundo, capazes de fazer e produzir a diferença, o novo.

3.2.4 (Entre)tecendo os dizeres

*Como é que posso com este mundo?
A vida é ingrata no macio de si; mas
transtroz a esperança mesmo do meio
do fel do desespero. Ao que, este
mundo é muito misturado ...*

Guimarães Rosa
“Grande Sertão: Veredas”

Os dizeres dos professores-alunos, analisados e discutidos nos três eixos (cf. 3.2.1; 3.2.2; 3.2.3), levaram-nos a algumas conclusões e reflexões a respeito das imagens por eles construídas a respeito de leitura de jornal. Tomando como referência a hipótese desta tese, de que o jornal impresso se situaria, atualmente, num entre-lugar, provocando deslocamentos na subjetividade, procuramos evidenciar, nas respostas, a in(e)stabilidade do jornal impresso através da heterogeneidade da linguagem, do sujeito e do discurso.

O entre-lugar constituiu-se no fio condutor da discussão, distribuído nos três eixos que, embora tratados separadamente, estão constitutivamente imbricados, (entre)tecidos. Os eixos contemplaram o discurso jornalístico diversificado em sua descontinuidade e complexidade, e também o sujeito, em suas práticas de leitura de jornal, constituído pela memória do dizer, pelas discursividades contemporâneas e atravessado pelo inconsciente.

Trabalhamos a noção de arquivo, em Foucault ([1969] 2004), para analisar as coisas efetivamente ditas, suas condições de aparecimento e de existência, suas transformações e descontinuidades, ou seja, partimos dos dizeres dos professores-alunos, dizeres comuns, corriqueiros, in-fames (sem fama) (FOUCAULT [1977] 2006) para analisar o discurso jornalístico e o sujeito. Embora os dizeres estejam caracterizados pela repetição, com a presença de marcas discursivas recorrentes na materialidade lingüística, também evidenciam a diferença, deslocamentos, sentidos outros, próprios de cada sujeito. Segundo Coracini (2003b, p.154),

[...] falar ou escrever, ler ou ouvir em qualquer língua significa produzir sentido e isso se dá a partir da história de cada um, das vozes (experiências, reflexões, outras leituras, discussões, valores, crenças) que, pouco a pouco, vão constituindo a subjetividade.

Nesse aspecto, as respostas dos professores-alunos constituem-se em produções de sentido, em “leituras” que eles fazem, nas quais, apesar da repetição, sempre emergem marcas da subjetividade, como lembra Eckert-Hoff (2008, p.77):

Conforme o lugar, o espaço em que acontece a escritura, em função da relação simbólico/imaginário, as histórias do Um, do Outro e dos outros se imbricam de diferentes maneiras, que implicam sempre e inevitavelmente, uma mesma/outra história de vida – cindida, heterogênea.

Escrever sobre leitura de jornal significa, para os professores-alunos, dizer o que pensaram a respeito de algo que os constitui e que também é por eles constituído sempre pela/na linguagem. Nos excertos, vislumbramos a presença do acontecimento. Nos dizeres, no já-dito, sempre vem algo de novo, de inesperado. Há deslocamentos, há descontinuidade na ordem do discurso, estabelecendo limiares e entre-lugares discursivos em que a repetição e a diferença, a falta e o excesso, o “velho” e o “novo” se (con)fundem, se (entre)laçam numa textura complexa e sempre incompleta de fios, desestabilizando o sujeito e o objeto em foco, ou seja, o jornal impresso.

Observamos, quanto ao jornal impresso, que as respostas dos professores-alunos evidenciaram o processo de repetição, através de marcas discursivas como, por exemplo, *não... mas...*, que relativizaram a leitura de jornal: *não tenho o costume de ler jornal sempre* (E₁-R₇); *particularmente, não possuo o hábito de ler com regularidade o jornal* (E₂-R₁₆); *não leio sempre, pois não sou assinante* (E₃-R₂₄), entre outros dizeres.

Entretanto, no fio discursivo, as justificativas apresentadas apontaram para a diferença, própria de cada enunciador e enfatizadas após o operador *mas* (*procuro reportagens sobre educação* (E₁-R₇); *acompanho pelos menos 03 versões on line* (E₃-R₂₄); [leitura de jornal] *como qualquer outro tipo de leitura é muito válido* (E₄-R₂₅); [jornal] *para ver o que está*

acontecendo no meu bairro (E₅-R₂₆)). Nessas pequenas diferenças de cada enunciador evidencia-se o acontecimento e também o entre-lugar do jornal impresso.

No (entre)tecer de fios discursivos emergiram dizeres sobre a importância do jornal, imbricados a outros, referentes às novas tecnologias: se, de um lado, há professores-alunos que sustentam a importância do jornal (*essencial para a vida de todas as pessoas (E₈-R₈); muito importante para o indivíduo que deseja estar sempre informado (E₇-R₁₇); a todas as pessoas que almejam uma carreira importante (E₆-R₁)*), há outros que relativizam essa importância, apontando para as novas tecnologias (*fico informada das notícias através do rádio e da TV (E₁₆-R₅); pesquiso os diversos jornais que existem pela Internet (E₁₅-R₂)*).

Nessa mescla de dizeres, os professores-alunos revelaram a própria complexidade subjetiva, suas contradições, suas vozes dissonantes, nem sempre tão homogêneas como parecem. Na superfície, aparentemente lisa da materialidade lingüística, emergiram fragmentos de diferentes discursividades, do presente e do passado, emergiram, por vezes, fagulhas do inconsciente, nas diferenças, ainda que pequenas, de cada enunciador, de cada enunciação, onde o sujeito está presente (BIRMAN, 2006), porém “anestesiado” pelas imposições consumistas e imediatistas da contemporaneidade.

Nessa perspectiva, nas respostas dos professores-alunos, evidenciou-se uma forma de (se) dizer pelo excesso, para cobrir a falta constitutiva, excesso que se manifestou reiteradamente pela “necessidade” de estarem sempre informados; assim, os professores-alunos são seduzidos pelo imaginário contemporâneo, e por agenciamentos produzidos através de relações de poder-saber, que constroem “verdades”, autorizadas e legitimadas socialmente, que “impõem” a importância da informação, recorrente na maioria dos dizeres (*Todos os dias ele [jornal] entra em nossas vidas (...) nos faz participar de todos os acontecimentos mundiais*

(E₁₁-R₁₈); *o jornal é um veículo de comunicação muito importante que faz com que todos os cidadãos interessados fiquem por dentro de todos os acontecimentos do mundo* (E₁₃-R₂); *acompanho todos os dias o telejornal de uma emissora de TV* (E₁₄-R₂). Esse excesso, manifestado pelos enunciadores, através do pronome indefinido “todos”, repetido em várias expressões (*todos os cidadãos interessados; todos os acontecimentos do mundo; acompanho todos os dias o telejornal*) cria um efeito de sentido de generalização, ou seja, cria a ilusão de que a informação é necessária para todas as pessoas. “Construir necessidades é (...) uma das formas de materializar a produção de verdades que guiam nossos atos e constituem nosso imaginário” (CORACINI, 2007, p.229). Assim, os enunciadores repetem esses dizeres que foram neles constituídos através do próprio discurso jornalístico diversificado e, também, através do discurso publicitário.

As justificativas apresentadas pelos professores-alunos para lerem/não lerem o jornal impresso evidenciaram a ação do poder-saber sobre suas formas de ver, dizer, sentir. Como nos recorda Foucault ([1979] 1998, p.183):

O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos (...) sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (...) Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder.

Quanto à leitura de jornal na escola, os enunciadores apontaram procedimentos que remetem à memória do dizer, a práticas costumeiras de décadas atrás na educação ([equipe] *elabora um informativo* (E₂₂-R₄); *artigos de jornais para serem lidos em sala de aula* (E₂₂-R₆); *mural onde fixamos as notícias* (E₂₄-R₁₅)). É importante destacar que os professores-alunos, em seus dizeres, não fizeram menção às novas tecnologias em suas aulas, somente ao jornal impresso, contrariamente ao que afirmaram sobre suas próprias práticas fora da escola. Entretanto, é possível compreender esse

fato já que uma das características do discurso pedagógico é justamente a contínua tentativa de controlar e homogeneizar professores e alunos, a partir da instituição de “verdades”, de textos prescritivos, repetidos continuamente, revestidos do “novo”/“velho”, num processo de normalização. São oportunas, aqui, as palavras de Carmagnani (2003, p.315) a esse respeito:

[...] não podemos nunca nos esquecer de que esquecemos, isto é, devemos estar alertas para a homogeneização de sentidos imposta pela mídia e transposta para diversas práticas discursivas e, sobretudo, convivermos com o fato de que o conflito, a divisão, o multifacelamento são inevitáveis ao sujeito pós-moderno.

Como foi possível observar, as práticas de leitura de jornal em sala de aula mantiveram-se no campo discursivo do “velho”, da repetição, do tradicional, porém com a ilusão, por parte dos professores-alunos, do “novo”, do atual; já as práticas de leitura dos próprios professores-alunos, fora da sala de aula, deslocaram-se para as novas tecnologias, das quais fazem uso. Isso nos leva a pensar que no trabalho pedagógico nem sempre se ousa ou se busca o diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*[...] Não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente se fabrica.*

João Cabral de Melo Neto
“Morte e vida Severina”

[...] há muitas espécies de auroras.

Nietzsche
“Aurora”

Retomar os fios tecidos no percurso desta pesquisa significa assumir um olhar distanciado e amplo, a partir do qual seja possível (re)viver

os caminhos percorridos, desfiar alguns fios, acrescentar outros, na tentativa de alinhar um novo texto-tecido, sempre provisório e incompleto ...

Podemos, de início, afirmar que nossa hipótese se confirmou: o jornal impresso encontra-se, hoje, no entre-lugar da in(e)stabilidade, provocando deslocamentos na subjetividade e no próprio discurso jornalístico. O estudo que empreendemos, sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso, seguiu três linhas de investigação, imbricadas entre si, a saber: o sujeito, o discurso jornalístico – sobretudo o jornal impresso – e a problematização da formação do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental e de suas práticas de leitura. Nesse caminho, tomamos, como parte do *corpus* de análise, dizeres de professores-alunos de Pedagogia sobre leitura de jornal. A escolha dos pesquisados justificou-se em razão de nosso interesse em também abordar a questão pedagógica, no que diz respeito à leitura do jornal impresso e à subjetividade do professor.

A análise dos dizeres apontou para imagens construídas pelos professores-alunos, que revelaram os espaços de tensão, os limiares, enfim, o entre-lugar do sujeito e do jornal impresso na contemporaneidade, ambos construídos por um movimento de estruturação-desestruturação discursiva, marcados pela heterogeneidade e pela descontinuidade. Distribuímos as análises em três eixos, imbricados constitutivamente. No primeiro eixo – entre a repetição e a diferença – evidenciou-se o entre-lugar do jornal impresso, entre ser/não ser lido pelos professores-alunos, frente às tecnologias de comunicação e informação, como a TV e a internet. As imagens produzidas pelos enunciadores trouxeram à superfície o grande poder da informação – como mercadoria e como espetáculo – e seu valor de mercado na atualidade. O segundo eixo – entre a falta e o excesso – apresentou um sujeito em contínua busca por completude, através da informação, assumida como objeto descartável, buscada em excesso, como meio (sempre precário) de tamponar a falta constitutiva. Nesse sentido, foi possível perceber uma subjetividade regulada pelas estratégias de poder-

saber dos diferentes discursos pós-modernos – sobretudo do discurso jornalístico diversificado –, e sustentada em informações superficiais e em um imaginário que reforça esse modo de ser/estar no mundo. Destaque-se, entretanto, que não se apagam as possibilidades de resistência do sujeito a esse poder-saber. No último eixo de análise – entre o “velho” e o “novo” – evidenciaram-se diferentes práticas de leitura dos professores-alunos, dentro e fora da escola, deixando entrever que o “velho” sempre está presente no “novo”.

Nos três eixos de análise, os excertos apontaram para um processo de estabilidade-movimento, presente na linguagem, no sujeito, no discurso, em contínuo movimento. Entre a conservação e a transitoriedade da escrita, tomada no sentido derrideano de toda e qualquer produção de sentido (DERRIDA [1972] 1997), o acontecimento fez-se presente, pois a diferença, mínima que seja, se inscreve sempre “em um tecido antigo que é preciso continuar a desfazer interminavelmente” (DERRIDA [1972] 2001). Os diferentes modos de os professores-alunos se manifestarem a respeito de leitura do jornal impresso, deixando emergir, na materialidade lingüística, marcas do uso das tecnologias de comunicação e informação, revelaram pequenos acontecimentos, pequenas diferenças na ordem do mesmo, da repetição, do tradicional. O “velho”, ou seja, o jornal impresso, e o “novo”, as novas tecnologias, misturaram-se nos dizeres, trazendo à tona o acontecimento, num campo de relações de forças e de várias possibilidades discursivas. Foi no fio discursivo dos excertos, nas práticas descritas pelos enunciadores que se evidenciou a coexistência da repetição e da diferença: ainda que esta tenha sido pequena, produziu deslocamentos, que vão constituindo novos sujeitos, novas discursividades.

Ao mesmo tempo em que os professores-alunos afirmaram a importância do jornal impresso, apontaram para o uso de outras tecnologias, como a TV e a internet, o que evidenciou um processo de desestabilização do lugar do jornal impresso na contemporaneidade: alguns professores-

alunos disseram não ler jornal, outros misturaram, em seus dizeres, o uso dos diferentes suportes; outros, ainda, possivelmente lêem jornal, mas também apontaram para outros meios de buscar a informação. Revelou-se, assim, a in(e)stabilidade do jornal impresso, frente às tecnologias de comunicação e informação e também o entre-lugar do sujeito e seus deslocamentos. Mais ainda: tanto o jornal impresso como o sujeito mostraram-se regulados pelos regimes de verdade contemporâneos, resultantes de novas forças, novos discursos e estratégias que entraram em jogo.

Observamos, também, que, enquanto os enunciadores revelaram, nos dizeres, deslocamentos de sua leitura do jornal impresso para outras práticas de leitura, processo semelhante não ocorreu em relação aos procedimentos de leitura em sala de aula com seus alunos. Nesse último caso, houve a repetição de práticas tradicionais de leitura de jornal. Constatamos que não se referiram, nas práticas pedagógicas, ao uso das novas tecnologias, como a TV e a internet, o que indicia para uma das marcas dos discursos escolares – racionais, logocêntricos –, que se sustentam em práticas que se repetem, revestidas do “novo”, estabelecendo “verdades” inquestionáveis, regras e normas a serem seguidas pelos professores. O maior efeito do poder é justamente substituir palavras, é tornar palavras e discursos “velhos” em “novos”. O funcionamento da escola parece não ser mudado por nenhum discurso renovador; as estruturas permanecem as mesmas ...

Quanto aos professores-alunos, notamos uma subjetividade que se sustenta, sobretudo, na relação especular, imaginária com o(s) outro(s), repetindo lugares-comuns, que revelam um empobrecimento crescente da linguagem e a pouca elaboração simbólica. Os modos como os sujeitos (se) disseram a respeito de leitura de jornal apontaram para condutas ditadas e reguladas por imposições sociais, que “cobram” a importância de se estar informado, funcionando através de mecanismos de agenciamento sutis e, por

isso mesmo, mais poderosos. Nesse caso, os sujeitos assumiram esses discursos como seus, tratando-os como “necessidades”. Essas “necessidades”, entretanto, foram “fabricadas”, através de dispositivos de poder-saber, no caso, o discurso jornalístico diversificado, que, como vimos, atravessa outros discursos, como o publicitário, o pedagógico, o político-educacional, dentre outros.

Através da análise das peças publicitárias de divulgação da *Folha de S.Paulo* – outro segmento do *corpus* desta pesquisa – procuramos ilustrar o funcionamento das estratégias de sedução utilizadas pela publicidade na tentativa/trabalho de manter e ampliar o público-leitor do jornal impresso. São formas de agenciamento, sustentadas na lógica capitalista, que induzem os indivíduos ao consumo da informação. A necessidade de uso dessas estratégias já indicia para a in(e)stabilidade do jornal impresso, que precisa “mostrar-se” interessante para o público, diante do mercado competitivo gerado pela entrada das novas tecnologias.

Trazemos outros fios nesse texto-tecido que estamos constituindo, que procuram responder às indagações de nossa terceira linha de investigação: são considerações e reflexões sobre a formação do professor-leitor e a prática de leitura na escola, nesse cenário em que imperam a informação e a superficialidade no pensar, decorrente de um sujeito que se “acostumou” a olhar no espelho do(s) outro(s), de vários outros, “anestesiando” sua condição de ser-na-linguagem e, por isso mesmo, de inventar-se continuamente.

Um dos graves problemas da educação brasileira é a questão da leitura-escrita. Problematizar a prática pedagógica a partir da formação do professor torna-se um ponto fundamental: o curso de Pedagogia está formando professores-leitores?

Numa visão discursiva, o ato de ler, segundo Coracini (2005, p.23), “vem de dentro do sujeito, inteiramente impregnado por sua subjetividade, que se constitui do/no exterior, por sua historicidade”. Assim, ler é um gesto

subjetivo de interpretação, de produção de sentidos, historicamente marcado e continuamente renovado.

Por sua vez, não existe sujeito fora da linguagem: nós a habitamos em sua incompletude e heterogeneidade, em sua opacidade. Ler é algo necessário e, ao mesmo tempo, tarefa impossível, porque sempre incompleta e interminável (DERRIDA [1987] 2002). Para o autor, “uma interpretação sem falta, uma compreensão de si totalmente adequada não marcaria apenas o fim de uma história esgotada por sua transparência mesma. Proibindo o porvir, ela tornaria tudo impossível, tanto o acontecimento quanto a vinda do outro, a vinda ao outro ...” (DERRIDA, 2004, p.279). É pela/na linguagem, portanto, que o sujeito se constitui, em contínuo fazer-se e interpretar.

A análise dos dizeres dos professores-alunos trouxe à mostra o uso da linguagem cada mais esvaziada de seu poder simbólico: os lugares-comuns proliferam, a leitura sustenta-se, em geral, apenas na busca de informações superficiais, em decorrência das novas vivências de tempo/espaço que se instalaram nas últimas décadas, das “seduções” e facilidades da cultura digital, da cultura consumista e do excesso que marcam as subjetividades.

Na escola, por sua vez, a leitura tem sido tratada como mera decodificação de signos, busca do sentido já presente no texto, ou, então, como processo cognitivo através do qual se estabelecería uma relação entre leitor e autor. Nessas concepções, a leitura e o leitor estão submetidos a limitações impostas pelo próprio texto. Segundo Larrosa (2004, p.100),

[...] o discurso pedagógico dá a ler, estabelece o modo de leitura, tutela-o e avalia-o ou, dito de outra forma, seleciona o texto, determina a relação legítima com o texto, controla essa relação e ordena hierarquicamente o valor relativo de cada uma das realizações concretas de leitura, distinguindo entre “melhores” e “piores” leituras.

Há, pois, todo um conjunto de relações de poder-saber que estão em jogo no processo de leitura em nossas escolas: são regras e avaliações, são limitações e reduções que aprisionam a linguagem e o leitor. São comuns os dizeres que enfatizam “a compreensão do texto”, “a leitura significativa”, “as aprendizagens significativas”, dentre outros, repetidos nos documentos curriculares, nos procedimentos pedagógicos, na fala dos professores. Podemos indagar: como formar, então, professores-leitores na sociedade da informação, que trabalha a linguagem do ponto de vista de sua transparência e eficácia (ilusórias)?

Talvez buscar (des)caminhos, desvios, veredas incertas, “trapacear com a língua, trapacear a língua” (BARTHES [1978] 2004), escapar de seu gregarismo, de sua tendência à repetição. É o interesse, a história de vida do sujeito, que precisa mover a leitura, seja ela de jornal ou de qualquer outro texto: texto-papel, texto-digital ou texto-mundo, sempre abertos a receber um leitor que entre no jogo, sempre incerto e imprevisível. Mais uma vez, o pensamento de Barthes ([1973], 2006, p.74-75) pode nos trazer “pistas” sobre a relação leitor-texto:

Texto quer dizer Tecido; mas, enquanto até aqui esse tecido foi sempre tomado por um produto, por um véu todo acabado, por trás do qual se mantém, mais ou menos oculto, o sentido (a verdade), nós acentuamos agora, no tecido, a idéia gerativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido neste tecido – nessa textura – o sujeito se desfaz nele, qual uma aranha que se dissolvesse ela mesma nas secreções construtivas de sua teia.

O autor, diante da noção de texto como produto acabado, fechado, determinado por condições exteriores, que o aprisionam no sentido único, na “verdade” do pensamento logocêntrico, contrapõe a idéia de inacabamento. Diante do texto, o sujeito-leitor nele penetra, dissolve-se: texto e sujeito mutuamente se constroem a cada (nova) leitura, num “entrelaçamento perpétuo”. Talvez seja esse o desafio para o professor-leitor: entregar-se

aos diferentes textos, às diferentes leituras, sem se prender apenas às determinações da sociedade da informação contemporânea – e também de outras épocas – que procuram simplificar, ordenar e controlar as leituras e os leitores.

O discurso jornalístico diversificado, permeando outros discursos, entre eles o discurso político-educacional e o discurso pedagógico, sob a aparente heterogeneidade e variedade das informações, camufla o trabalho de homogeneização. A linguagem passa a atuar como uma forma de violência simbólica nas subjetividades, “domesticando”-as à sua vontade e poder. Como acentua Arbex (2001, p.268), “o modo autoritário, sedutor e persuasivo de reconstruir diariamente o mundo por meio de técnicas de publicidade e propaganda implica, necessariamente, a supressão da reflexão, da crítica, da memória”. Desse modo, o simples uso de textos jornalísticos em sala de aula não conduz, necessariamente, – e, de fato, parece não estar conduzindo – a um nível maior de informação, de conhecimento. Pode, sim, levar à massificação e à naturalização da informação, à não-problematização dos fatos e idéias, à “domesticação” de corpos e mentes (FOUCAULT [1975] 1987).

Foucault ([1984] 2007, p.13), no prólogo do segundo volume da *História da Sexualidade*, sugere que se pense de outro modo: “Existem momentos na vida nos quais a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir”. Pensar é, para o autor, algo que escapa à história. Talvez seja a emergência de modos de subjetivação – do professor e do aluno – menos obedientes a modelos repetitivos, talvez um outro modo de se aparelhar e se mover para outras formas de saber e outras práticas. Se não é possível, para o sujeito, estar fora da linguagem, que o constitui, há, entretanto, possibilidades de resistência, de desviar-se do poder que, ela mesma, também institui.

O atual curso de Pedagogia encontra-se marcado por uma visão empresarial, pragmática, que, certamente, reduz as oportunidades de experiências com a linguagem. Entretanto, é preciso que o professor busque a sua palavra, leia textos que o instiguem e seduzam, jogue o jogo incerto das palavras, sem regras pré-estabelecidas. Então, uma vez seduzido, talvez possa seduzir seus alunos para o mundo da leitura, num caminho sempre aberto ao interesse e à palavra das crianças.

Nesse universo de leitura-experimentação-descoberta, entre o “mesmo” e o “diferente”, entre o “velho” e o “novo”, poderá emergir o acontecimento, pequeno ou grande, que não se pode prever nem prescrever, mas que está inscrito na própria condição da linguagem: a possibilidade do impossível. Torna-se necessário, portanto, olhar para os mecanismos de nossas instituições educacionais, problematizar continuamente a “verdade” de nossos discursos. Isso talvez abra possibilidades e espaços de liberdade a professores e alunos.

Como arremate (provisório) para esse texto-tecido, sempre por completar, trazemos mais um fio: sobre o jornal impresso e a informação, focos de investigação nesta pesquisa. As mudanças de hábito de leitura de jornal, como vimos (cf. 3.2.3), levantam indagações a respeito do suporte de papel em relação ao digital. As palavras de Derrida (2004, p.222-223) ilustram esse questionamento:

[...] a página continua hoje, de muitas maneiras, e não apenas por metonímia, a ordenar um grande número de superfícies de inscrição, mesmo ali onde o corpo de papel não está mais em pessoa, se é que se pode dizê-lo, continuando assim a freqüentar o monitor do computador e todas as navegações a vela ou na tela na internet. Mesmo quando se escreve ao computador, é ainda com vistas à impressão final em papel, quer ele aconteça, quer não. As normas e as figuras do papel – mais do que as do pergaminho – se impõem à tela: a linha, a “*folha*”, a página, o parágrafo, as margens, etc (...) A ordem da página, ainda que seja a título de sobrevivência, prolongará portanto a sobrevivência do papel – muito além de seu desaparecimento ou de sua retração.

Essas palavras ratificam os dizeres dos professores-alunos, no sentido de que o “velho” sempre está presente no “novo”, ao considerar a sobrevida da página-papel, sua presença-ausência nos traços que deixa, nas vantagens-desvantagens de seu uso; portanto, o filósofo acredita que “o fim do papel ainda não é para amanhã” (DERRIDA, 2004, p.245). Mesmo que, algum dia, o jornal impresso venha a desaparecer, entendemos que, provavelmente, será incorporado-transformado por outros suportes, terá sobrevida, no sentido que Derrida (2002) empresta a esse termo. Torre de papel – presença e predominância histórica e material do papel no decorrer dos séculos – e, ao mesmo tempo, Torre de Babel, complexa teia de poder-saber, marcada pela (con) fusão de informações, pela (co)existência de práticas jornalísticas que potencializam seu poder sobre as subjetividades e os corpos contemporâneos, cada vez mais doces, homogeneizados, porém, sempre passíveis de resistência.

Do poder soberano ao poder disciplinar, representado pelas biopolíticas, de que nos fala Foucault (1979), passamos, hoje, a uma sociedade de controle (DELEUZE, 1992), que assume formas mais sofisticadas de poder, através de dispositivos vários. Assim, a noção de discurso jornalístico diversificado constitui-se em um desses dispositivos: poderoso e complexo dispositivo de homogeneização e, simultaneamente, de sedução e abrandamento do pensar, que se dissemina sutilmente por todo o corpo social.

Constatamos que as práticas contemporâneas de jornalismo tornam-se progressivamente mais efetivas, eficientes e sedutoras, sempre (re)atualizadas e distribuídas no cenário contemporâneo (cf 2.2.4). O mercado por sua vez, constitui-se em principal agente da contínua intensificação do poder do jornalismo. Diante dessas circunstâncias, fazemos nossas as palavras de Foucault ([1982] 1988, p.160), em uma das suas últimas conferências, que nos alerta:

Todas as minhas análises são contra a idéia de necessidades universais na existência humana. Elas mostram a arbitrariedade das instituições e mostram quais espaços de liberdade podemos ainda desfrutar e como muitas mudanças podem ainda ser feitas.

Esperamos, com nosso estudo, que professores e alunos possam problematizar as “verdades” estabelecidas, as leituras de jornal impresso e das tecnologias de comunicação e informação, a constituição de si, de tal forma que outros caminhos sejam buscados e continuamente construídos.

Cabe, portanto, ao sujeito (re)inventar-se como a própria vida, pois “não há melhor resposta que o espetáculo da vida”, em seu por-vir, em sua imprevisibilidade e invenção ...

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Maria de Fátima Silva. **Ideologia neoliberal no discurso da avaliação: a excelência e o avesso da excelência.** 1998. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Lingüística Aplicada, Programa de Pós-graduação em Lingüística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 1998.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A palavra mágica.** 12 ed. Seleção de Luzia de Maria. Rio de Janeiro: Record, 2005. 138 p.

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo.** São Paulo: Casa Amarela, 2001. 292 p.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Tradução de Celene M. Cruz e João Wanderlei Geraldi. Campinas, SP, v. 1, n. 19, p.25-42, dez. 1990. Semestral.

_____. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer.** Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeiffer et al. Campinas, SP: Unicamp, 1998. 200 p.

BARROS FILHO, Clóvis de. Newsware: proposta pedagógica e educação para a mídia. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 6, n. 18, p.113-122, ago. 2000. Quadrimestral.

BARTHES, Roland. **Aula.** Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 2004. 89 p. (Original de 1978).

_____. **O prazer do texto.** Tradução de J. Guinsburg. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. 80 p. (Original de 1973).

BAUDRILLARD, Jean. Banalidade mortífera. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jun. 2001. Caderno Mais, p. 12.

_____. **Tela-Total: Mito-ironias do virtual e da imagem.** Tradução de Juremir Machado da Silva. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2002. 174 p

_____. **A sociedade de consumo.** Portugal: edições 70, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas.** Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 148 p.

_____. **Modernidade líquida.** Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258 p.

BIRMAN, Joel. **Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a psicanálise.** 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. 105 p.

_____. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação.** 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 300 p.

_____. **Arquivos do mal-estar e da resistência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 420 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 5692, de 11/8/71. Brasil, 1971.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20/12/96. Brasil, 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, em nível de licenciatura. Brasil, 2006.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 245 p.

_____. A fabricação de valor na superindústria do imaginário. **Communicare:** Revista de Pesquisa da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, v. 2, n. 2, p.55-72, dez. 2002. Semestral.

CARMAGNANI, Anna Maria Grammatico. A questão da identidade na mídia: reflexos na sala de aula. In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (org.). **Identidade e Discurso: (des)construindo subjetividades.** Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Universitária, 2003, p.305-317.

CASTORIADIS, Cornelius. (1975). **A instituição imaginária da sociedade.** Tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CONTRERA, Malena Segura. **O mito da mídia: a presença de conteúdos arcaicos nos meios de comunicação.** São Paulo: Annablume, 1996.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um Fazer Persuasivo: O Discurso subjetivo da Ciência**. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991. 216 p.

_____. Leitura: decodificação, processo discursivo ...? In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (org.). **O jogo discursivo na aula de leitura**. Campinas: Pontes, 1995.

_____. A escamoteação da heterogeneidade nos discursos da Lingüística Aplicada e da sala de aula. **Letras**: Revista do Mestrado em Letras da UFSM (RS), Santa Maria, Rs, v. 1, n. 14, p.39-63, jun. 1997. Semestral.

_____. (orgs.) **O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula (língua materna e língua estrangeira)**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

_____. O discurso da lingüística aplicada e a questão da identidade: entre a modernidade e a pós-modernidade. In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria e BERTOLDO, Ernesto Sérgio (orgs.). **Identidade e Discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: UNICAMP; Chapecó: Argos Universitária, 2003a. p. 97-115.

_____. (org.). **Identidade e Discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: UNICAMP; Chapecó: Argos Universitária, 2003b.

_____. Concepções de leitura na (pós-) modernidade. In: LIMA, Regina Célia de Carvalho Paschoal (org.). **Leituras: múltiplos olhares**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São João da Boa Vista, SP: Unifeob, 2005. p.15-44.

_____. Identidades múltiplas e sociedade do espetáculo: Impacto das novas tecnologias de comunicação. In: Izabel Magalhães; Maria José Rodrigues Faria Coracini; Marisa Grigoletto (org.). **Práticas identitárias: língua e discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006. p.133-156.

_____. **A celebração do Outro: arquivo, memória e identidade - línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução**. Campinas: Mercado de Letras, 2007. 247 p.

_____. A sedução do discurso publicitário sobre escolas de línguas e a constituição da identidade. In: CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade - línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução**. Campinas: Mercado de Letras, 2007a. p. 225-247.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237 p. (Original de 1967).

_____. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997a. p.165-237.

DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum* sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34, 1992. p. 219-226.

_____. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. 2 ed. Lisboa: Vega, 2005a, p.83-96.

_____. A vida como obra de arte. In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. 2 ed. Lisboa: Vega, 2005b, p.72-73.

_____. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. Revisão da tradução de Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2006. 142 p.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Tradução de Rogério da Costa. 3 ed. São Paulo: Iluminuras, 1997, 125 p. (Original de 1972).

_____. **Posições**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 127 p. (Original de 1972).

_____. **Estados-da-alma da psicanálise** O impossível para além da soberana crueldade. Tradução de Antonio Romane Nogueira e Isabel Kahn Marin. São Paulo: Escuta, 2001. 101 p.

_____. **Torres de Babel**. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 74 p. (Original de 1987).

_____. **Papel-Máquina**. Tradução de Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. 360 p. (original de 2001).

DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. 4 ed. São Paulo: Summus, 1986. 160 p.

ECKERT-HOFF, Beatriz Maria. A denegação como possibilidade de “captura” do não-um no tecido do dizer. In: CORACINI, Maria José (org.). **Identidade e discurso**: (des)construindo subjetividades. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Arcos, Editora Universitária, 2003.

_____. **Escritura de si e identidade:** o sujeito-professor em formação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008. 144 p.

EDITORIAL. Revista Comunicação e Educação. nº 18, maio/setembro, 2000. BACCEGA, Maria Aparecida. Apresentação: Novas tecnologias, novas sensibilidades. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 2, n. 18, p.7-14, ago. 2000. Quadrimestral.

FARIA, Maria Alice. **O jornal na sala de aula**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2001. 128 p.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia no Brasil: a gestão da educação como germen da formação. **Educação & Sociedade: REVISTA DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO**, São Paulo, v. 3, n. 27, p.1341-1357, dez. 2006. Quadrimestral.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, Vol. 1: A Vontade de Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977. 152 p.

_____. Sobre a História da Sexualidade. In: Foucault, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 243-246.

_____. Technologies of the Self. In: L.H. Martin; H. Gutman e P.H. Hutton (Eds.). **Technologies of Self**. Amherst: University of Massachusetts, 1982. p. 16-49.

_____. **Vigiar e Punir:** Nascimento da Prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 24 ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1987. 288 p. (Original de 1975).

_____. Verité, pouvoir et soi. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994. vol. IV, p. 777-783.

_____. Nietzsche, Freud, Marx. In: **Nietzsche, Freud, Marx e Theatrum Philosophicum**. Tradução de Jorge Lima Barretos. 4 ed. São Paulo: Princípio, 1997. 81p.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 295 p.

_____. (1973). **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

_____. **A Arqueologia do Saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 236 p. (Original de 1969).

_____. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Santiago. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2005. 79 p. (Original de 1971).

_____. **Ditos e Escritos IV - Estratégia, poder-saber.** Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 390 p.

_____. (1984). **História da Sexualidade 2;** o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. 232 p.

FOLHA EDUCAÇÃO. Programa de Leitura de Jornal - (5ª a 8ª série). Caderno de orientação ao professor publicado pela Folha de S.Paulo, 1993.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização.** ESB Vol. XXI. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 116 p. (Primeira Edição de 1930).

GORE, Jennifer M. Foucault e Educação: fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito na educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9-20.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan:** v. 1: as bases conceituais. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 196 p.

KEHL, Maria Rita. **Sobre Ética e Psicanálise.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 203 p.

LACAZ, Lúcia Maria Marques Gama. **Imprensa e poder:** resistências possíveis? - Uma análise discursiva das vozes do MST no jornal O Estado de S.Paulo. 2001. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Linguística Aplicada, Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada (ppgla), Universidade de Taubaté - Unitau, Taubaté, 2001.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel.** Tradução de Cyntia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 360 p.

LEBRUN, Jean-Pierre. **Um mundo sem limite**: ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004. 214 p.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 237 p.

_____. **Metamorfoses da cultura liberal**: ética, mídia e empresa. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2004. 88 p.

_____. (1993). **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Tradução de Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri, SP: Manole, 2005. 197 p.

_____. **A sociedade da decepção**; entrevista coordenada por Beltrand Richard. Tradução de Armando Braio Ara. Barueri, SP: Manole, 2007. 84 p.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 202 p.

MATTELARD, Armand. **A globalização da comunicação**. Tradução de Laureano Pelegrin. 2.ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 191 p.

MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço. Entrevistas por Jean-Pierre Lebrun. Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003. 211 p.

MELO, José Marques de. **Para uma leitura crítica da comunicação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

MORAIS, Gelsivânia Mota Silva. NOVAS TECNOLOGIAS NO CONTEXTO ESCOLAR. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 6, n. 18, p.15-21, set. 2000. Quadrimestral.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: **Para navegar no século XXI**: tecnologias do imaginário e cibercultura. Martins, Francisco Menezes; Silva, Juremir Machado da (orgs). 3 ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003. p. 13-36.

NASIO, Juan-David. **O olhar em psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. 128 p.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e Filosofia da Diferença**: Uma introdução. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 91 p.

POPKEWITZ, Thomas S. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. p.173-210.

ROSE, Nikolas. Inventando Nossos Eus. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Nunca Fomos Humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Cap. 4, p. 137-204.

SANT'ANNA, Lourival. **O destino do Jornal**: a Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de S. Paulo na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Record, 2008. 270 p.

SANTOS, Adriana Bacellar Leite e. **Os meios de comunicação como extensões do mal-estar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. 103 p.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Diretrizes e bases da educação nacional: legislação e normas básicas para sua implantação. São Paulo: SE/CENP, 1998.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Como atrair os jovens para o jornal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Caderno Brasil, 18 jan. 2009. p. 6.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura**: a comunicação e seus produtos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 188 p.

SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. **O olhar do poder**: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 349 p.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Revisão da tradução de Leonardo Avritzer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 261 p.

TURNER, Bryan.S. **Teoria Social**. Lisboa: Difel, 1996. 304 p.

VIANA, Fernando Valeriano; SILVA, Ynarai J. da. O jornal e a prática pedagógica. In: CITELLI, Adilson Odair; CHIAPPINI, Ligia. **Aprender e ensinar com textos não escolares - vol 3**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 79-97.

ANEXOS

Eg (ilustrada) 24/5/2006

**O MAIOR JORNAL DO PAÍS ESTÁ MAIS BONITO
E AINDA MAIS GOSTOSO DE LER.**

**SE VOCÊ É LEITOR DA FOLHA, VAI ADORAR.
SE NÃO É, VAI PASSAR A SER.**



A Folha acaba de lançar seu novo projeto gráfico. Agora, está ainda mais gostosa de ler e mais fácil de encontrar as notícias que você procura. Perfeito tanto para quem lê o jornal inteiro quanto para quem só tem tempo de dar uma olhadinha. O visual mudou bastante, mas pode ficar tranquilo que o conteúdo continua o mesmo.

FOLHA
Não dá pra não ler.

www.folha.com.br

**A FOLHA É O MAIOR
JORNAL DO PAÍS
COM 2.645.000
LEITORES.
O JORNAL QUE MAIS
VENDE É O JORNAL
QUE VENDE MAIS.**

ANUNCIE NA FOLHA

| LEITORES BRASIL | |
|------------------|-----------|
| FOLHA DE S.PAULO | 2.645.000 |
| CONCORRENTE | 1.613.000 |

Fonte: IOPM / Topical Group Brasil - BVT 107 (Nov.2006 a jul.2008)
Inclui os 1ºs leitores - todos os dias

FOLHA
Não dá pra não ler.
www.folha.com.br

C5 (cotidiano) 13/17/2007



EU *leio*
ILUSTRADA.

EU *leio*
COTIDIANO.



A FOLHA É PLURAL COMO VOCÊ.
ASSINE UMA, LEVE VÁRIAS.
E LEIA A QUE VOCÊ QUISER.
LIGUE E ASSINE O MAIOR JORNAL DO PAÍS*

0800 015 8000

Quer investir em fundos?



Quer investir em terra?



Quer investir no seu negócio?



Quer investir em alguém?



Folha. Assine uma, leve várias.
E leia a que você quiser.
Ligue e assine
o maior jornal do país: 0800 015 8000.



Quer alguém
que te enten-
da? 

Quer
um compu-
tador? 

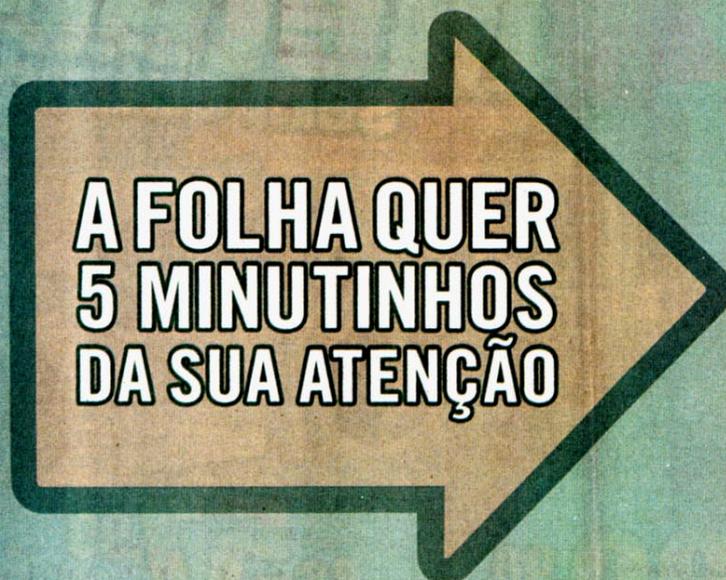
Quer passar
no vestibular? 

Quer
morar sozi-
nho? 

Folha. Assine uma, leve várias.
E leia a que você quiser.

Ligue e assine o maior
jornal do país: 0800 015 8000.





**A FOLHA QUER
5 MINUTINHOS
DA SUA ATENÇÃO**

A FOLHA LANÇA MAIS UMA NOVIDADE: A FOLHA CORRIDA, UMA PÁGINA DIÁRIA COM NOTÍCIAS, ANÁLISES, GRÁFICOS E FOTOS PARA LER EM 5 MINUTOS. TUDO CURTO E RÁPIDO. DIRETO AO PONTO. PARA AQUELES DIAS QUE VOCÊ NÃO TEM TEMPO PARA MAIS NADA. E, NO DOMINGO, A FOLHA CORRIDA TRAZ UM RESUMO, RÁPIDO E SABOROSO, DA SEMANA. A PARTIR DE TERÇA-FEIRA, DIA 18, NA ÚLTIMA PÁGINA DE COTIDIANO.

FOLHA
Não dá pra não ler.



PATROC

Claro